

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

STELLA MARIS RODRIGUES SIMÕES

**ENTRE O PRÉ-CONSTRUÍDO E O JÁ-DITO: OS EFEITOS DE SENTIDO NAS
REALIZAÇÕES DO INTERDISCURSO**

POUSO ALEGRE - MG
2019

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

STELLA MARIS RODRIGUES SIMÕES

**ENTRE O PRÉ-CONSTRUÍDO E O JÁ-DITO: OS EFEITOS DE SENTIDO NAS
REALIZAÇÕES DO INTERDISCURSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem para obtenção do título de Doutora em Ciências da Linguagem.

Área de concentração: Análise de Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Juliana de Castro Santana

POUSO ALEGRE - MG

2019

Simões, Stella Maris Rodrigues.

Entre o Pré-Construído e o Já-Dito: os Efeitos de Sentido nas Realizações do Interdiscurso. Stella Maris Rodrigues Simões; orientação de Juliana de Castro Santana – Pouso Alegre: 2019.

103f.;il.

Inclui bibliografias: f 100

Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Vale do Sapucaí – Univás.

1. Interdiscurso. 2. Pré-construído. 3. Já-dito. 4. Efeitos de sentido. 5. Sintagma.

CDD: 410.1

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a tese intitulada “ENTRE O PRÉ-CONSTRUÍDO E O JÁ-DITO: OS EFEITOS DE SENTIDO NAS REALIZAÇÕES DO INTERDISCURSO” foi defendida, em 30 de agosto de 2019, por **STELLA MARIS RODRIGUES SIMÕES**, aluna regularmente matriculada no Doutorado em Ciências da Linguagem, sob o Registro Acadêmico nº98005125, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:

Juliana de Castro Santana

Profa. Dra. Juliana de Castro Santana
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora

Claudete Moreno Ghiraldelo

Profa. Dra. Claudete Moreno Ghiraldelo
Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA
Examinadora

Claudia R. C. Pfeiffer

Profa. Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Examinadora

Eduardo Alves Rodrigues

Prof. Dr. Eduardo Alves Rodrigues
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS
Examinador

Luiza Katia Andrade Castello Branco

Profa. Dra. Luiza Katia Andrade Castello Branco
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPPES

Dedico esta tese a S.M.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao pré-construído de minha vida, aqueles que estão desde-sempre e quem eu escolho diariamente para permanecer: Deus, família e amigos. Obrigada por serem o suporte de que necessitei e por me esperarem.

Agradeço àqueles que suscitaram grandes deslocamentos em mim: à Orlandi, minha amiga e primeira orientadora, que também se permitiu desconstruir ao me emprestar noções tão preciosas de seu trabalho para uma ressignificação, e tanto me encorajou neste trabalho; à Juliana, minha também orientadora, que trouxe a calma após o caos, contribuindo significativamente para o crescimento de minha pesquisa; a todos os professores do curso, por me formarem como analista de discurso; e ao Centro Universitário de Itajubá –FEPI e à Faculdade de Pesquisa Wenceslau Braz, por serem o espaço de minha realização (e transformação) profissional e pessoal.

“[...] que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balança nem com barômetro etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós. ”

Manoel de Barros

RESUMO

SIMÕES, S.M.R. **Entre o já-dito e o pré-construído: os efeitos de sentido nas realizações do interdiscurso.** 2019. 101. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí. Pouso Alegre -MG.

Como efeito de sentido desta pesquisa, fundamentada na perspectiva da Análise de Discurso, discute-se a possibilidade de o interdiscurso (ou memória discursiva) se realizar em duas instâncias: como pré-construído e como já-dito. As noções - ainda que estejam ligadas por uma relação sinonímica - neste trabalho, são caracterizadas e definidas como realizações diferentes do interdiscurso, e, para isso, cada uma será estudada em um capítulo. Primeiramente, a noção de pré-construído será investigada a partir de seu funcionamento, com o objetivo de compreender a ilusão de anterioridade que parece sustentar o “pré”, o construído “antes”, e o imaginário de fechamento que caracteriza o pré-construído como o que se repete. De modo semelhante, a noção de já-dito será também tomada como efeito e relacionada a outras noções como a de autoria, a de processo de sustentação (ou articulação) e a de discurso-transverso. Ao longo deste estudo teórico-analítico, haverá uma proposta de ressignificação do já-dito, a fim de considerá-lo não como um sinônimo de interdiscurso (ou memória discursiva), mas como uma realização diferente deste. Propõe-se pensar em um movimento ininterrupto entre as duas instâncias e, para observar tal processo, a noção de sintagma será fundamental à discussão. Tratamos o sintagma nominal como a associação de um núcleo nominal a um modificador de natureza adjetiva que forma uma unidade ao circularem juntos, tal como “castelo de areia” ou “arca de Noé”. A partir da análise de alguns sintagmas – chamados aqui de bloco-de-sentido – investigaremos o funcionamento do pré-construído e do já-dito, e o movimento entre os dois efeitos. Por fim, explicaremos a motivação para a seleção dos sintagmas recortados, ao ressignificá-los como expressões escolhidas para nomearem operações policiais brasileiras, quando realizaremos uma breve análise dos sentidos possivelmente circulantes na associação da expressão à investigação policial. Cabe ressaltar que o trabalho apresenta grande relevância teórica por revisitar e (re)significar noções-chave para a Análise de Discurso e que costumam ser tomadas como sinônimas.

Palavras-chave: Interdiscurso; Pré-construído; Já-dito; Efeitos de sentido; Sintagma.

RESUMO

SIMÕES, S.M.R. **Entre o já-dito e o pré-construído: os efeitos de sentido nas realizações do interdiscurso.** 2019. 101. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí. Pouso Alegre -MG.

As a meaning effect of this research, based on the perspective of Discourse Analysis, the possibility of interdiscourse (or discursive memory) to occur in two instances (as pre-built and as already said) is discussed. The notions - although linked by a synonymous relationship - in this work was characterized and defined as different performances of interdiscourse, and for this purpose each one had been studied in a different chapter. Firstly, the notion of pre-built was investigated from its operation, with the aim of understanding the illusion of anteriority that looks like to support the “pre”, the “built” before, and the closing imaginary that characterizes the pre-built as something that repeats itself. Similarly, the notion of already said was taken as an effect and related to the other notions such as authorship, the process of sustentation (or articulation) and that of transverse discourse. Throughout this theoretical-analytical study, the proposal to re-signify the already said, was discussed, in order to consider it not as a synonym for interdiscourse (or discursive memory), but as a different realization of this. An uninterrupted movement between these two instances was proposed and with the aim to observe this process, the notion of phrase was fundamental to the discussion. The noun phrase was studied as the association of a noun nucleus with an adjectival modifier that forms a specific unit when circulating together, such as a "sandcastle" or "Noah's ark." From the analysis of some phrases - here called sense-blocks - the functioning of the pre-built and the already said, and the movement between the two effects has been investigated. Finally, the motivation for the selection of clipped phrases was explained by re-signifying them as expressions chosen as names of Brazilian police operations, when a brief analysis of the possibly circulating meanings in these association expression to police investigation was performed. It is noteworthy that the work presents great theoretical relevance for revisiting and (re) signifying key notions for Discourse Analysis which are usually taken as synonyms.

Keywords: Interdiscourse; Pre-built; Already said; Meaning effect; Phrase.

SUMÁRIO

1 PRIMEIRA INTRODUÇÃO	10
2. O INTERDISCURSO E O PRÉ-CONSTRUÍDO	15
2.1 O imaginário de anterioridade no pré-construído	20
2.2 A ilusão de fechamento no pré-construído	25
3 O INTERDISCURSO E O JÁ-DITO	38
3.1 A autoria no interdiscurso como já-dito.....	39
3.2 O efeito de sustentação, o discurso transversal e o já-dito	48
4. SEGUNDA INTRODUÇÃO	57
5 ENTRE O PRÉ-CONSTRUÍDO E O JÁ-DITO	60
5.1 Um lugar de autoria.....	60
5.2 O ideológico que vem antes.....	63
5.3 Do pré-construído ao já-dito.....	68
5.3.1 Os sintagmas como pré-construído.....	69
5.3.2 Os sintagmas como já-dito.....	72
5.3.3 O processo de nomeação e o pré-construído.....	75
5.4 Do já-dito ao pré-construído.....	81
5.4.1 Os sintagmas em movimento	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	100

Primeira Introdução

Talvez o mote para esta pesquisa de doutoramento tenha sido um gesto de análise realizado durante o mestrado, no qual as noções de pré-construído e já-dito foram tomadas em uma relação de grande semelhança. Desde então, muito tenho pensado sobre a ligação dessas noções com a de interdiscurso. Havia, portanto, já no início, uma questão teórica a ser investigada, mas faltava um lugar de observação do funcionamento e movimento da memória como pré-construído e como já-dito. Em grande parte do tempo do processo de doutoramento, permaneci em reflexões teóricas, até que observando o funcionamento de alguns sintagmas nominais - em condições de produção determinadas (as quais serão apresentadas posteriormente) - percebi que podia encontrar um espaço de análise do que construía teoricamente. Dessa maneira, o interdiscurso, o pré-construído, o já-dito e o sintagma constituem noções centrais para a discussão aqui iniciada.

Devido à especificidade do material no qual se debruça a pesquisa, há um percurso a ser respeitado durante a leitura de todo o texto, em que não apenas as noções serão apresentadas, mas a questão da “anterioridade como ilusão” também será posta. Desse modo, ainda que desperte desconforto a duplicação desta seção (pois haverá uma segunda introdução após os dois capítulos iniciais), não cabe um desvio à segunda introdução ou ao final do texto, mas tentar significar o propósito que há na ordenação das páginas, capítulos e subdivisões deste estudo. Embora não seja usual a apresentação de duas introduções, a organização textual, neste caso, também foi projetada de modo a exemplificar o que se discute como questão teórica, já que, na primeira, noções centrais para a discussão serão levantadas, e na segunda (abertura do último capítulo), a proposta é a de deslize e (re)significação tanto das expressões já analisadas (os sintagmas) quanto do que parece ser o modelo em um texto científico. Passemos, então, a uma breve exposição do que se toma como a investigação principal desta pesquisa.

O interesse em refletir sobre as formas nas quais a memória discursiva ou interdiscurso pode se apresentar levou-nos a investigar as noções comumente tomadas como sinônimas (pré-construído e já-dito), discriminando-as como efeitos do processo discursivo. Trabalharemos com a noção de interdiscurso, porém, ao longo do trabalho, esta pode ser tomada como sinônimo de memória discursiva: “a memória pensada em relação ao discurso” (ORLANDI, 2012a, p.31). A noção de memória discursiva, introduzida por Courtine (1981), a partir de uma leitura de trabalhos de Foucault, relaciona-se, como afirma o autor (1981, p.52), “à existência histórica do enunciado no âmbito das práticas discursivas”. Podemos comparar a historicidade constitutiva do funcionamento das práticas discursivas ao que se aponta sobre o interdiscurso

ser “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2012a, p.31), o que corrobora a relação sinonímica proposta. Não nos alongaremos na discussão sobre a noção de memória discursiva, mas somente apresentamos a justificativa de sua inscrição no decurso do texto.

Tomamos a possibilidade de o interdiscurso figurar de maneira distinta no pré-construído e no já-dito: neste, como o dizer de um “outro”¹ sujeito, e naquele, como o dizer do “próprio” sujeito, de “sua autoria”. Pensa-se, na tese em curso, que apesar de haver um limite frágil entre o já-dito e o pré-construído – porosidade que dificulta a distinção das noções e o estabelecimento da relação de cada uma com o interdiscurso – o já-dito que circula quase sempre como o dizer outro (ou de um outro) pode vir a se tornar pré-construído, e incorporar-se ao dizer do sujeito, irrompendo em um imaginário como se fosse de sua autoria. Por outro lado, uma formulação imaginariamente já saturada, atada em bloco cujos sentidos parecem não se deslocar, ao se inscrever no intradiscurso e ser filiada a outros sentidos, passa também à ordem do já-dito. Esse movimento contínuo de retorno entre pré-construído ↔ já-dito será explorado em capítulos subsequentes.

Foram selecionadas algumas construções sintagmáticas para análise. Esse *corpus*, que será apresentado ao longo do trabalho, compreende expressões consideradas como um efeito de pré-construído e outras, de já-dito. É essencial destacar, ainda na introdução, que a divisão aqui proposta – entre os dois efeitos – só é possível se tomarmos as condições de produção nas quais o sintagma se insere. Embora não tenham sido destacadas em todos os momentos da escrita, a fim de não prejudicar a fluidez do percurso proposto, só é possível sustentar a distinção entre os dois efeitos e uma resignificação da noção de já-dito (não mais como um sinônimo de interdiscurso ou memória discursiva, mas como uma realização dessa noção) porque as condições de produção – em sentido amplo e estrito – são consideradas. Desse modo, o efeito de já-dito só existe em relação ao de pré-construído, tal como só se pode pensar em pré-construído, a partir da resignificação da noção de já-dito aqui proposta.

Considerando que nada escapa ao interdiscurso, ou seja, que não existe sentido que não fora significado antes em texto(s) orais e escritos ou em imaginários (destes), o funcionamento dos dois efeitos (pré-construído e já-dito) pode ser observado de muitas maneiras. Neste

¹ Consideramos o “discurso de um outro” filiado à noção de autoria, desenvolvida por Orlandi (2007, 2012); discussão a ser realizada no segundo capítulo em que o funcionamento do já-dito será explorado. No entanto, podemos adiantar, neste percurso inicial de leitura, que a autoria está presente em toda organização de sentidos em uma imaginária unidade, seja em um efeito de pré-construído, seja em um efeito de já-dito. No entanto, pensamos aqui que neste parece haver, em determinadas condições de produção, uma simulação de uma autoria “fora” do sujeito, de um outro a organizar os sentidos; e, naquele, os sentidos de uma expressão sintagmática, por exemplo, parecem pertencerem a uma unidade “do sujeito”, de “sua autoria”, a qual não corresponde a um outro.

trabalho, foram escolhidas expressões sintagmáticas constituídas em uma estrutura que seguem uma mesma combinação: núcleo + modificador, a fim de refletirmos que algo da ordem do discursivo autoriza a caracterização do substantivo, seu fechamento em sintagma e sua circulação repetida. Muitas são as possibilidades permitidas pela sintaxe da língua no engendramento de um modificador em combinação a um termo nuclear, mas é a memória discursiva que faz com que algumas combinações de palavras signifiquem de uma maneira e não de outra, passando a se inscreverem juntas, como sintagmas.

Consideramos, em relação às construções sintagmáticas, as quais tomaremos como *corpus* para análise, a elaboração de Saussure (1916 [2006]) acerca do encadeamento linear, ou seja, das combinações que se apoiam na extensão e que se compõem de duas ou mais unidades consecutivas. Para o autor, há duas relações entre os termos, uma vertical ou associativa em que termos se ligam em uma rede infinita por aproximação, seja pela estrutura morfológica ou fonológica, seja pela semelhança quanto ao significado; e outra horizontal ou sintagmática, em que os termos não apresentam semelhança, mas se combinam de modo limitado em uma linearidade, formando outras unidades, como a combinação de morfemas a formar uma palavra ou palavras a formar uma oração. Assim, se disposto em uma extensão, o autor afirma que o termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos.

Não se deve, portanto, considerar somente a relação que une as diversas partes de um sintagma, mas também é importante tomar a que liga o todo com as partes que o constituem. Saussure intitula por solidariedade sintagmática a combinação dos elementos – solidários – que só têm valor por sua ação recíproca numa unidade superior. Assim, pensamos que a palavra *justa*² é uma combinação solidária dos morfemas /*just-*/ + /*-a*/, que não apresentam um valor independente e isolado, pois compreendemos, por exemplo, que /*just-*/ é o radical porque está disposto em uma posição anterior ao morfema flexional (ou desinência) de gênero /*-a*/ e está combinado com ele, e porque há outras palavras formadas a partir da combinação desse radical com outros morfemas, como *justo* e *ajustar*. Um morfema, se considerado isoladamente, não tem valor algum; o que confere seu lugar na língua é a relação de distinção com outros, /*just-*/ ≠ /*-a*/ e de semelhança na constituição de cognatos, /*-just-*/ em *justa*, *justo*, *ajustar*. Isso propõe compreender a solidariedade sintagmática não como uma junção de partes independentes, mas como um condicionamento recíproco, em que o “todo vale por suas partes, as partes valem também em virtude de seu lugar no todo” (SAUSSURE, 1916 [2006], p.149).

² Esta palavra é tomada por compor o sintagma *saia justa*, uma das expressões constituintes do *corpus* da pesquisa. Por se tratar de uma introdução, optamos por somente citá-la como exemplo, já que posteriormente será apresentada sua relevância à discussão.

Morfemas se unem para formar a palavra (que produz um efeito de unidade e totalidade) e as palavras se combinam a formar unidades maiores, como *saia + justa*, que, em uma extensão ou linearidade, funcionam como um sintagma nominal (se tomada uma classificação morfossintática, a considerar o núcleo e o modificador). O sintagma sugere uma ordem de sucessão e um número determinado de elementos, ao contrário das relações associativas cujas unidades não se limitam a um número definido, nem a uma ordem, como distingue Saussure. Desse modo, podemos pensar que há um número determinado de adjetivos que podem ser encadeados a um substantivo e que a ordem também importa nessa relação, visto que não se combinam infinitos modificadores a um núcleo, além de que alguns se relacionam em um efeito de exclusão, *justa e larga*, por exemplo. Tal como propusemos na relação morfemática, podemos supor com as palavras *saia e justa*: o valor de *saia* está na qualidade de não ser *justa*, e de não ser *saia justa*.

Chegamos à questão que nos interessa ao dispor de modo detalhado a noção de sintagma, embora seja esta a seção introdutória. Tomam-se as expressões sintagmáticas selecionadas (as quais serão apresentadas ao longo do trabalho) como na proposta saussuriana, contudo, pensamos na seleção vertical como as possibilidades autorizadas pelo (no) interdiscurso e a combinação horizontal como a relação intradiscursiva. Desse modo, sabemos que *saia* não é *justa* ou não é *saia justa*, não somente pelo que aponta as relações associativas e sintagmáticas, mas estas são possíveis porque há um exterior que autoriza a combinação e a constitui como tal.

Podemos refletir que talvez Saussure esbarre em uma análise discursiva ao afirmar que, em sintagmas que funcionam na língua como frases feitas, o uso proíbe a modificação de seus constituintes combinados, algo que é fornecido pela tradição. Longe de dispor em uma rede sinonímica *uso, tradição e interdiscurso* ou ainda converter a proposta linguística do autor, observamos apenas que ele compreende haver algo a atravessar a extensão de modo a amarrá-la a uma combinação que circula mais do que as infinitas possibilidades que a cadeia associativa permite. As palavras *saia e justa*, ao circularem juntas, por exemplo, acabam por silenciar as múltiplas possibilidades de outros adjetivos serem combinados à *saia*, ou de outros substantivos serem modificados por *justa*.

A essa discussão deve ser somado o trabalho de Tfouni (2009) que, ao refletir sobre a deriva do sentido, relaciona o valor linguístico saussuriano à citação de Pêcheux (1988) que afirma que “sempre que se diz x, deixa-se de dizer y”. Uma vez materializada a escolha de um termo (no eixo vertical e, conseqüentemente, disposta no horizontal), cria-se “uma impossibilidade de outro significante ocupar este lugar ao mesmo tempo em que sobra um

resíduo relacionado ao que poderia ter sido dito no lugar mas não foi”. A autora ainda retoma Milner (1996 e 1991) que diz que o signo só pode ser outro na condição anterior a sua materialização, já que, materializado, nega as infinitas possibilidades à abertura ao possível. Desse modo, o já-dito serve de base para o dito, mas não pode ser confundido com ele, pois este é o realizado e aquele, a possibilidade da realização.

Um sintagma nominal, como *saia justa* e os outros que serão analisados ao longo do trabalho, é uma combinação de duas palavras que passam a circular juntas, o que nos leva a discutir que a inscrição repetida de sintagma silencia outras possibilidades de formulações e o sentido parece contido, ou seja, há o que Tfouni (2008) nomeia por contenção da deriva.

Acerca desse trabalho, para finalizar a breve discussão sobre o que tomaremos como sintagma, apresentamos o pensar da autora (2008), ao relacionar Saussure e Jakobson e (re)significá-los quanto ao silenciamento que parece imputar uma falta e limitação às teorias. Para ela, é possível estabelecer uma proximidade entre a descoberta dos anagramas daquele às reflexões sobre a função poética deste. Além disso, toma os estudos de Jakobson sobre o funcionamento da linguagem na poesia e sugere que talvez seja ele o primeiro a pensar sobre a questão da deriva ao refletir – ainda que não fizesse uso de tais noções – sobre os vazios existentes após a seleção de uma palavra em uma cadeia intradiscursiva. O buraco de significação pode ser completado por qualquer palavra que venha completar aquele arranjo, tal como depois de *saia*, há muitas possibilidades de adjetivação. No entanto, a autora reflete que não existe uma liberdade genuína, já que há delimitações do simbólico e a palavra está comprometida com o contexto na qual se encontra. Ainda assim, a liberdade é imensa e “é nesses momentos que a deriva se instala como possibilidade.” No próximo momento, a deriva pode se instalar efetivamente – no non-sense ou na dispersão – ou pode ser evitada, contida, por meio da escolha da palavra “exata”.

A investigação acerca da realização do interdiscurso como pré-construído e como já-dito, proposta nesta tese, compreende analisar o corpus, composto por expressões sintagmáticas, como possibilidades autorizadas e legitimadas pelo discurso. Uma vez que *saia* e *justa* circulam como sintagma, como bloco-de-sentido, compreendemos que talvez tenha sido silenciado o vazio intradiscursivo que existia posteriormente à *saia* e que antecedia *justa*, isto é, a possibilidade da instalação da deriva.

Avançaremos, assim, na discussão sobre a relação do interdiscurso com cada uma das noções já citadas. Ao longo dos capítulos, quando o termo sintagma (ou expressão sintagmática) for inserido, a delimitação e caracterização aqui construída será considerada.

CAPÍTULO I

O INTERDISCURSO E O PRÉ-CONSTRUÍDO

Neste primeiro capítulo, refletiremos sobre alguns mecanismos que produzem o funcionamento do efeito de pré-construído, analisando como se constitui sua relação com a noção de interdiscurso. Cabe-nos, primeiramente, pensar sobre a noção de interdiscurso para, posteriormente, traçar relações ao que se entende por pré-construído. Tomaremos algumas formulações fundadoras em que tais noções são constituídas, contudo não o faremos de modo cronológico, mas em um encadeamento progressivo, a fim de traçar uma trajetória teórica a suprir a sequenciação projetada ao trabalho. Acreditamos que, diferentemente de uma ciência exata em que conceitos são apresentados por meio de definições que os limitam de modo preciso, em uma perspectiva discursiva são construídas noções ao longo de um trajeto de pesquisa, ou seja, muitos são os textos em que indícios de uma noção aparecem, mesmo antes de ela ser formulada como tal, já que a elaboração parte de um processo em que análise e teoria se constroem simultaneamente.

O estabelecimento da Linguística como ciência e de seu objeto Língua delimitam um lugar de fala que, apesar de ter como imaginário de obra inaugural um trabalho específico (Curso de Linguística Geral), suscitou estudos díspares, seja tomando por base o recorte primeiro, seja considerando o que fora preterido no corte saussuriano. Em “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso” (1971), por exemplo, M. Pêcheux, P. Henry e C. Haroche investigam a designação do que era considerado na época (décadas de 60 e 70) como semântica, destacando que, embora intitulada como uma abordagem sobre o sentido, não havia ocorrido deslocamento. A prática linguística não podia (e não devia - conforme já recortado por Saussure) recobrir uma investigação semântica, a qual motivaria uma “mudança de terreno”. O corte saussuriano, que deixou de lado a semântica, acabou por mostrar que é necessário falar do sentido de um outro lugar e de uma outra maneira, que não a recoberta pela visão estruturalista.

Os autores refletem que as questões do sentido não têm espaço na problemática inaugurada por Saussure, já que elas competem ao exterior do recorte, e que, embora já estivessem sendo tratadas (até a década de 70) por várias concepções semânticas, havia a necessidade de levá-las a um outro domínio, introduzindo novos objetos que não se restringissem à análise lexical ou gramatical, mas que fossem suscetíveis a uma descrição científica de uma formação discursiva, assim como as condições de passagem de uma formação a outra.

M. Pêcheux, P. Henry e C. Haroche (1971), ao definirem formações ideológicas e formações discursivas, e defenderem a importância de uma semântica que investigue não somente as palavras, mas “as construções e condições nas quais essas palavras se combinam” (p. 102), laço que, conforme os autores não é “meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações”, trazem como nodal a noção de interdiscurso, que, mesmo não sendo formulada no texto em questão, pode ser tomada como uma “exterioridade constitutiva” do sentido, já que o conjunto complexo de atitudes e de representações imaginárias – formação ideológica – que comporta uma ou mais formações discursivas (que determinam os sentidos que podem ou devem circular) existe anteriormente e fora da frase ou da palavra (analisada em um viés lexical ou gramatical).

Ainda nessa direção, Pêcheux e Fuchs (1975 [2014]) afirmam que a ideologia só se realiza por meio de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas, ou seja, há uma regionalização, o que faz com que embora pareçam se referir às mesmas “coisas”, estas são diferentes. E é porque as formações ideológicas têm um caráter de classe que elas se referem simultaneamente às mesmas “coisas” (PÊCHEUX 1990). Isso nos leva a pensar, tal como Orlandi (2012a, p.42), que “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. Essa trama complexa na qual a ideologia se realiza e, simultaneamente, é realizada no processo discursivo está intimamente ligada ao interdiscurso, o qual não somente pré-existe ao sentido como um elemento que lhe é exterior, mas essa exterioridade lhe é constituinte. Não há sentido sem que esteja dado e constituído em uma formação discursiva e “as palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva a outra” (PÊCHEUX, HENRY, HAROCHE, 1971, p. 102).

Desse modo, a proposta da Análise de Discurso (inaugurada por Pêcheux e demais pesquisadores) abrange o pensar sobre os processos que são característicos a uma formação discursiva, considerando o elo que liga os processos às condições nas quais o discurso é produzido, ou seja, a investigação não se limita, por exemplo, ao léxico ou ao sintagma no qual o sentido estaria supostamente dado, mas se pensa no que circula e já existe no interdiscurso que possibilita uma formulação. Consideramos, pois, a reflexão de “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso” como uma das fundadoras da noção de interdiscurso, ainda que esta não esteja explicitada no texto. Os autores põem em discussão a legitimidade do lugar em que se pensava sobre o sentido, já que para eles – ainda que para semanticistas esse lugar estivesse constituído - não havia de fato um domínio semântico, mas este estava ainda recoberto em uma prática linguística. M. Pêcheux, P. Henry e C. Haroche afirmam que o sentido

só pode ser pensado em uma ou mais formações discursivas, ou seja, no interdiscurso, já que este é, conforme Pêcheux (1975 [2009], p.165), o “todo complexo” que as comporta.

Tomaremos, também, “Semântica e Discurso”, de 1975, em que Pêcheux apresenta a noção (como já mostrado acima); contudo, antes, refletiremos sobre o texto de 1969, “Análise Automática do Discurso”, que, sem mencionar o interdiscurso, parece já esboçá-lo, podendo ser considerado um dizer que contribui para o engendramento da noção.

Já no início do texto, o autor analisa que Saussure provocou um deslocamento conceitual ao propor pensar a língua como sistema e que ao se fazer uma ciência linguística não se deve buscar o que cada parte significa, mas quais são as regras que geram essa possibilidade. É importante lembrar que o sistema proposto pelo autor não pode ser caracterizado pelo engessamento ou previsibilidade, mas é sustentado na noção de valor relativo, estabelecido pela negação: a ausência em um signo indica a presença no outro. O nascimento da linguística é marcado assim, diz Pêcheux, pela passagem da função ao funcionamento. Fato teórico fundamental que possibilita refletir que “uma vez que existem sistemas sintáticos, faz-se a hipótese de que existam, do mesmo modo, sistemas míticos, sistemas literários, etc., ou seja, que os textos, como a língua, funcionem” (1969 [2014], p. 65).

Ao estender a noção saussuriana de sistema (linguístico) à existência em outros domínios, abre-se a possibilidade de um texto funcionar ligado a uma instância maior e anterior a ele. Não somente os signos linguísticos filiam-se a regras que indicam um modo de funcionamento, mas os textos, os sentidos, os discursos... Pode-se ligar essa reflexão a uma caracterização do interdiscurso: há uma memória anterior e determinante que disponibiliza textos (portanto, sentidos), possibilitando a um sujeito se significar como autor/leitor, ao se inserir em uma formação discursiva dada. Nada escapa ao interdiscurso e é preciso “esquecer” para se inscrever na posição de sujeito, de quem significa. É essencial abrir um hiato na caracterização do interdiscurso, a fim de introduzir uma outra noção que se relaciona intimamente ao que temos proposto. Pêcheux (1975 [2009]) distingue dois tipos de esquecimento inerentes ao processo de significação. Nomeia por esquecimento n°1 aquele que pertence à ordem inconsciente, é ideológico por produzir a ilusão de que o sujeito é a origem de seu dizer; desse modo o sujeito nunca se encontrará no exterior da formação discursiva que o domina. O esquecimento n°2 ou enunciativo é da instância da enunciação por indicar que a significação sempre pode ser feita de outra maneira. Assim, ao se colocar como autor, que organiza sentidos “recortados” do interdiscurso, o sujeito “seleciona”, no interior da formação discursiva na qual está inscrito, uma forma de dizer e não outras que se correlacionam em uma família parafrástica, “que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (ORLANDI, 2012b,

p.35), “seleção” ligada às condições de produção que determinam e precedem o dizer. Desse modo, pensar no funcionamento como sistemático não é supor a presença de uma regularidade a ser repetida, mas é refletir que a organização de sentidos em uma textualidade só se faz possível por haver (um imaginário de) textos anteriores em que esses sentidos estão inscritos e já-significados, muitas vezes em um lugar de evidência.

Ainda em AAD-69, percebemos outras reflexões sobre o mecanismo/ funcionamento de um sistema que podem ser articuladas a uma construção da noção de interdiscurso. Podemos supor como substrato às reflexões de Pêcheux não somente a teorização de Saussure, mas também o que apresenta Jakobson (1970,1971) sobre a possibilidade de existência de um código global que abarca subcódigos, ou ainda a noção de aceitabilidade que se liga aos postulados de Chomsky (1959,1965) sobre o gramatical e o agramatical. Considerando o que tomamos por processo discursivo, em que uma formulação não é sustentada em ineditismo, mas a partir de significações já constituídas e circulantes, talvez a noção (formulação) de interdiscurso surja como um deslocamento de investigações estruturalistas e gerativistas sobre ser a língua o todo que comporta as múltiplas combinações.

Pêcheux avalia a inadequação de qualificar uma frase em normal ou anômala, buscando sua referência “a uma norma universal inscrita na língua”, já que ela deve ser “referida ao mecanismo discursivo específico que a tornou possível e necessária” (1969 [2014], p.72). A referência é a uma afirmação como “a terra gira”, formulada em um período anterior à revolução copernicana, e o autor considera ser o contexto científico (que possibilitou a formulação) atravessado por um “contrato linguístico específico de tal região do sistema” (1969 [2014], p.72). Estendendo essa possibilidade de recortes linguísticos e textuais – que não dicotomizam os sentidos, mas que os tornam realizáveis em suas condições de produção -, temos novamente uma caracterização do interdiscurso, como algo que supõe e filia o dizer a uma exterioridade significativa. Vale ressaltar que essa filiação não se faz apenas por coerções semânticas, pois relações lexicais ou morfemáticas não conseguiriam, por exemplo, explicar a necessidade (e a possibilidade) de supor um movimento do planeta Terra em uma época na qual as formulações se davam em um discurso geocêntrico. Dessa forma, a noção de campo semântico, para Pêcheux (1969 [2014], p. 73) “não dá conta dos efeitos sequenciais ligados à discursividade”; somente pelo que o autor propõe chamar de “processo de produção” (do discurso) poderíamos desassociar a frase (A Terra gira) de um julgamento dicotômico ou então enquadrá-la à “normalidade” na época, pois nas circunstâncias ou “condições de produção”, como o autor nomeia (1969 [2014], p. 73), sentidos outros circulavam antes mesmo de que o heliocentrismo fosse adotado como o modelo ideal.

Ao considerar a limitação existente em uma análise semântica por não recobrir as inúmeras possíveis filiações de sentidos, Pêcheux confirma a impossibilidade de determinar o início do processo discursivo. Um sentido não morre para que outro lhe ocupe o lugar e não há uma sequência fechada e previsível a se repetir. Um discurso não pode ser tomado como um texto, mas é necessário referi-lo ao “conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 1969 [2014] p. 78), é necessário referi-lo ao interdiscurso. Assim, o mecanismo/funcionamento do processo discursivo supõe um imaginário de anterioridade que não é cronológico ou meramente exterior, mas fundante e constitutivo, pois o interdiscurso “fornece ingredientes”³ para que um discurso funcione como tal.

Para a tessitura de uma teoria materialista do discurso, fez-se importante caracterizar o tratamento dado ao sentido pela semântica e evidenciar sua proximidade às análises de domínio linguístico. Ao contrário, a proposta inaugurada era a de pensar no sentido de um modo distinto, como em um processo, o discursivo. Tal como nas duas obras apresentadas anteriormente, em *Semântica e Discurso* (1975 [2009]), também percebemos a insistência em esclarecer que se deve investigar a construção, o funcionamento pelo qual sentidos se combinam, algo que é exterior à palavra, algo que está na ordem do interdiscurso e que não deve ser julgado somente pela articulação da frase.

Para constituir de maneira mais precisa a formulação que define a noção de interdiscurso, já que ela coloca em questão a de formação discursiva, pensamos nessa forte associação, tal como foi construída em “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”. Relação fundamental que confirma a impossibilidade de se tomar o sentido como fixado a uma palavra, já que esta é significada pela (e na) formação discursiva na qual está inscrita. Além disso, esse vínculo supõe um movimento contínuo que sustenta o processo discursivo e é sustentado por ele: o interdiscurso estabelece regionalizações porosas entre as formações discursivas (que representam as formações ideológicas) e essa porosidade simula que as palavras se significam do mesmo modo entre as regiões do interdiscurso; assim um sentido parece compartilhado pelos sujeitos com igualdade e transparência, e todos parecem falar de um mesmo lugar, ilusão necessária ao processo discursivo, pois, como afirma Orlandi (2015, p.20), o interdiscurso oferece “a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas, experimentadas.”

³ Expressão retomada de “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, de 1975 (p.168), em que Fuchs e Pêcheux analisam as fronteiras entre formações discursivas.

Desse modo, ligado à definição de interdiscurso como o “todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 1975 [2009], p.149), “todo” entrelaçado no complexo das formações ideológicas, é importante discutir sobre a reflexão já construída em torno dos estudos linguísticos e semânticos, ao abordarem a questão do sentido. Ainda que uma formação discursiva possa ser tomada como uma regionalização do interdiscurso, ela não funciona de modo automático e homogêneo. Como reflete Orlandi (2012a, p.44), “elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”. Contudo, a inscrição e o funcionamento de uma palavra em uma formação discursiva parecem legitimar a transparência do sentido, evidência que é um efeito ideológico, o qual deixa a historicidade da construção do sentido esquecida, apagada. Considera-se, assim, a significação como algo que parece circular no imaginário como anterior - mas não fechado - à palavra, constituído na memória discursiva, em um processo complexo no qual a transparência é um efeito. Investigaremos como esse imaginário de anterioridade se dá no pré-construído.

1.1 O imaginário de anterioridade no pré-construído

Nos estudos discursivos, é recorrente a presença do termo “imaginário” na explicação do funcionamento dos efeitos de sentido, pois, ao partirmos da inexistência da relação direta linguagem – mundo, consideramos que esta “parece” transparente, pois funciona como direta pelo imaginário que a constitui (ORLANDI, 1998). Desse modo, o gesto de fazer circular um sentido – formulando um dizer – indica uma inscrição em uma rede de significações, porém também pode indicar a simulação de um efeito de origem, como se o sentido tivesse sido inaugurado no sujeito. A noção de anterioridade será a entrada para discutir sobre o imaginário que ancora o pré-construído. Tomaremos dois sintagmas que, por se inscreverem com frequência em formulações de sujeitos brasileiros, consideraremos – para análise – como cristalizados: *castelo de areia e saia justa*⁴.

⁴ Ao pensarmos na ilusão de saturação/cristalização de termos ou expressões, percebemos que muitas são as maneiras de comumente nos referirmos ao que se inscreve repetidamente: chavão, clichê, ditado popular, fórmula... Essa inscrição repetida indica um funcionamento ideológico em que um direcionamento ao sentido é dado, ou seja, uma interpretação do sentido em uma direção produz um efeito de transparência. Embora sejam significadas e nomeadas de modos distintos, as formulações que parecem circular exaustivamente destacam-se por se movimentarem em uma sintaxe fechada (apenas a sintaxe). A cristalização – considerada aqui como a premissa para tal escolha – pode ser tomada como indício de repetidas inscrições. Posteriormente, no capítulo de análise, quando as duas expressões forem novamente exploradas, analisaremos, de modo mais profundo, o funcionamento das formulações saturadas e os efeitos de sua circulação no interdiscurso.

Para apresentar o que entendemos por pré-construído, é válido ressaltar sua relação de proximidade e de distanciamento com o conceito nomeado por já-dito. Sabe-se que, por haver uma relação direta, nos dois casos, com o interdiscurso, em muitos momentos as noções são tomadas em uma relação de sinonímia. Nos estudos discursivos, há constante reflexão sobre sentidos da ordem do já-dito e do pré-construído que atravessam formulações. Contudo, pouco se pensou ainda sobre os seus limites e sobre a relação dessas noções com o interdiscurso. Marandin (2014, p. 138), ao contrastar as definições, afirma que “o pré-construído qualifica a forma da expressão na medida em que ela limita a interpretação, enquanto o já-dito depende do conteúdo (proposicional ou nocional)”. Assim, pensamos que, ao se requerer um conhecimento sem um dêitico que sinalize o interdiscurso, fala-se da ordem do pré-construído, já que este designa uma situação onde o modo de organização do objeto é indistinguível de seu modo de interpretação. Porém, quando um sentido está em relação extra enunciativa, ou seja, quando o movimento de interpretação não é limitado apenas pela apresentação do objeto, fala-se do já-dito, pois filiamos o sentido aos muitos já presentes no interdiscurso. Contudo, quais seriam os limites entre o já-dito e o pré-construído? Poderia um sentido atravessar esses limites?

Considerada por Maldidier (2003, p.34) como o “elo decisivo para que a teoria do discurso estivesse verdadeiramente concernida com os funcionamentos linguísticos”, a elaboração do conceito de pré-construído acabou por legitimar a noção de processo discursivo já que se supõe um imaginário de anterioridade saturada e significativa que se instaura como evidente e já sabido. Diferentemente de uma posição logicista em que se sustentavam os trabalhos de Oswald Ducrot, Michel Pêcheux e Paul Henry “reformulam a pressuposição no novo terreno do *discurso*” (MALDIDIER, 2003, p.34). Desse modo, a língua não é significada como “o instrumento do sujeito”, tampouco o sujeito é “o locutor que escolhe conscientemente seu dizer”, mas toma-se a ordem do discurso para ressignificar o pré, figurando não mais em uma relação antonímica com o posto, mas como uma construção imaginariamente já significada, como um efeito de uma discursividade anterior, uma discursividade “pré”.

Paul Henry, ao discorrer sobre o pré-construído, em *Constructions relatives et articulations discursives* (1975, p.97), afirma que “não se trata de formulação lógica, mas de efeitos de sentidos”. Ao se pensar em efeito, elimina-se a possibilidade de ser o pré-construído a origem; embora pareça estar colocado em uma anterioridade (significado antes), podemos pensar em um simulacro que evidencia uma construção. A temporalidade que simula o “pré” não pode ser tomada em uma linearidade. Acredita-se que o pré-construído já funcione fora (no exterior constitutivo) como evidente e que todos partilhem de um mesmo lugar, porém não há literalidade, mas um efeito no processo discursivo. Como não se pode precisar o início ou o fim

em um processo, é também impreciso localizar o pré-construído como anterior em uma sequência linear. Desse modo, quando tomamos a anterioridade – pré - na qual o efeito se dá, consideramos não formulações já passadas, fechadas em um pretérito localizado, mas construídas em outro lugar, em outros textos, ou o imaginário de sua construção. Ao ser caracterizado de tal modo, o pré-construído – embora se sustente em uma independência imaginária por não sinalizar o interdiscurso - não é sua própria causa, ou seja, a saturação de sua estrutura é também um efeito no processo discursivo.

Em relação à articulação das construções relativas, Pêcheux (1980, [2016]) reflete sobre o apagamento do interdiscurso como fonte do pré-construído quando ocorre sua realização intradiscursiva, comparado a um encaixe; o enunciado encaixado é dependente, já que funciona como dispositivo de composição de um nome. Ainda na instância do pré-construído, mas em relação a uma construção sintagmática, podemos tomar, por exemplo, a articulação de “castelo + de areia” que, mesmo procedendo diferente de uma oração subordinada adjetiva, também parece apagar o interdiscurso. Ao substantivo “castelo” podemos associar múltiplas locuções adjetivas que caracterizem o elemento do qual é constituído, como “de pedra”, “de tijolos” ou “de nuvem”. Contudo, por se simular como evidente, transparente e anterior⁵, a realização intradiscursiva castelo + de areia parece encaixada de tal modo que apaga o interdiscurso na qual se combina. É possível observar no funcionamento do pré-construído, conforme mostrado por Pêcheux, o apagamento do interdiscurso, o que associamos aqui ao imaginário de anterioridade sobre o qual estamos discutindo: por que é imaginariamente constituído antes, em outro lugar, o sintagma irrompe como parte já conhecida em uma realização intradiscursiva, como efeito de transparência, em que se compartilha com evidência e não como parte de um processo discursivo; parte de um movimento do interdiscurso se realizando como intradiscorso.

Essa não-sinalização do interdiscurso (o funcionamento de se requerer um conhecimento sem um dêitico que o sinalize, como já mencionamos anteriormente) é o que talvez simule o imaginário de já existência - efeito de anterioridade e exterioridade – que (imaginariamente) faz o pré-construído como a causa, a origem de si. Ilusão que atravessa a construção, já que parece ter sempre existido. “Todo dizer (intradiscorso, dimensão horizontal, formulação) se faz num ponto em que (se atravessa) o (do) interdiscurso (memória, dimensão vertical estratificada, constituição) ” (ORLANDI, 2012b, p.11). No entanto, ainda que todo

⁵ Ainda que haja um efeito de universalidade e fechamento, as condições de produção são essenciais na distinção entre o que distinguimos por pré-construído e por já-dito. Ao sujeito que não há referência alguma quanto à expressão “castelo de areia”, por exemplo, poderíamos associá-la a um efeito de já-dito, como será discutido posteriormente.

dizer se encontre nessa confluência, ao tomarmos a ordem do pré-construído, pensamos na ocorrência que chamaremos aqui de *simulação de horizontalidade*, em que o sintagma/a oração/a construção parece pertencer apenas ao eixo do intradiscurso e não ser constituído – também – em um atravessamento do eixo vertical, de inscrições repetidas, de uma história de significações. O (imaginário) apagamento da constituição, além de simular a pré-existência (anterioridade e exterioridade), parece garantir ao sujeito a autoria no dizer, diferentemente do que se dá na ordem do já-dito. As condições de produção em sentido amplo parecem atravessadas de obviedade e apenas as de sentido estrito preceder a autoria. Assim, pensamos que a *simulação de horizontalidade* ocorre somente no funcionamento do pré-construído. No já-dito, o ponto de atravessamento da memória que se faz matéria da atualidade (a constituição irrompendo e corporificando a formulação) não está apagado, ou seja, o dêitico, que sinaliza o outro no dizer, aparece.

O intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” totalmente determinada como tal “do exterior” (PÊCHEUX 1975 [2009]), porém, ao simular uma relação dissimétrica entre os eixos, o sintagma pré-construído irrompe no fio do discurso do sujeito, que, ao fazer circular o sintagma, coloca-se no lugar de autor da expressão já-construída cuja formulação não é marcada. Há um atravessamento estranho e ambíguo na simulação de horizontalidade: ao mesmo tempo em que o pré-construído parece ser construído fora e antes, em outro lugar, a história de inscrições não é evidente, parece não ter origem no interdiscurso, não ser parte do “processo discursivo que se desenvolve sobre a base linguística” (MALDIDIER, 2003, p.48), mas ser uma realização intradiscursiva.

Desse modo, se na formulação de um sujeito irrompe o sintagma *castelo de areia*, como em “Meu namoro não será *castelo de areia*”, o bloco – que já circula nessa articulação – parece ter sido formulado nessa autoria, em uma relação horizontal em que a transparência se faz fundante. Assim, talvez não seja necessária a explicação de que o namoro não arruinará >⁶ não será efêmero > não acabará, ou ainda não há necessidade de restaurar o sentido de que um castelo de areia acaba > é destruído > não dura. A formulação parece conter o movimento dos sentidos e a polissemia parece ausente, porém isso se trata de uma simulação, uma vez que não há sintaxe que impeça um deslize de sentidos.

⁶ O símbolo “>” representa o movimento dos sentidos, que se equilibra entre a paráfrase e a polissemia. Uma formulação pode deslizar para outra (com uma tendência ao novo, a um efeito metafórico), contudo, algo se mantém como o mesmo na diferença instaurada.

Ao se pensar em uma simulação de horizontalidade consideramos haver (imaginariamente), em alguns momentos do processo discursivo, uma relação desigual entre formulação, constituição e circulação. Nomeamos por simulação, pois sabemos que isso não ocorre, contudo, essa circulação-pré parece amarrar o sujeito e autorizá-lo a apagar o interdiscurso que lhe é matéria; é simulação porque não é consciente. Podemos relacionar a simulação ao esquecimento n^o2 já que uma formulação irrompe como a possível e acaba por apagar as outras de sua rede parafrástica. Não há uma ordem, sequência ou hierarquia no processo discursivo, mas o pré-construído simula que a circulação precede a formulação: os sentidos (simulam) já existirem atados, saturados... e irrompem em um bloco-de-sentido já constituído. Em uma conversa de amigos, por exemplo, o sujeito-autor, ao relatar sobre o namoro, formula – a partir da “matéria-prima” interdiscurso – um dizer sobre seu novo relacionamento (Meu namoro não será *castelo de areia*), e o outro compreende, sem hesitar, a negação da efemeridade. No entanto, o sintagma em questão já circula como pré-construído, e seu efeito consiste em não conseguir identificar sua formulação primeira. Quem deslizou a *construção feita de areia* à durabilidade de algo? Quando o movimento de sentidos foi instaurado? O interdiscurso parece já ter “oferecido” o bloco, e não ser este também uma formulação circulante com insistência no eixo da constituição, que se atualiza a cada autoria de cada sujeito.

A evidência, a anterioridade, a ausência de dêitico e a exterioridade são características do pré-construído que simulam um apagamento das inscrições, da constituição e do eixo vertical. O efeito metafórico dá lugar ao funcionamento da transparência, da universalidade. Parece haver “uma literalidade do sentido figurado”⁷. Para que seja investido corpo ao sentido – em um sintagma pré construído -, as condições de produção em sentido estrito (o aqui e o agora) são essenciais à articulação do bloco-de-sentido ao referente de que se fala, ou seja, a realização intradiscursiva inscreve *castelo de areia* (efemeridade) em uma formulação na qual se caracteriza um namoro, um trabalho ou um projeto, por exemplo. Em um efeito de anterioridade à formulação do sujeito, quando o sintagma irrompe no intradiscorso, simula apagar a constituição na qual se inscreve saturadamente e parece ser da autoria do sujeito que o toma; relação imaginariamente dissimétrica entre circulação e formulação. Entretanto, podemos tomar essa reflexão como uma *simulação de horizontalidade*, porque antes tomamos o pré-construído como efeito; conforme já discutimos, não podemos supor a ausência de

⁷ Agradeço a contribuição da Professora Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer por esta expressão resultante de uma brilhante explanação sobre a possibilidade de haver um recobrimento literal do que funciona como figurado.

simetria entre os eixos igualmente constitutivos do sentido ou ainda mensurar etapas que precedem as demais em um processo.

Pensar (erroneamente) no pré-construído não como efeito, mas como origem também levanta outra questão a ser discutida: a proposição pecheutiana em que há o primado da matéria sobre o pensamento, ou do ser sobre o pensamento (PÊCHEUX 1975 [2009], p.232). Sendo, como afirma o autor (1975 [2009], p.234), o pensamento uma forma particular do real, a apropriação e a regionalização não instauram um processo discursivo, mas ocupam as representações já significadas. Dessa forma, tomando para análise os sintagmas escolhidos, podemos pensar que, assim como um sujeito se instalará nas representações já significadas (PÊCHEUX 1975 [2009], p.237), vai também instalar as “coisas” – como um *castelo de areia* ou *uma saia justa* – ao que já conhece, identificando-as com o evidente, o familiar. A efemeridade de uma relação é significada como um *castelo de areia*, se instalando na possibilidade de desmoronamento deste. O embaraço de uma situação é representado como uma *saia justa*, se instalando no aperto desta. E, mesmo sendo inscrita com exaustão, a representação não é a origem de si, mas um efeito que se instala como anterior.

Para que se instalem as “coisas”, é preciso haver um deslizamento de sentido o qual Pêcheux (1969 [2014]) chama de efeito metafórico e o compara a uma substituição contextual. Como característica fundante de toda língua, a metáfora corresponde à transferência de sentido, que é também constitutiva do processo e funcionamento discursivos; por exemplo, o deslize de *saia justa* a *aperto* é tanto constitutivo do sentido de *saia justa*, quanto, do sentido de *aperto*, daí a permissão para que “a instalação” ocorra. Contudo, a relação *saia justa* - *aperto* parece cristalizada em um efeito de fechamento sem possibilidade de deslocamento, contrariando a característica basilar citada, e afetando o lugar de interpretação e historicidade que se constrói pela possibilidade de metáforas. Talvez a realização do interdiscurso como pré-construído silencie a multiplicidade de efeitos metafóricos: a metáfora está lá, porém parece não existir mais enquanto metáfora ao ganhar um efeito de literalidade, de sentido literal, estabelecendo uma injunção à interpretação), produzindo uma evidência discursiva tal, que *castelo de areia* esteja sempre a funcionar ligado à *efemeridade*, por exemplo.

Outra reflexão acerca do real pode ser levantada: havendo um primado do real sobre o pensamento, o efeito de pré-construído parece estar ligado também a um “exterior” ideológico que lhe constitui. O *castelo de areia* e a *saia justa* “existem”. Não é o pensamento que os cria, porém são significados nas/pelas práticas discursivas. Pela ilusão referencial - impressão que nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras

(ORLANDI, 2012a, p.35) – parece haver uma relação transparente e natural entre, por exemplo, a característica justa do objeto saia e uma situação complexa. Ao se afirmar: “Fiquei em uma *saia justa*, ao pedir a conta e perceber que não tinha dinheiro suficiente para pagar”, há um movimento metafórico em que uma situação é deslizada ao objeto “saia”, isto é, o objeto “saia” é deslocado a outra prática discursiva. Contudo, por se inscrever com exaustão em uma região desse exterior, há um efeito de pré-construído, de anterioridade, na expressão, já que parece que uma situação embaraçosa, de aperto, “só pode” ser dita/significada como uma saia justa.

Além de analisarmos o imaginário de anterioridade ligado ao funcionamento do pré-construído, pensaremos também sobre a ilusão de fechamento do sentido que também caracteriza essa instância.

1.2 A ilusão de fechamento no pré-construído

Faz-se complexo o estabelecimento dos limites entre o sintático e o discursivo, principalmente quando se trata da noção de pré-construído, efeito que parece ser, sempre e somente, apontado pela sintaxe. Marandin (2014), ao refletir sobre a origem da noção, afirma que o pré-construído foi definido pela relação a um único plano de organização (o sintático) e que esta limitação se deu devido à conjuntura teórica na qual se desenvolveu a análise de discurso sob influência de estudos gerativistas, os quais observavam, principalmente, as transformações. O autor insiste que é preciso estender a discussão para além do sintático, e sugere que se deve considerar que todo plano de organização autônomo é suscetível de instaurar um efeito de pré-construído. A sintaxe é, portanto, um ponto de ancoragem para que se observe o funcionamento do efeito, porém ele não se resume a esse arranjo. É necessário compreender que tanto o funcionamento sintático quanto o discursivo indicam a autonomia de que fala Marandin. Há, em muitos momentos, uma estrutura autônoma na qual se pode perceber um trabalho da língua e a negação disso é a negação de que a língua tem forma, tem sentido e é falada; e de que toda reflexão acerca da língua, de sua sistematização e regularidade, supõe a incorporação de uma reflexão em termos de discurso (GADET, LEON e PÊCHEUX, 2014).

É preciso ressignificar a sintaxe e distanciá-la de uma postulação hermética em que o arranjo sintático é tomado como inflexível e coercitivo. Ao falar do tratamento dado ao *corpus* em uma análise discursiva, Pêcheux (1980 [2014]) reflete sobre a quebra do fio do discurso em sequências discursivas e sobre seu tratamento como entidades independentes. Talvez essa independência que parece caracterizar uma sequência discursiva simule uma autonomia da

sintaxe que pode ser marcada por um início e um fim, além de tornar opaca a quebra do fio do discurso, o que parece ser materializado na amarração da sintaxe. Isso confirma a complexidade que sustenta a relação entre discurso e sintaxe; como afirma Gadet (2011, p.102) a estrutura sintática é tanto indiferente aos processos ideológicos quanto responsável por eles; as regras da língua possibilitam jogos ideológicos e latitudes discursivas, trabalho que não se limita à quebra do fio do discurso, mas o torna também realizável.

Vários são os trabalhos que tratam da relação entre o efeito de pré-construído e a materialização sintática oracional ou sintagmática, conexão que pode levar a um desvio nocional, se compreendida a sintaxe como a “responsável por fechar o sentido”. Embora a cristalização de uma estrutura possa ser percebida na repetição de um arranjo sintático, não é o linguístico que supõe o possível “trancamento”. Ao contrário, tomaremos a inscrição repetida de sentidos como geradora de tal ilusão; ilusão devido à cristalização da sintaxe.

Avançando sobre a afirmação de não estar o pré-construído restrito a determinados arranjos sintáticos, podemos pensar que longe do postulado por Ducrot (1977; 1981;1987), não há algo na sintaxe da língua que conceda ou impeça a ligação de, por exemplo, um substantivo a um adjetivo, mas o funcionamento do discurso produz a evidência da permissão/negação de pertencer à ordem linguística. A repetida inscrição de um sintagma ou oração em uma formação discursiva (ou ainda em diferentes formações) leva à cristalização da estrutura sintática, ou seja, a forma se satura⁸, saturação que produz a impressão de que há algo na materialidade da língua a autorizar, em alguns casos, uma combinação sintática lógica e em outros não. Maldidier (2003) reflete que a evidência é um efeito resultante de combinação de elementos da língua já usados em discursos passados. A questão que nos interessa, dessa maneira, é pensar no que permite – no funcionamento do processo discursivo - que construções sintagmáticas sejam tão repetidas que pareçam evidentes, o que talvez as conduza ao que se conhece por “coloquial”.

É essencial, portanto, compreender o sufixo “pré” não como um fechamento de sentido propiciado por um fechamento lógico da sintaxe, mas como um efeito de sentido, em que a saturação das construções indica uma história de inscrições e uma história de circulação. A fim de exemplificar a distinção entre logicidade e efeitos de sentidos, tomaremos novamente a expressão *castelo de areia* para análise.

⁸ Compreendemos a saturação como um efeito ideológico (Orlandi 2016) em que a repetição parece garantir a completude e a evidência. Dessa maneira, pensar em uma forma sintagmática que se satura é entender que seus elementos se inscrevem juntos e continuamente no interdiscurso (transitando entre formações discursivas) de modo que parecem fechados em uma estrutura parafrástica que tende à repetição, à cristalização.

Observa-se, com frequência, em cidades litorâneas, como lazer ou obra de arte, a edificação de castelos na areia da praia. Se lido de um lugar discursivo, o gesto de ir à praia é marcado por um rito: trajas e objetos adequados, a permanência e a duração, bebidas e alimentação... e podemos inscrever a brincadeira na areia – como a construção de um castelo⁹ – também como sentido possível do processo em questão. Fugindo a essas condições de produção, a expressão *castelo de areia* é filiada comumente à fragilidade, à ausência de alicerce, ao desmoronamento certo e fácil; contrastando com elementos mais sólidos ou rígidos como a pedra. Desse modo, é comum percebermos em formulações orais ou escritas *castelo de areia* associado, por exemplo, à fraqueza de um sujeito ou de uma relação. Ressalta-se que a característica de “comum” (associada à expressão) não o “é” desse modo, mas “torna-se” assim, devido às inscrições repetidas que levam à cristalização.

O sintagma *castelo de areia* parece funcionar como lógico, direto, porém a sintagmatização já é um sintoma do pré-construído. O núcleo *castelo* se completa com/exige a expressão adjetiva *de areia*; inscrição que é repetida, já que o substantivo pode ser qualificado por outros inúmeros modificadores: *de pedra, bonito, escuro...* mas a junção *castelo + de areia* tornou-se solidificada e funciona como evidente, lógica e autoexplicativa, quando remete a determinados efeitos de sentido. Ainda que se inscreva em diferentes condições de produção: como o título de um filme de guerra ou a frase final de uma crônica, por exemplo, a expressão sintagmatizada evoca a rede de significações na qual já está amarrada, possibilitando uma leitura que aparenta ser lógica. Isso nos leva a refletir que parece já existir um modo de ler o pré-construído.

Nesse sentido, trazemos um trecho de um dos artigos fundadores em que a noção aparece: a conclusão do texto de 1971 (já citado anteriormente), em que Pêcheux, Henry e Haroche tratam a questão do sentido nos estudos linguísticos no/após o corte saussuriano. Os autores, ao finalizarem o texto, conferem ao “sujeito falante”, que é o suporte de representações do interdiscurso, o gesto de tomar posição em relação a essas representações, ou seja, na (e pela) língua que “é a materialidade específica do discurso” (ORLANDI, 2015, p.20), o sujeito é significado e também faz-se significar. Contudo, o processo discursivo só é possível se essas representações já “se encontrarem realizadas por um pré-construído linguisticamente analisável” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 1971). Pela materialidade da língua (orações, sintagmas...), é possível perceber o processo discursivo em funcionamento. A sintaxe

⁹ Apesar de não explorada aqui, é preciso trazer a história de inscrições do sentido de “castelo” em contos de fadas e sua relação com a memória europeia, com sentidos de burguesia e nobreza. A filiação a esta formação discursiva parece suspensa, apagada, o que produz um efeito de universalização.

cristalizada disponível para ser lida indica o funcionamento da discursividade que a cristalizou. Desse modo, o pré-construído, que surge para se ler em uma formulação, aponta que sua sintaxe já foi amarrada em textos outros, anteriores, em uma fração do interdiscurso que surge também amarrada, ou indica que funciona no imaginário uma amarração da sintaxe.

A língua permite múltiplas combinações, porém no discurso funciona (ele autoriza) a repetição, a inscrição em excesso de *castelo + de areia e saia + justa*. Algo de fora – exterior à sintaxe – trabalha nessa cristalização. Contudo, nem sempre é reconhecida a relação limítrofe entre o discursivo e o linguístico, em que o fechamento deste indica um trabalho daquele. Collinot e Mazière (2014) apontam que há dificuldades em se tratar do pré –construído por ser um fenômeno não identificável na superfície do texto. Tratam da instância como “traços apagados de um outro discurso, não ditos, mas inscritos no interior do discurso que os sustenta”. Como essa inscrição se torna material pela sintaxe cristalizada, talvez possamos compreender a dificuldade em tomar o movimento do discurso como uma motivação da saturação da forma, e não o contrário. Os autores compreendem que a marcação de que o pré-construído só pode ser observável pela sintaxe pode ter influenciado muitos estudos centrados em análises de palavras; análises nas quais, muitas vezes, a história da palavra em língua é ignorada, o que acaba por aproximá-las de um domínio linguístico e distanciá-las do discursivo. Entendemos que é necessário tomar a inscrição repetida no linguístico como um sintoma de algo que já funciona no discursivo, algo que não se pode separar, mas também não pode ser o ponto determinante. “É do interior da própria sintaxe que irrompe a questão do sentido”. (ORLANDI, 2014 p.15)¹⁰.

Sendo o pré-construído “o ponto em que se pega o interdiscurso” (MALDIDIER, 1990 *apud* COLLINOT E MAZIÈRE, 2014, p.194), é expressivo refletir que a inscrição do(s) sentido(s) em exaustão, a sua insistência em se marcar, acaba por marcar também o interdiscurso na instância linguística, na sintaxe que se cristaliza, a forma em que se toma a memória; a qual, por parecer não ter autoria, irrompe na autoria de todos os sujeitos. Podemos trazer, desse modo, a relação feita por Mالدیدیر (1994 *apud* COLLINOT E MAZIÈRE, 2014) em que talvez estaria o pré-construído sobre uma base contínua, na persistência da memória, e o interdiscurso permitindo um trajeto no qual há possibilidade de se construir o novo. O movimento parafrástico – polissêmico é constitutivo do interdiscurso, porém ao se encontrar

¹⁰ Texto de introdução de Gestos de Leitura (2014), organizado por Orlandi. A autora reflete sobre a sintaxe ao descrever *Ler o Arquivo Hoje*, em que Pêcheux mostra que a falha é constitutiva da língua. Embora a construção sintática seja trabalhada aqui para precisar o funcionamento do pré-construído, aproveitamos a reflexão da autora, a fim de pensarmos ser a “sintaxe amarrada” um espaço em que os sentidos também trabalham, funcionam.

como efeito de pré-construído, a paráfrase da forma acaba por regular também a polissemia, o novo. Não há impossibilidade de deslocamento, mas regulação, continuidade da base, na qual a memória se mantém.

Retomamos aqui a questão da deriva nos sintagmas *castelo de areia* e *saia justa*. Palavras compostas por justaposição, quando unidas por hífen, apresentam uma marca de sua delimitação sintagmática e semântica. Assim, a hifenização amarra não somente um termo ao outro, mas também associa, de modo contínuo, os termos justapostos em unidade. Ainda que não estejam conectados dessa maneira, a deriva dos sentidos dos sintagmas em questão parece contida, regulada, pois a paráfrase da estrutura acaba por mantê-la na memória discursiva; por exemplo *saia* e *justa* não funcionam como unidade linguística (como substantivo composto), mas podem se significar como “unidade discursiva” em que a polissemia parece mínima.

Ademais, é relevante trazer, aqui, a discussão de Pêcheux (1993 [2012]) acerca dos espaços administrativos que organizam as operações dos sujeitos, categorizando-os e regulando a interpretação. Conforme exemplifica o autor, é impossível que se tenha diploma e não o tenha, ser solteiro e casado, civil e militar, pois estar em uma categoria implica não pertencer à outra, o que talvez possa se aproximar das reflexões de Barthes (1978) acerca das restrições que a língua faz, tendendo estruturalmente à “alienação” do sujeito que só se faz sujeito ao se subjetivar nela / por ela. Assim como nesses espaços “logicamente estabilizados”, o pré-construído também parece realizar uma proibição de interpretação, embora *ter diploma* se signifique numa relação de oposição e diferença a *não ter diploma*, como diria Saussure (1916 [2006]). Ao irromper como evidente, supõe-se que apenas que um sentido esteja amarrado à construção e que ele é de conhecimento de todos os sujeitos. A coerção ideológica faz repousar sobre um sintagma (neste caso) a transparência de que a combinação não é um efeito, mas “originalmente” se apresentava como tal.

Se tomada a expressão *castelo de areia*, observa-se ter ocorrido um deslize, já que ela passou não somente a significar a construção à beira mar, mas associou-se às noções de efemeridade, fraqueza e fragilidade, rede de sentidos na qual circula insistente e saturadamente. Porém, mesmo na ocorrência desse deslize, para significar, por exemplo, um relacionamento como *castelo de areia*, é necessário restaurar a matéria com a qual foi construído (a areia) para que a filiação faça sentido. Efeito metafórico no qual o sentido de *areia* se cristalizou ao de *efemeridade*.

Pensamos, então, que o sujeito materializa relações imaginariamente já dadas em uma anterioridade/exterioridade à sua formulação, por exemplo na repetição da articulação sintagmática (entre um nome e uma expressão modificadora). Considerando, como afirma

Orlandi (2012a, p. 33), que “todo dizer se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação)”, a inscrição de um sintagma saturado no nível do intradiscurso, em condições de produção determinadas, acaba por atualizar a memória já constituída, ainda que esta pareça estável e também cristalizada como a forma sintagmática. Embora haja, nessa inscrição, uma simulação de horizontalidade, em que a constituição parece apagada, sempre há uma atualização da memória. Observamos, assim, que a tomada de uma estrutura saturada não é a certeza de estarmos falando de um mesmo lugar. Ainda que o pré-construído indique um efeito de recorte do interdiscurso atado em uma linearidade repetida; quando esse recorte – como sintagma ou oração – irrompe como parte de uma (nova) formulação, fala-se de um novo lugar: pré-construído filiado a outra discursividade, dado em outra textualidade.

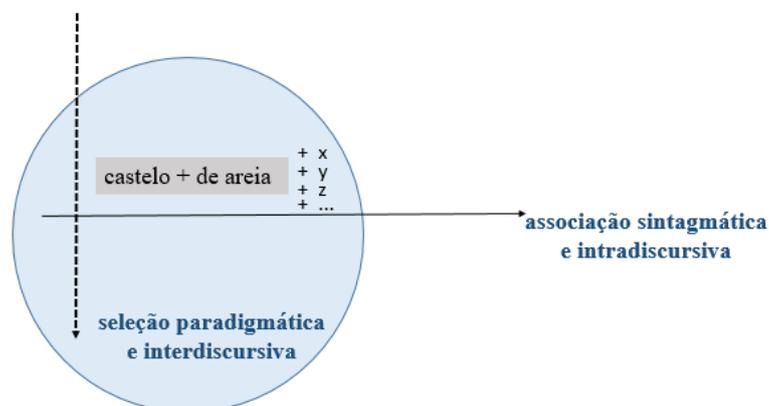
Investigando essa confluência entre memória e atualização, retoma-se a questão central inaugurada pela elaboração do conceito de pré-construído já mencionada por Malidier. Pêcheux (1975 [2009], p.89) também destacou a importância da noção ao afirmar que se chegou “a um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a Linguística”. Refletimos que é importante marcar e analisar, de maneira limítrofe, as instâncias discursiva e linguística, pois talvez pareça não haver – na instância do pré-construído – a possibilidade de quebra, de deslocamento, de mudança, na ordem da sintaxe, mas, ainda assim, há no discurso. A forma é fechada, amarrada, mas não se pode bloquear um sentido. E mesmo que seja identificável por sua forma linguística cristalizada, por um sintagma nominal ou por uma oração subordinada adjetiva, por exemplo, “reduzir o pré-construído à sua forma, a uma manifestação sintática, tira parte de sua eficácia teórica” (PAVEAU, 2013).

Como uma das questões nodais da elaboração do conceito era a de relocar a discussão de Frege a respeito da pressuposição do domínio lógico para o linguístico, inicialmente as análises de Pêcheux e Henry se desenvolviam fortemente em torno da sintaxe. Entretanto, isso não supõe que o pré-construído esteja reduzido à sintaxe que o identifica; ao contrário, o efeito de evidência, por exemplo, da expressão *castelo de areia*, ao irromper em uma formulação, indica que “as estruturas sintáticas que autorizam a apresentação de certos elementos fora da asserção de um sujeito lhes aparecem como os traços de construções anteriores, de combinações de elementos da língua, já ‘ousados’ em discursos passados” (MALDIDIER, 2003, p.35). A sintaxe cristalizada (orações, sintagmas, substantivos próprios...) caracteriza a existência do pré-construído: o recorte do interdiscurso que se inscreve (ou o imaginário de sua inscrição) repetidamente em uma mesma sintaxe, contudo, não é somente a organização sintática que o descreve. A saturação da forma é parte de um funcionamento discursivo sustentado em um

efeito de anterioridade e exterioridade amplo, é um efeito de sentido pertencente ao domínio discursivo (e que pode ser compreendido no linguístico).

A estrutura *castelo + de areia* está sintagmatizada em uma combinação repetida insistentemente; o traço da repetição é dado na (e pela) forma que parece contrariar a produtividade linguística por se inscrever de uma mesma maneira. Porém, nem sempre a significação é repetida, já que uma mesma forma pode se significar em uma multiplicidade. Orlandi (2007, p. 70) define a repetição histórica como a que “inscreve o dizer no repetível enquanto memória constitutiva, saber discursivo, em uma palavra: interdiscurso”. O movimento polissêmico parece contido e a paráfrase, dominante; mas a repetição de uma expressão sintagmatizada como *castelo de areia* pode historicizar por estar inscrita no interdiscurso. Ainda que esteja o pré-construído ligado à simulação de horizontalidade, na qual há a ilusão do apagamento do eixo vertical ou da constituição, na linearidade da realização intradiscursiva, o interdiscurso é convocado para historicizar a expressão a cada nova inscrição¹¹.

Figura 1: Simulação de horizontalidade no pré-construído



Fonte: da autora

Avançando na reflexão sobre o que se entende por pré-construído e sua relação com a noção de interdiscurso, apresentamos, para melhor compreensão, o sintagma *saia justa*. A expressão, sob um efeito de pré-construído, ainda que tenha sido formulada inicialmente em uma formação discursiva determinada, parece ter adquirido um sentido tão “evidente” que pode circular entre todas as formações discursivas, entre todas as regiões do interdiscurso; regiões limitadas por uma fronteira e identificadas por elas, mesmo que de maneira porosa e heterogênea. Contudo, a noção de pré-construído atravessa essas fronteiras. Nos dizeres de Henry (citado por

¹¹ Discussão do capítulo de análise.

Pêcheux, 1975 [2014], p. 89), o pré-construído remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é “construído” pelo enunciado. Assim, podemos pensar, por exemplo, que a formulação: “A loja está em uma *saia justa* com a crise, precisa vender o dobro de computadores!”, é dada em uma formação discursiva capitalista de mercado neoliberal. “As palavras, expressões, proposições recebem seus sentidos das formações discursivas nas quais se inscrevem” (Orlandi, 2007, p. 21). Embora seja provisório, como afirma a autora, já que sabemos que um sentido não está colado à palavra – sem que esse não possa se deslocar - ela traz/evoca a memória discursiva, portanto, “loja”, “crise” e “vender” marcam que a formulação é atravessada por um discurso capitalista, marcam o lugar onde se inscrevem.

Diferentemente, a expressão *saia justa* já circula dessa maneira; parece ter sido construída antes. Se a formulação for outra: “Depois que a enfermeira injetou medicamento errado o hospital ficou em uma *saia justa*”; “enfermeira”, “medicamento” e “hospital” marcam a inscrição em uma formação discursiva relacionada à saúde, porém *saia justa* parece novamente ter sido construída antes e exterior à formulação. Assim, pensamos que a relação do pré-construído com o interdiscurso é a de recortá-lo (em um imaginário), e a inscrição repetida desse recorte gera a cristalização da forma material na qual ele está organizado e um movimento que parece esvaziar o sentido e gerar uma obviedade que possibilita a circulação entre todas as formações discursivas. Podemos refletir que uma estrutura na ordem do já-dito ainda mantém um elo com a formação discursiva na qual está inserida, porém, na ordem do pré-construído, ela parece se esvaziar de tal modo que pode irromper em qualquer uma delas. *Castelo de areia* e *saia justa* parecem circular com sentidos cristalizados em formações discursivas distintas.

A relação dissimétrica (também citada por Pêcheux) consiste nisto: a formulação se dá em um domínio ou formação discursiva, mas o pré-construído que irrompe na formulação não pertence ao mesmo domínio, pois parece já “encontrar-se lá”, já ter sido construído. Há um efeito de pré-construído na formulação – *saia justa*, por exemplo - por estar em uma organização cristalizada e, conforme reflete Orlandi (2007, p.67), “na linguística, as teorias da sintaxe são um modo de dar conta da organização da língua, mas se pode reconhecer, na sintaxe, um lugar de acesso à “ordem” da língua”. Podemos retornar à discussão já apresentada de que sintaxe e discurso se relacionam em uma especificidade na qual não se pode identificar uma constituição originária. Isso nos permite pensar que a temporalidade em que parece ser o pré-construído anterior não é linear, ou seja, embora, pelo funcionamento discursivo de fluir entre regiões do interdiscurso, *saia justa*, por exemplo, pareça ser uma associação (em unidade) ocorrida anteriormente às infinitas combinações possíveis, às infinitas formulações, a

anterioridade é um efeito pela inscrição repetida do sintagma. Não há uma linearidade na qual *saia justa* já “existe” em um tempo anterior, mas, pela historicidade que atravessa e sustenta o movimento discursivo, os efeitos de sentidos se constituem a cada formulação: é na inscrição do sintagma e na combinação a outras unidades que a significação de “aperto” pode ser tomada como *saia justa*.

É válido ressaltar novamente que, mesmo inscrito com exaustão, esse recorte do interdiscurso convoca uma historicização ao irromper em cada formulação. *Saia justa* remete a uma situação embaraçosa, da qual se torna difícil escapar. Tal como a peça de roupa prende, limita, “estar em uma saia justa” implica estar preso, sem muita possibilidade de deslocamento. O sujeito, fazendo uso da expressão, compartilha de obviedade e transparência que parecem sustentar o pré-construído, o qual simula um pertencimento à formulação do próprio autor (diferentemente do já-dito que simula o outro como autor). Não se faz necessário o gesto de explicar o que é “estar em uma saia justa”, pois, conforme já refletimos, o interdiscurso encontra-se (em um imaginário de) recorte e saturação.

Contudo, para cada nova formulação há uma nova rede de sentidos à qual o pré-construído é filiado, movimento polissêmico que desloca e atualiza, embora o sentido pareça – imaginariamente - estável e fechado na sintaxe construída. Assim, quando a expressão cristalizada associa-se a outras estruturas sintáticas, ocorrendo novas formulações, há algo que funciona na instância discursiva que liga o “aperto” das situações a uma saia justa ou ainda, tomando a primeira análise, à fragilidade de seres/relações/objetos ... a um castelo feito de areia; ligação que parece ter sido construída antes, em uma formulação primeira. Podemos refletir acerca dessa saturação: que outras muitas possibilidades de formulação se silenciaram para que uma se inscrevesse de forma exaustiva?

Pelo conceito do esquecimento nº 2, Pêcheux (1975 [2009]) mostra que os sentidos se filiam em uma rede parafrástica da qual o sujeito seleciona¹² uma ou outra forma no interior da formação discursiva que o domina. Retomando aqui a discussão anteriormente suscitada de que uma expressão na ordem do pré-construído parece circular entre formações discursivas distintas e múltiplas, irrompendo entre elas como se já “estivesse ali”, podemos relacionar essa característica fluida do pré-construído à noção pecheutiana de esquecimento.

¹² Toma-se aqui a noção de seleção não como um gesto consciente de escolha do sujeito, mas como parte do funcionamento da ilusão de escolha da forma-sujeito que é atravessado por sentidos existentes e circulantes no interdiscurso. Em *Semântica e Discurso* (1975 [2009], p. 161), Pêcheux delimita as instâncias concebidas por esquecimento (nº 1 e 2), além de explicitar como elas são necessárias à forma-sujeito (que seleciona).

Um sujeito, ao fazer circular *saia justa* para materializar o sentido de uma situação embaraçosa, acaba por silenciar outras possibilidades de formulações, outros modos de “dizer sobre”. Além disso, na saturação do sintagma *saia + justa* apagam-se outros sintagmas, recuperáveis por exemplo em um exercício parafrástico, como: “saia + apertada”, “saia + agarrada”, “saia + colada”... Desse modo, uma expressão - figurando na ordem do pré-construído - aparenta estar mais disponível a ser selecionada pelo sujeito (considerando que o esquecimento é, conforme o autor, inerente ao processo discursivo), já que é um recorte do interdiscurso que circula de modo fechado e com exaustão silenciando outras possibilidades. O efeito metafórico, a polissemia, o deslocamento dos sentidos que historiciza e filia o novo, ocorre, como já discutimos; contudo, o movimento transcende da sintaxe, ainda que não se limite a ela. Assim, “saia justa” pode irromper em diversas formações discursivas por se apresentar como uma construção pré e disponível “a ser selecionada”, não estando amarrada a um discurso, mas funcionando como uma expressão sem sujeito ou de todos os sujeitos.

Não há, então, fronteiras discursivas que delimitem o sentido do pré-construído por uma história de inscrições anteriores em uma ou outra formação discursiva, já que pode fluir por todo o interdiscurso, sem que seja amarrado a uma ou outra região. Ao atarmos, por exemplo, castelo de areia a uma formulação tal como “Esta escola é um *castelo de areia*” ou ainda a “esta igreja é um *castelo de areia*”, podemos filiar ideias relacionadas à grandiosidade, à beleza, à criatividade, ao engenho, ou à fragilidade, à efemeridade... significações permitidas a uma leitura do sintagma em questão (conforme discorrido no início do capítulo). Embora não seja o pré-construído o que inscreve a primeira formulação a uma formação discursiva pedagógica ou a segunda, a uma formação discursiva religiosa, ele se organiza como parte desta ou daquela, o que confirma sua fluidez entre as regiões do interdiscurso, já que seu modo de organização é também seu modo de interpretação.

Tomando o interdiscurso em/por um viés didático, temos o conjunto de todos os textos – orais ou escritos, dados em uma memória de arquivo ou não – em todos os tempos e condições de produção, organizados por qualquer e todo sujeito, ou ainda o imaginário de textos, o imaginário de correspondência e identificação entre os sentidos, como se houvesse um eco em um funcionamento reverso: antes de uma formulação, ela faz sentido por já ser estar dada na memória discursiva; constituindo-se, desse modo, como irrepresentável, já que sua materialização exigiria a representação de todo o processo discursivo humano. Uma significação só é possível graças a existência das outras que a precedem e que a projetam para um futuro, o que torna o interdiscurso, simultaneamente, o substrato e a composição de uma formulação organizada por um sujeito. Não existe sentido que escape à ordem do interdiscurso,

porém nem tudo do interdiscurso se cristaliza e passa à ordem do pré-construído. Temos, aqui, uma relação entre as duas noções, já que o pré-construído indica que uma parte do interdiscurso, da memória discursiva, se cristalizou em uma estrutura fechada, dificilmente deslocada...

Desse modo, reitera-se a saturação da organização de sentidos – recortados do interdiscurso – para a conceituação do que se entende por pré-construído. Discorreremos sobre as expressões sintagmáticas *castelo de areia* e *saia justa*, e podemos estender essa reflexão a outros modos de organização como orações¹³ ou até mesmo a textos. Se tomarmos em um viés discursivo o que comumente é conhecido por gênero textual, temos também um exemplo de organização saturada como pré-construído. Apesar de não representar o centro de nossa discussão neste trabalho, exemplificaremos essa questão, a fim de avançar sobre a relação entre as instâncias interdiscurso e pré-construído.

É esperado, por exemplo, ao se contar uma piada, que ela seja de curta extensão e sustentada no humor; já em uma dissertação escolar, que se defenda uma ideia e insira argumentos; ou ainda em uma charge, que seja composta de elementos não verbais e poucas palavras. Parece haver somente uma possibilidade de estrutura para cada gênero e a fuga a essa estrutura compromete a identificação do texto como tal. Entretanto, a existência do gênero – o modelo – não é uma “fôrma” já determinada para “alojar” o sentido, mas é um efeito de uma organização textual que se inscreveu repetidamente, ou seja, um pré-construído. Assim como expressões sintagmáticas e orações subordinadas, o texto –se tomado em sua organização – pode pertencer à ordem do pré-construído. A noção de gênero indica o funcionamento de organizações textuais que se repetem por se fazerem relevantes à historicidade que as atravessa. Não se pode afirmar que um gênero é criado, mas sim que uma organização textual, inscrita com exatidão, acaba por se cristalizar e, por ser repetida, é tomada como um tipo a ser seguido. Uma piada, uma dissertação ou uma charge já indica o modo de se ler e parece ter sempre existido como tal; porém, conforme já discutido, ainda que no pré-construído ocorra uma organização fechada, os sentidos podem se deslocar, a repetição é histórica, e não há um texto idêntico ao outro, mesmo que se enquadrem e sejam lidos em uma mesma estrutura ou tipo.

A resignificação da noção de gênero textual em um domínio discursivo e sua filiação ao efeito de pré-construído propõe um alargamento da discussão de que recortes do interdiscurso podem ser combinados em uma organização que se inscreva repetidamente e se cristalize de modo que pareça funcionar independente e anteriormente, como um pré “conhecido, sabido”. Contudo, diferentemente da fluidez que parece marcar um sintagma

¹³ Por exemplo na discussão realizada por Pêcheux em *Semântica e Discurso*.

enquanto pré-construído, que pode transitar entre distintas formações discursivas, um gênero (por indicar uma organização maior, o texto) está filiado a uma discursividade também “pré” (suas condições de produção e sua materialidade), indicando que em uma conversa familiar não se observa o gênero charge, do mesmo modo que a dissertação escolar é recorrente em um discurso pedagógico.

Por fim, é importante retomar três pontos discutidos ao longo do capítulo sobre a noção de pré-construído:

1. o pré-construído é uma realização do interdiscurso organizado em uma sintaxe que, por se inscrever repetidamente, parece ser evidente, lógica e estabilizada; “do sujeito”;
2. a sintaxe não está desde sempre cristalizada no interdiscurso, ela indica o funcionamento do processo discursivo;
3. a repetição do pré- construído também historiciza; embora não haja um deslocamento e ruptura da organização, a cada inscrição do pré-construído podem ser convocados novos sentidos.

CAPÍTULO II

O INTERDISCURSO E O JÁ-DITO

Tal como a noção de interdiscurso e a de pré-construído, a de já-dito integra o dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso e, por muitas vezes, em análises, os três surgem como sinônimos. Contudo, a proposta é a de se pensar em instâncias distintas que se relacionam, embora não indiquem um mesmo funcionamento. Tomando o interdiscurso como o conjunto de todos os textos de materialidade oral ou escrita, verbal ou não verbal, institucionalizados como memória de arquivo ou formulados por um qualquer sujeito em situações particulares, ou ainda o imaginário deles, pensamos que não se pode mensurar ou textualizar o (todo) interdiscurso, mas ele é a base de tudo o que é significado (o sujeito se significa e faz significar); todos os sentidos organizados em um texto já estão dados /ou projetados no imaginário que se tem sobre a memória do dizer que precede o significar do sujeito e que é a base de toda textualização.

O interdiscurso (ou memória discursiva) pode ser considerado, desse modo, como a noção mais ampla entre as três. Orlandi (2010, p.8) afirma que “a memória discursiva ou interdiscurso (PÊCHEUX, 1975; COURTINE, 1982) é a que se constitui pelo esquecimento, na qual “fala uma voz sem nome” (COURTINE, op. cit.). Aquela em que “algo fala antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, op. cit.), produzindo o efeito do já-dito.

O já-dito, assim como o pré-construído, é tomado aqui como efeito. Termo nodal para os estudos discursivos, já que se pensa no sentido não sustentado na estabilidade e fechamento, mas aberto ao deslocamento. Entender instâncias da memória discursiva como efeito possibilita pensar que o movimento entre a estrutura que repete e o acontecimento¹⁴ irrompido como o novo (que tende a incorporar a estrutura) é contínuo e sustenta cada nova formulação. A voz sem nome é também a voz de/em muitos nomes, que se assujeitam no processo discursivo, fazendo circular os sentidos já significados (ou imaginados) no interdiscurso, o qual permite essa significação.

É válido recordar que tomamos a possibilidade de o interdiscurso figurar de maneira distinta no pré-construído e no já-dito: neste, como o discurso do outro, e naquele, como o discurso próprio, do sujeito. Assim como o pré-construído não deve ser tomado como sinônimo de interdiscurso, mas um efeito em que o interdiscurso se realiza de forma saturada, a proposta da discussão é a de deslizar (e talvez ressignificar) a noção de já-dito, considerando-a não como

¹⁴ Cf. Pêcheux (1983 [2012])

um sinônimo da memória discursiva, mas como uma realização específica dela: quando um outro como autor pode ser identificado, quando se permite pensar em algo que já (foi) dito.

O gesto de aprofundar uma noção não se sustenta na negação do que já foi proposto sobre ela, mas na tentativa de desenvolvê-la de um outro modo, a fim de que, por sua ressignificação, funcione como um dispositivo específico. Desse modo, a abordagem do já-dito como efeito e sua relação com a noção de autoria não pretende invalidar os trabalhos nos quais o termo foi considerado sinônimo de interdiscurso, mas refletir sobre a possibilidade deste termo indicar uma realização particular da memória discursiva, assim como o pré-construído.

Como já apresentado, a hipótese (da tese em curso) é a de que, apesar de haver uma fragilidade entre os limites do já-dito e do pré-construído – porosidade que dificulta a distinção das noções e a relação de cada uma com o interdiscurso –, o já-dito que se significa quase sempre como o discurso outro (ou do outro) pode vir a se tornar pré-construído, e incorporar o discurso do sujeito na forma de estrutura sintagmatizada (e cristalizada), mas imaginariamente de sua autoria.

Ao fazer circular uma expressão como *castelo de areia* ou *saia justa*, o sujeito (imaginariamente) compartilha de obviedade e transparência que parecem sustentar o pré-construído, o qual simula um pertencimento à formulação do próprio autor, diferentemente do já-dito que simula o outro como autor. Essa reflexão está intimamente ligada à noção de esquecimento nº 1, já que, embora todos os dizeres resultem de uma “realização” no sujeito e não de uma “origem” a partir dele, em um efeito de pré-construído isso parece mais acentuado e de maneira mais discreta em um efeito de já-dito. O interdiscurso é aberto à movimentação de sentidos, à polissemia. Entretanto, quando ele se encontra como um pré-construído, de organização amarrada, a sintaxe inscrita repetidas vezes se satura e acaba por gerar um efeito de limitação também aos deslocamentos, aos movimentos de sentido. Pela cristalização sintática, percebe-se uma relação forte entre a organização da língua e a instância do pré-construído, mas tem-se também “um lugar de acesso à ‘ordem’ da língua” (ORLANDI, 2007, p.67), em que se pode pensar sobre o funcionamento do sintagma não como um bloco amarrado pré-existente à significação, mas como efeito de uma inscrição repetida. Reflexões já realizadas no capítulo anterior.

Ao alterar a posição de *saia* e *justa* ou trocar um componente do sintagma como *areia* em *castelo de areia*, talvez a identificação de transparência e obviedade que os sujeitos compartilham seja modificada, uma vez que o efeito de pré-construído é rompido com a elaboração de uma nova formulação. Desse modo, refletimos que, na categoria discursiva pré-construído, temos uma forma indistinguível de seu processo de interpretação.

No intento de aprofundar e delimitar a noção de já-dito em relação a de interdiscurso, pensamos que a forma na qual se realiza o já-dito não é o que indica como tal. Diferentemente do pré-construído que se realiza no efeito de saturação, sem a presença de dêitico e irrompe na autoria do sujeito; no já-dito importa sua história de inscrições, o movimento no qual um outro como autor desponta e se marca. Discorreremos sobre essas questões de modo mais detalhado, fazendo uso, ao longo do capítulo, de duas novas expressões: *caixa de Pandora* e *juízo final*.

2.1 A autoria no interdiscurso como já-dito

Assim como Michel Pêcheux, Paul Henry, Claudine Haroche e demais autores contemporâneos inauguraram dizeres e noções fundadoras sobre um pensar discursivo na França passada, o denso trabalho de Eni Puccinelli Orlandi marca um lugar inigualável de avanço e desenvolvimento da Análise de Discurso, feita em território nacional, porém que se estende aos estudos das Ciências da Linguagem de outros países da América Latina e da Europa, consolidando-se como uma das maiores linguistas da atualidade. Dentre as muitas noções desenvolvidas e/ou formuladas por Orlandi no quadro teórico da Análise de Discurso, destacamos a de *autoria* que, combinada à de *texto*, instaura-se como singular a todo e qualquer domínio linguístico, visto que questiona as características de linearidade, origem e ineditismo, comumente associadas ao processo textual, seja ele constituído na materialidade oral, seja na escrita.

Para melhor situar a relação proposta entre o já-dito e o outro como autor, recortaremos algumas considerações de Orlandi¹⁵ (2003, 2007, 2012) sobre a noção de autoria na perspectiva discursiva. Inicialmente, é primordial destacar que não se toma aqui autor e escritor em uma conexão sinonímica, mas que o sujeito, ao estar na origem do que diz com suas responsabilidades e necessidades, se assume como autor (ORLANDI, 2012b, p. 10), ou seja, a autoria é uma função de todo sujeito, ao produzir uma imaginária unidade de sentidos que circulam dispersos, sendo considerado “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como fulcro de sua coerência”, conforme afirma Orlandi (2012a, p.75), reflexão que pode ser relacionada à discussão já apresentada de Tfouni

¹⁵Orlandi tem por estímulo inicial as discussões de Foucault (1971) acerca da função-autor, além de aproveitar a delimitação de Ducrot (1984) ao discorrer sobre a noção de polifonia (locutor – enunciador). No entanto, a autora desloca-se profundamente das noções iniciais, constituindo um pensar autêntico e marcado pela/na Análise de Discurso, lugar distinto dos quais os demais falam. Desse modo, não nos prendemos aos princípios dos demais autores, quando tratamos das questões relacionadas à autoria.

em que se tenta conter a deriva de sentidos. O autor, enquanto o que evita a dispersão, é o responsável por limitar a multiplicidade dos sentidos, atribuindo a eles uma direção.

O sujeito escritor pragmático, que compõe e assina uma obra escrita, não nos interessa nessa perspectiva e nem o tomamos como semelhante à noção de autor, já que a esta são conferidos não somente os textos verbais grafados, mas todo fato discursivo tomado como unidade de análise. Desse modo, o sujeito, na função de autor, pode construir efeitos imaginários de unidade de sons, cores, gestos, palavras... o que nos leva a deslocar o sentido consensual e estereotipado de que o texto é a folha de papel escrita, e a considerar a leitura de um *castelo de areia* erguido na areia da praia ou de um nome de programa de TV *Saia Justa*, como leituras possíveis de textos de distintas materialidades; como distintos modos de subjetivação de sujeitos na função de autoria, organizando sentidos dispersos no interdiscurso, em unidade imaginária, produzindo gestos de interpretação, unidade que poderia ser outra, em outra organização¹⁶.

Se a unidade do texto é imaginária – os sentidos não estão agrupados desde sempre em um texto, mas podem se amarrar a outros, de outros modos – não se deve apagar as muitas possibilidades de os sentidos existirem, a fim de que sua disposição seja una e linear. Do mesmo modo, as características de original e inédito não se imputam ao texto já que, como já discutido, compreendemos o discurso como processo, os sentidos como efeitos e a memória discursiva como o saber-matéria de realização de todo e qualquer agrupamento de um sujeito na função de autor. Nas palavras de Orlandi (2012a, p.32), “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua”.

Diante dessa reflexão é importante distinguir o falar mnemônico de um sujeito da função-autor realizada por ele, já que esta supõe a inscrição do sujeito em formações discursivas, o atravessamento dele por sentidos já significados no interdiscurso, sentidos que são recortados e articulados em um imaginário de unidade. O autor é, desse modo, “uma posição na filiação de sentidos que vão se constituindo historicamente e que vão formando redes que constituem a possibilidade de interpretação” (ORLANDI, 2007, p.15), decorre dessa posição a responsabilidade do dizer, do significar atribuída à posição de autoria.

É exigido, no contexto histórico-social, que o sujeito se posicione acerca dos sentidos (imaginariamente) disponíveis no interdiscurso, e que esse posicionamento seja coerente, esteja

¹⁶ A organização textual não corresponde às marcas linguísticas ou à disposição estética, lexical e sintática das palavras, mas como os sentidos estão amarrados, organizados, e como o sujeito se significa no texto, por meio dele. Orlandi (2012a, p. 69) diz que o que interessa é “como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo”.

em progressão, apresente relevância, limite uma duração... Daí decorre a inquietude de um sujeito diante daquilo que não consegue/pode interpretar, ou ainda diante de uma significação que lhe parece contraditória. Apresentamos uma situação de diálogo entre dois sujeitos A e B para exemplificar as afirmações feitas.

Figura 2 – Exemplo de diálogo¹⁷

<p>(Sujeito A) - Estou em uma saia justa! (Sujeito B) – Por quê? (Sujeito A) – Meu salário aumentou. (Sujeito B) – Não entendi! Você não disse que está em uma saia justa? (Sujeito A) – Sim! (Sujeito B) – Então! Como seu salário aumentou e você está reclamando??? (Sujeito A) – Meu irmão ficou sabendo e já me pediu um empréstimo alto. (Sujeito B) – Ah, então você está mesmo!</p>
--

Fonte: da autora

A situação narrada a partir de uma observação de um diálogo em uma fila de um banco indica a função de autoria de dois sujeitos que, em relação de um ao outro, são os responsáveis pelo que formulam. Primeiramente, refletimos que as formulações ocorrem porque as palavras e os sentidos articulados já existem em uma história de inscrições anterior, ou seja, temos tanto uma anterioridade linguística, como uma anterioridade discursiva, que precedem e possibilitam a significação verbal oral dos sujeitos. Ao afirmar que está em uma saia justa, a expressão da ordem do pré-construído – compartilhada com transparência e obviedade com o sujeito B – irrompe na formulação do sujeito A que se faz autor dela. Já discutimos que a ilusão de obviedade que atravessa a sintaxe cristalizada indica algo em funcionamento na memória discursiva.

Além do interdiscurso, o saber-matéria de onde os sujeitos recortam o que será dito, destaca-se a duração do que é dito: não há um texto que seja infinito, não marcado. Seja na limitação espacial (a folha da redação, a capa do livro, a moldura do quadro...), seja na temporal (a pausa, a respiração, o silenciar, as despedidas...), o posicionar de um autor instaura um início e um fim, uma vez que é exigido um fechamento (imaginário), tal como se espera a coerência de quem formula.

O diálogo do exemplo encerra-se quando o sujeito B consegue atribuir sentido ao que foi dito por A. Para B, havia uma contradição na associação de saia justa – de sentido negativo

¹⁷ Diálogo observado pela autora e aqui descrito para análise.

em determinada discursividade -, ao aumento de salário – de sentido positivo em outra discursividade, pois já estão significadas de tal modo no interdiscurso. Se A, ao ser questionado por B (Por quê?), associasse uma ideia de outro tópico ou assunto, como por exemplo: “Traz mais areia para terminar meu castelo”, a resposta não seria aceita por B, já que ele não conseguiria atribuir uma regularidade entre os sentidos, e o sujeito responsável pela incongruência seria significado como incoerente também. Como as condições de produção em sentido estrito marcam que se trata de um diálogo em uma fila de um banco e não de uma situação embaraçosa de alguém que está na praia e que não tem areia para terminar sua construção, a filiação desse sentido indica um rompimento com a unidade (imaginária) que se espera ser constituída por um sujeito na função de autor.

Embora os sentidos possam se filiar de múltiplas maneiras e tomar diferentes direções, considerando a exterioridade na qual o sujeito está inscrito, como nos diz Orlandi (2007), há um regime de necessidade que o texto/o sentido obedece, regime observado não pela organização – já que pode estar cumprindo a linearidade e a progressão esperadas – mas pela ordem significante a qual indica a relação com a memória discursiva regionalizada, com o que pode/deve ser formulado. Podemos dizer que sempre há possibilidade do novo, do deslize, do múltiplo, porém o movimento polissêmico é monitorado no interdiscurso; a possibilidade de dizer um outro sentido não autoriza o deslocamento para qualquer e todo sentido, já que este é direcionado pelo significante apresentado anteriormente, conforme a reflexão de Tfouni, apresentada inicialmente.

Levantadas algumas características pertinentes à autoria como função do sujeito, depreendemos que há incorreção ao fazer uso de sinônimos filiados ao gesto de escrever, a fim de se tratar dessa função, e também ao limitá-la ao consenso de ineditismo e/ou assinatura de uma obra. Como afirma Orlandi (2012a, p.75), “um texto pode até não ter um autor específico, mas pela função-autor, sempre se imputa autoria a ele”. A cada gesto de movimento de sentidos ou de sua manutenção, percebemos a realização de sujeito(s) como autor(es) na tomada do interdiscurso que os precede e determina. “O interdiscurso, a memória discursiva, sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas, mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos” (ORLANDI, 1998, p. 59); podemos acrescentar a essa reflexão que a construção da história de sentidos tem estreita relação com os sujeitos na função de autores que, ao formularem, acrescentam à rede de significações, no mesmo parafrástico e no novo polissêmico, os movimentos constitutivos do processo discursivo.

No que concerne ao processo discursivo, cabe tomar uma consideração de Pêcheux e Fuchs (1975) ao afirmarem que os processos discursivos, tal como foram analisados naquela

obra de reflexão e atualização do texto de 1969 (e podemos estender a todos os estudos discursivos posteriores), não podem ter início no sujeito, mas que necessariamente se realizam nele. A constituição-formulação-circulação dos sentidos, sendo uma tríade de movimentos ininterruptos nos quais não se pode/deve buscar a sequência de sua disposição, mas compreendê-la como gestos de igual relevância no processo discursivo, se realiza no sujeito ao esquecer as formulações já constituídas no eixo vertical, ao recortá-las e organizá-las em novas formulações e ao fazer circular em movimentos parafrásticos e polissêmicos os sentidos numa suposta horizontalidade que não poderia ter sido combinado de outra maneira.

Acerca do processo discursivo, trazemos considerações relevantes: ele não necessariamente ocorre nessa sucessão descrita, tampouco de modo consciente; e o sujeito está exposto a ele, também de modo contínuo, em muitas formas de assujeitamento que o obrigam a se significar ininterruptamente, já que não há significação que escape ao interdiscurso. Desse modo, a realização do processo discursivo importa o sujeito que é assujeitado no processo; afirmação que, embora pareça contraditória, sintetiza a relevância da função do sujeito como autor na perspectiva discursiva na qual nos inscrevemos. Para Orlandi (2012b, p.65), a função-autor “constrói uma relação organizada – em termos de discurso – produzindo um efeito imaginário de unidade, efeito necessário ao assujeitamento e à função exercida, uma vez que “realiza o imaginário da unidade e a ilusão do sujeito como origem e é a que está mais exposta às injunções sociais e históricas, à normatividade institucional” (ORLANDI, 2012b, p.91) , o que corresponde à forma sujeito histórica, à forma social que é a de um sujeito dividido: sujeito a dizeres e sujeito de dizeres, é livre para dizer, mas responsável pelo que é dito.

Apontadas algumas propriedades que caracterizam o autor, retomamos a distinção entre essa função na instância do já-dito e do pré-construído. Pensamos que, na imaginária unidade formulada por um sujeito, pode irromper uma estrutura sintagmática (ou em qualquer outra organização: como um nome próprio, ou como uma oração subordinada, por exemplo) que, por se apresentar em uma sintaxe já amarrada e inscrita com exatidão, parece ter sido construída em uma exterioridade/anterioridade outra, desconhecida do sujeito e simulada como inacessível a ele, o qual acaba por produzir a ilusão de autoria. No capítulo anterior, analisamos que uma expressão como *castelo de areia* ou *saia justa* parece não pertencer a nenhuma formação discursiva e transitar entre muitas regiões; talvez essa possibilidade de inscrições múltiplas faça com que simule um não arraigar a nenhuma inscrição e ao mesmo tempo uma entrada em todas, como se as formulações ficassem porosas a estruturas que convocam o efeito de pré-construído. Desse modo, todo sujeito, na função de autor, parece poder ser atravessado por essas estruturas e amarrá-las à sua (imaginária) unidade.

Ao contrário, percebemos um funcionamento diferente na ordem do já-dito em que importa a história de inscrições de uma expressão, o movimento no qual um outro como autor desponta e se marca. Apontaremos a expressão *caixa de Pandora*, a fim de observarmos o funcionamento da instância do já-dito. No entanto, ressaltamos que não devemos tomar as expressões sintagmáticas de um modo hermético, no qual ou se encontram como pré-construído, ou como já-dito. Desde o início, discorreremos sobre a possibilidade de as duas ordens indicarem efeitos diferentes da memória discursiva e sobre a possibilidade da passagem de uma ordem à outra (discussão a ser realizada no capítulo posterior), porém, aqui, pensaremos em *caixa de Pandora* funcionando como já-dito.

Considerando os dizeres formulados (ou seu imaginário) sobre os mitos que parecem explicar uma sociedade, seu comportamento, seus ritos... podemos inscrever o sintagma estudado em uma formação discursiva mitológica. São muitas as narrativas acerca do plano de Zeus – significado como o principal deus dos gregos – para se vingar de Prometeu, que traiu as divindades ao presentear a humanidade com o fogo. Pandora é parte desse castigo; mulher criada por Zeus, apresenta uma somatória de atributos de diversos deuses, como a sedução, recebida de Afrodite, e a tecelagem, de Atenas, além de guardar uma caixa, a qual não pode ser aberta em hipótese alguma. Prometeu e Pandora casam-se e, em uma noite, após o companheiro dormir, Pandora, com tamanha curiosidade, abre a caixa libertando males à humanidade: pobreza, loucura, violência, crimes, pragas, doenças. Ao perceber o que havia feito, fecha rapidamente o objeto e consegue preservar o único bem depositado por Zeus: a esperança. Resta à humanidade, então, essa graça e todos os demais castigos atribuídos pelo deus olímpico.

Tem-se, aqui, uma possibilidade de narrativa, cujos sentidos se ligam de muitos modos, em múltiplas textualidades. O que nos interessa, no entanto, ao apresentar uma das muitas versões¹⁸ do mito nomeado como caixa de Pandora, é refletir que, diferentemente da análise realizada em *castelo de areia* e *saia justa*, a expressão sintagmática está amarrada a uma formação discursiva e a uma história de inscrições, embora possa se deslocar a outra região (discussão do capítulo de análise). Há um eco de autoria, um outro na função de autor: o professor de história ao narrar sobre os gregos, a aula de mitologia, o livro de ficção, o filme de ação... são múltiplas as possibilidades de se recortar lugares do interdiscurso em que os sentidos parecem constituídos. Pode-se pensar no que se evoca, por exemplo nos sintagmas preposicionados, *de areia* e *de Pandora*, para que lhes seja restituído o sentido. Diferentemente do pré-construído em que o modo de interpretação é indistinto de seu modo de organização, o

¹⁸ Empresta-se aqui a noção de Orlandi em seu reconhecido trabalho sobre narrativas e versões (2004, 2008, 2010).

sentido no já-dito, em nosso pensar, está em relação extra enunciativa, cujo movimento de interpretação não é limitado somente pela apresentação, mas está filiado a outros sentidos, em uma história de inscrições, que parece remeter a uma região da memória discursiva.

A questão da regionalização - que parece conter uma inscrição fundadora da expressão, como em *caixa de Pandora*, cujo sentido reclama a mitologia - retoma a discussão acerca de algumas expressões atravessadas por um efeito de pré-construído circularem de modo fluido entre formações discursivas, sem se prenderem, no entanto, a alguma específica. Em “Meu namoro está como um castelo de areia” e em “Minha empresa está como um castelo de areia”, os termos *namoro* e *empresa*, por se inscreverem em formulações outras ou em um imaginário de formulações, parecem pertencer, respectivamente, a uma formação discursiva amorosa e capitalista, o que possibilita estender a inscrição da comparação da efemeridade do relacionamento ao castelo de areia também a uma formação discursiva amorosa, e inserir a comparação da efemeridade da empresa (comparada ao castelo) a uma formação discursiva capitalista. A expressão cristalizada *castelo de areia*, em seu imaginário de completude e anterioridade, circula entre muitas regiões e, talvez, por esse imaginário, a expressão parece irromper como na própria autoria do sujeito.

Distintamente, em *caixa de Pandora*, embora possa também ser comparada a um relacionamento ou a uma empresa (por exemplo por surpresas, malefícios, ou até esperança), busca-se o preenchimento de um texto – de imaginária completude – para recompor o sentido em uma região (ou formação discursiva específica), a mitológica. A expressão que, em nossa análise, funciona na ordem do já-dito parece¹⁹ ter um autor em uma relação também extra enunciativa; sendo um texto outro, pertencendo a um lugar outro e sendo este trazido, a fim de que o sentido seja preenchido, a função-autor também está inicialmente em um sujeito outro, e passa a ter a “sua” autoria e passa a ser dita do seu lugar, em sua formulação, região e formação discursiva na qual inscreve sua formulação/ na qual se inscreve.

Contudo, cabe retomar o que já apresentamos com insistência: não há algo na sintaxe do pré-construído (como em *castelo de areia*) que o determine como tal, permitindo sua inscrição repetida e saturação de sua estrutura, mas a cristalização é sintoma de algo que ocorre no discursivo; é o funcionamento dos sentidos que permite o imaginário da construção pré. Talvez, por exemplo, se a mitologia fosse conhecida por todos os sujeitos, se a construção circulasse com insistência de modo que a formação discursiva na qual se inscreve fosse

¹⁹ Novamente, vale ressaltar que separamos aqui expressões que funcionam em um efeito e em outro para análise; contudo, a um sujeito que desconhece, por exemplo, castelo de areia ou saia justa, poderíamos relacioná-las à ordem do já-dito tal como caixa de Pandora.

apagada, não despontando um outro como autor, poderíamos analisar o funcionamento de *caixa de Pandora* tal como realizado em *castelo de areia* e *saia justa*. Desse modo, ao observarmos a formação das expressões escolhidas para análise, percebemos uma simetria em sua estrutura, correspondência que tentamos representar no quadro abaixo:

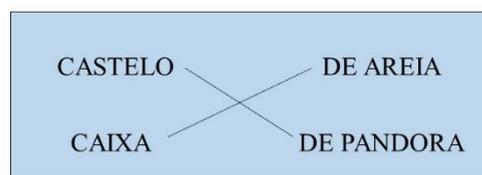
Figura 3 – Simetria dos sintagmas

ESTRUTURA SINTAGMÁTICA (SN)	
NÚCLEO (SUBSTANTIVO)	SP (SINTAGMA PREPOSICIONADO : PREPOSIÇÃO + SN)
CASTELO	DE AREIA
CAIXA	DE PANDORA

Fonte: da autora

Nota-se uma similaridade na estrutura dos sintagmas nominais (*castelo de areia* e *caixa de Pandora*), que recebem essa nomenclatura por terem por núcleo um substantivo. O termo nuclear é adjetivado por outro sintagma nominal, que se encontra precedido por uma preposição, classificando-se como sintagma (nominal) preposicionado. As expressões *de areia* e *de Pandora* exercem, portanto, função de caracterizador dos núcleos *castelo* e *caixa*, respectivamente. Pela análise das formulações em um domínio morfossintático, refletimos que não há uma diferença na sintaxe da primeira que permita sua associação à instância do pré-construído, ou na segunda, que a inscreva em um efeito de já-dito. Não há, desse modo, variação da forma sintática (da combinação sintática) que desponte em um atravessamento singular do interdiscurso, mas o funcionamento dos sentidos no interdiscurso é o que amarra *castelo* a *de areia* e sua inscrição repetida torna a sintaxe também repetida e saturada. Não há impedimento, em termos sintagmáticos e estruturais, em se formular *castelo de Pandora* ou *caixa de areia*:

Figura 4 – Possibilidade de articulação



Fonte: da autora

Tomemos as seguintes conjecturas:

- A. uma ficção na qual Pandora é mantida em um castelo por Zeus;
- B. o objeto no qual felinos domésticos depositam seus dejetos.

Primeiramente, podemos supor que é impossível identificar o que já foi, está sendo ou será formulado por todos os sujeitos e passou (passa ou passará) a incorporar o interdiscurso. Em um imaginário de dizeres possíveis, seja pela sintaxe, seja pela semântica, temos, por exemplo em A, um texto no qual a expressão *castelo de Pandora* poderia ser formulada passando a gerar novos dizeres, uma nova rede de significações. Temos uma hipotética construção, que aqui se faz hipotética por não ser consensual e não porque não possa já ter sido formulada. Em B, o determinante inicial (artigo definido o) indica se tratar de um objeto específico, existente não somente em uma possibilidade de formulação na memória discursiva, mas como uma esteira preenchida por areia onde gatos domésticos eliminam excrementos. Embora A remeta a um cenário e B, a um objeto disponível no referente, indicamos as combinações dos núcleos *castelo* e *caixa* a outros sintagmas preposicionados, confirmando que não é a língua que autoriza o interdiscurso a funcionar de modo a produzir efeitos. Se *caixa de areia* circulasse com exatidão estaria também (de acordo com a discussão desenvolvida neste trabalho) na ordem do pré-construído, irrompendo na autoria do sujeito, assim como se houvesse o mito do *castelo de Pandora*, este seria um exemplo de já-dito, pois remeteria a um texto (ou ao imaginário de um) o qual simularia um outro como autor.

Ao analisar o funcionamento de um sintagma que irrompe como pré-construído (capítulo anterior) observamos que, por atravessar e fluir pelo interdiscurso, sem parecer estar amarrado ou delimitado a uma ou outra região (formação discursiva), talvez as condições de produção em sentido amplo interessem menos se comparadas às de sentido estrito que marcam a regionalização da expressão. Inversamente, em uma construção inscrita na instância do já-dito, em que parece haver uma fronteira que a amarre a uma região, a uma autoria, a historicidade que a atravessa e a constitui aponta sua significação.

Se na formulação anteriormente analisada “Meu namoro não será *castelo de areia*”, o sintagma for substituído por “Meu namoro não será *caixa de Pandora*”, o sentido está em uma relação extra enunciativa, filiado a uma história de inscrições mitológicas, as quais compreendem as condições de produção em sentido amplo. No contexto imediato, múltiplas são as possibilidades de se associar um namoro à narrativa mitológica, contanto que se conheça como é significada no interdiscurso. Novamente parece haver um imaginário de autoria ao sintagma que foi construído antes e é trazido, a fim de se estabelecer a correlação. Uma vez que – por um funcionamento discursivo/ideológico – *castelo de areia* circula de modo cristalizado, acaba por “limitar a interpretação” (retoma-se aqui Marandin) em uma ilusão de fechamento, em que o sujeito parece ser o responsável pela autoria, em que o esquecimento ideológico parece evidente. Em *caixa de Pandora*, como da ordem do já-dito, há uma “dependência de um

conteúdo” (novamente Marandin), conteúdo a ser encontrado no contexto sócio-histórico, nas condições de produção em sentido amplo, nos muitos textos formulados ou em um imaginário em que o mito é acessado (ou qualquer organização textual, qualquer versão, que explique o sentido de *Pandora* e sua articulação ao de *caixa*) como interdiscurso, como “o saber discursivo que torna possível todo o dizer” (ORLANDI, 2012a, p.31).

Após discorrer sobre a relação entre a noção de autoria e a de já-dito, refletimos, pois, que a memória discursiva ou interdiscurso funciona produzindo o efeito de já-dito, quando se toma um outro como autor. Uma expressão funcionando na ordem já-dito reclama sentidos que são restaurados em/por um texto (refere-se a um ou ao imaginário dele, como no mito de Pandora, por exemplo). Nessa expressão, os sentidos parecem atados em uma região da memória discursiva ou imaginados em um recorte dela, exterior à formulação do sujeito, dados em um outro lugar; no interdiscurso enquanto pré-construído, os sentidos parecem constitutivos do sujeito, atados em uma formulação imaginariamente sua, já que a expressão irrompe sem estar filiada a uma história - outra - de significações. O que ocorre, então, é que, na formulação do sujeito, a estrutura sintagmática da instância do já-dito (de autoria outra) passa a circular como de sua responsabilidade, ou seja, é incorporada à função-autor exercida por ele. Somada à questão da autoria, investigaremos algumas noções de Michel Pêcheux, a fim de relacionarmos à do interdiscurso como já-dito.

2.2 O efeito de sustentação, o discurso transversal e o já-dito

Assim como trabalhamos com expressões sintagmáticas cristalizadas que pensamos funcionar em um efeito de uma construção pré e, desse modo, exploramos a noção de pré-construído e sua proximidade com a de interdiscurso, neste capítulo estamos analisando uma outra realização da memória discursiva que também pode ser compreendida como efeito: o já-dito. Além da relação sólida que pôde ser estabelecida entre a autoria e o já-dito, pensamos na possibilidade de relacioná-lo também a uma outra noção, identificada por Pêcheux (1975, [2009]) como processo ou efeito de sustentação. Para ele, esta é uma das duas formas sob as quais o interdiscurso se encontra, sendo o pré-construído a outra. De modo distinto, aqui tomamos o processo de sustentação como uma característica do funcionamento do já-dito (uma das formas nas quais a memória discursiva pode ser recortada).

O efeito de articulação ou de sustentação (também nomeado pelo autor como processo) está em uma relação de implicação, em que é trazido algo que sabe de outro lugar e acaba por

constituir, “no discurso do sujeito os traços daquilo que o determina” (PÊCHEUX, 1975, [2009], p.150). Diferentemente da memória discursiva quando na ordem do pré-construído, que irrompe como uma construção amarrada previamente, a articulação “constituiu o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 1975, [2009], p.151). Vê-se, desse modo, a possibilidade de relacionar a noção de efeito ou processo de sustentação (articulação) ao já-dito do modo como o estamos ressignificando.

Discutimos que o interdiscurso, na instância do já-dito, diferencia-se de sua realização como pré-construído por indicar um outro como autor. Um professor de história ou um filme de mitologia que apresenta a *caixa de Pandora* podem ser tomados como um outro que se amarra ao recorte do interdiscurso e à sua organização/linearização. Além disso, o sintagma já-dito parece inscrito em uma formação discursiva e não circular entre elas, irrompendo em toda e qualquer formulação, como na instância do pré-construído. Aquele pode vir a se tornar este, se o sintagma circular com exatidão e se cristalizar, (se, por exemplo, a mitologia for de conhecimento de todos, sem a necessidade de um dêitico que a sinalize), o que nos levou a considerar que não é a sintaxe que faz com que *castelo de areia* possa ser caracterizado como pré-construído e *caixa de Pandora*, como já-dito, embora este processo não prescindia da sintaxe e de sua organização.

Apresentamos um novo sintagma, a fim de discorrermos sobre a relação entre o já-dito e a articulação: *juízo final*²⁰. Ocorre a articulação de um substantivo nuclear modificado por um adjetivo, tal como em *saia justa*, contudo não nos interessa somente a estrutura sintagmática; ao contrário, pensamos no funcionamento discursivo dessa associação. Desse modo, *juízo* liga-se a *final* não somente devido às classes gramaticais às quais pertencem, mas por que algo funciona permitindo sua articulação. Tomamos esse sintagma como já-dito por remeter a uma regionalização; entende-se essa expressão inscrita comumente em uma formação discursiva religiosa, em que textos (verbais, não verbais ou um imaginário destes) narram e representam um último julgamento divino sobre um sujeito ou nação. Há uma região do interdiscurso onde se amarram esses sentidos, uma formação discursiva em especial, porém o sintagma pode ser filiado a outros sentidos se considerados exteriores à regionalização, por exemplo como o órgão do poder judiciário onde se exercem funções (juízo) localizado na última sala do corredor (final), inscrevendo-se em uma formação discursiva jurídica. Contudo, por circular com

²⁰ Recordamos que a especificidade ao delimitar *castelo de areia* e *saia justa* na instância do pré-construído, e *caixa de Pandora* e *juízo final*, na do já-dito, não se dá em um modo estanque, mas por uma escolha direcionada para análise, podendo ser de outro modo em uma situação diferente.

frequência em um discurso religioso (talvez porque ele também circule exhaustivamente) o sentido de julgamento derradeiro parece o conhecido por muitos sujeitos.

Retornando ao desenvolvimento da relação entre o já-dito e o processo de sustentação, podemos pensar que, ao compreendermos a memória discursiva ou interdiscurso figurando na instância do já-dito como um efeito no qual um outro como autor pode ser identificado, esta autoria se dá pela articulação ou processo de sustentação. Diferentemente do pré-construído que, conforme afirma Pêcheux (1975 [2009], p.151), “corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (talvez por circular sem autoria), no já-dito – como efeito da articulação – a relação entre os sentidos pode ser evocada, a articulação pode ser remetida ao interior da formação discursiva, como *juízo final* no interior de um discurso religioso. O sujeito, ao fazer circular o sintagma, se inscreve em tal região e (se) diz a partir do que é dito por ela (nela); a expressão parece sustentada em uma autoria (seja na fala proferida por um sacerdote, seja no quadro renascentista exposto na capela Sistina), o que parece não ocorrer, por exemplo, no sintagma *saia justa*, o qual irrompe como pré-construído em muitas formações discursivas, conforme já discutido.

Pêcheux, ao discorrer sobre o que entende ser o interdiscurso figurando como processo de sustentação, traz novamente Frege para reconstituir sua reflexão sobre a saturação - no funcionamento de proposições explicativas – e a não-saturação – pelas proposições determinativas, que, de acordo com Pêcheux (1975 [2009]), estariam próximas ao efeito de pré-construído. Ele afirma, ainda, que a explicação funciona como suporte de pensamento contido em uma outra proposição, isto é, por meio de um efeito de sustentação (por uma relação de implicação) se articulam sentidos trazidos de outros lugares. A construção é uma oração subordinada adjunta, que pode ser suprimida sem prejuízo à sintaxe, como no exemplo de Frege: “O gelo, que tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água”; se excluída a oração intercalada, permanecem os sintagmas nominal e verbal constituintes da oração principal (assim designada em um domínio morfossintático). Pêcheux caracteriza a construção como de caráter incidente, por sobrevir de outro lugar, relacionando-a ao efeito de sustentação, e ressalta como importante a afirmação de Frege a respeito da impossibilidade de substituir a sentença explicativa por qualquer outra de igual valor de verdade: sua troca não pode ser norteada apenas pela constatação da verdade, já que, associada a outra construção, exprime mais do que faria de modo isolado.

As discussões logicistas, ainda que tenham tangenciado a noção de interdiscurso na questão do que pode ou não substituir uma oração adjunta, permanecem no que autoriza ou

impede a sintaxe, e no que atinge o ideal de verdade; embora designada como associação de sentenças, a reflexão não escapa ao logicismo. Ao trazer Frege em uma leitura discursiva, Pêcheux (1975, [2009]) insere o funcionamento ideológico, já que o que interessa é o que está em jogo antes para que haja a possibilidade de associar uma ou outra construção incidente a um período já sintaticamente amarrado. Algo – da ordem do interdiscurso – nos leva ao entendimento de que em “o Homem caminhou sobre a lua²¹” não se trata de que todos os homens do planeta estiveram ou pisaram na lua, mas de um gesto de um sujeito particular, que acaba por representar por extensão um avanço da humanidade. Para compreendermos o efeito de sustentação (assim como discutimos na ligação de expressões sintagmáticas como pré-construído) não podemos tomar a incidência como uma conexão material, mas devemos investigar o que possibilita a quebra da principal e consequente articulação e engendramento de sentidos outros à sentença, é necessário trazer o discursivo.

Desse modo, o que circula antes em textos (ou em um imaginário destes) autoriza a quebra da oração: “o Homem caminhou sobre a lua” e a inserção da explicativa “que produziu novas tecnologias”²² na adjetivação de Homem. Pelo funcionamento ideológico – o de entender como natural, lógica e estereotipada a produção humana de técnicas – é possível interpretar a chegada à lua como resultado de um desenvolvimento tecnológico. As demais criações, como a invenção da energia ou a descoberta da força da gravidade (aquilo que é sabido de outros lugares), surgem para se ler e sustentar o que é dito. A oração adjunta pode ser tomada como um discurso transversal que atravessa e lineariza sentidos em uma relação metonímica. Isso será melhor detalhado posteriormente.

O que nos interessa agora é refletir que a intercalação de orações não provém de um gesto sintático, mas o que se observa na sintaxe (por exemplo nas vírgulas que indicam sua amarração acessória, adjunta) é a materialização de um engendramento já ocorrido no discursivo: é porque está em outro lugar, porque é uma evocação lateral, porque tem um caráter incidente, que pode, sintaticamente, ser classificada como subordinada adjetiva e ser retirada da construção sem prejuízo à sintaxe. Contudo, sua exclusão resulta em perda semântica, uma vez que os sentidos lhe são suprimidos, e, contrariamente, sua presença tende à saturação, conforme declarou Frege.

A sustentação ou articulação liga-se, assim, às noções de efeito e de processo por indicar uma construção incidente e por ser possível devido ao que já funciona na memória discursiva. Pêcheux analisa o efeito/processo de sustentação em funcionamento no encaixe das orações,

²¹ Exemplo explorado por Pêcheux (1975, [2009], p.108)

²² Exemplo elaborado pela autora.

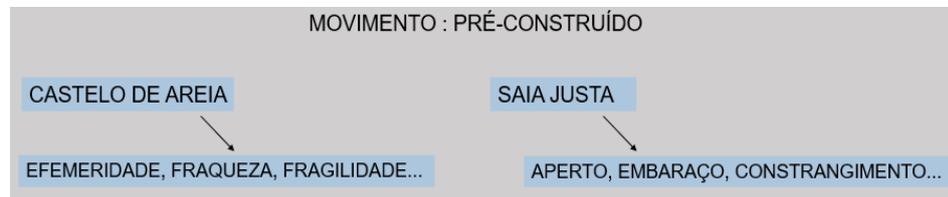
expandindo e ressignificando o já pensado no logicismo. Deslocando para a discussão de expressões sintagmáticas, o objeto deste trabalho, pensamos novamente na construção *juízo final*.

Assim como uma oração ou orações são inseridas de modo intercalado e acabam tendendo à ilusão de preenchimento e completude do sentido, em um sintagma, na ordem do já-dito, textos são imaginados ou trazidos, a fim de que haja significação. Por exemplo, em “Espero o dia do *juízo final*”, independentemente das condições de produção nas quais a formulação se deu, para que o sintagma *juízo final* seja compreendido, há uma evocação lateral de textos de caráter incidente inscritos em uma formação discursiva religiosa, que funcionam por suporte do pensamento da formulação. Esse suporte do pensamento ou retorno ao saber, nos dizeres de Pêcheux, é o que indica a sustentação ou a articulação do já-dito. Sendo a memória discursiva recortada de modos distintos - pré-construído e já-dito -, e na busca de ressignificar e ampliar esta noção, ao aproximá-la do processo de sustentação, entendemos que o reclamar texto(s) para se compreender um sintagma em circulação é uma atribuição de autoria a essa formulação.

Tanto uma formulação sintagmática na ordem do pré-construído como uma do já-dito são “pensadas fora”, os sentidos já existem e circulam no interdiscurso, no eixo vertical, antes que sejam atados no horizontal, mas talvez a diferença seja que no já-dito parece haver uma região da memória discursiva (ou um imaginário de uma) a conter o sentido da expressão, parece existir um lugar de autoria no qual os sentidos foram organizados em um imaginário de unidade. Em *castelo de areia*, a efemeridade está associada ao sentido da constituição em pó (areia), tal como em *saia justa* a adjetivação da saia indica o sentido de aperto. Desse modo, sintagmas como pré-construído parecem já indicar um modo de serem lidos, são atravessados por um efeito imaginário de anterioridade/exterioridade, conforme discutido anteriormente²³. Ao contrário, em *caixa de Pandora*, faz-se necessário trazer um (imaginário) texto inscrito em uma formação discursiva mitológica, tal como *juízo final* reclama sentidos já dados em um discurso religioso. Pelos quadros abaixo, é representado o movimento de sentidos que parece ocorrer nas duas instâncias:

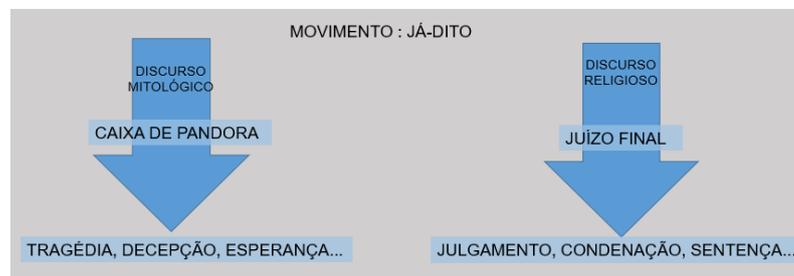
²³ Podemos acrescentar uma discussão quanto ao funcionamento ideológico, ou seja, os sintagmas que tomados como pré-construído parecem saturados porque já circulam com exatidão e essa cristalização indica parte de um processo. Contudo, a ideologia será introduzida no próximo capítulo, a fim de explicitar a porosidade entre as duas ordens.

Figura 5 – Movimento do interdiscurso como pré-construído



Fonte: elaborada pela autora

Figura 6 – Movimento do interdiscurso como já-dito



Fonte: elaborada pela autora

Os quadros representam apenas um recorte do processo para fins didáticos de análise, o que não supõe que o movimento ocorre somente em uma direção. Os dois sintagmas referidos à ordem do pré-construído parecem já indicar um caminho de leitura em que os sentidos provêm de sua própria combinação. Pode-se, então, pensar novamente na *simulação de horizontalidade* (noção desenvolvida no capítulo anterior) em que há uma relação desigual entre formulação, constituição e circulação, já que o eixo da constituição parece apagado, além de o sintagma circular em tal estrutura e irromper na formulação como uma construção atada e anterior. O intradiscurso simula ser o espaço de significação; desse modo, o atravessamento do eixo vertical, das inscrições repetidas, da história de significações, torna-se opaco diante da inscrição do sintagma que irrompe com imaginária obviedade e transparência.

Avançando na discussão, ao movimento do interdiscurso como já-dito trazemos o que Pêcheux (1975, [2009]) chama de discurso-transverso, materializado (na figura 5) como o que atravessa o sintagma, realizando encadeamento ou articulação. Para o autor, há uma relação direta entre as noções de processo de sustentação (ou articulação) e discurso-transverso, pois o efeito de incidência explicativa que caracteriza a articulação decorre da linearização do discurso-transverso no intradiscurso; linearização que ele também relaciona ao que comumente

se conhece por metonímia - dado que a esta cabe uma expansão de uma parte ao todo que a contém – contudo, o autor desloca-a para um lugar discursivo.

O discurso-transverso realiza um encadeamento de partes, por exemplo *a-b*, em uma sequência, uma linearidade, produzindo uma evidência consensual como se a extensão metonímica estivesse sempre lá. Pêcheux discute o funcionamento dessa linearização em orações incidentes; aqui tomaremos textos circulantes (ou um imaginário deles) como o que articula os elementos.

Diferentemente do pré-construído em que a expressão parece já indicar um modo de ser lida, e, por um movimento parafrástico, o sentido de areia pode ser estendido ao de efemeridade, de fraqueza e de fragilidade, sem que uma autoria esteja amarrada ao sintagma; em *caixa de Pandora* e *juízo final*, um texto, inscrito em uma formação discursiva mitológica e outro, em uma formação discursiva religiosa, respectivamente, funciona como discurso-transverso, efetuando o encadeamento *a-b* e dispondo-o em uma sequência. Assim, para que a construção *caixa de Pandora* (a) possa ser associada ao sentido de tragédia, de decepção ou de esperança (b), é preciso trazer o mito grego, tal como pela narrativa bíblica *juízo final* (a) é articulado a um sentido de julgamento, de condenação, de sentença.

Conforme já disposto, consideramos como texto uma organização - em unidade e completude imaginária - de sentidos que já circulam no interdiscurso. Na instância do que ressignificamos como já-dito, essa unidade, como sustentado neste trabalho, filia-se a uma autoria, a um outro que diz, a uma região do interdiscurso. Um filme no qual há uma referência à caixa de Pandora ou apenas a remissão do sintagma a uma região (a mitológica) pode ser tomada como o outro trazido. O movimento do já-dito difere-se, portanto, da linearização cristalizada do pré-construído em que a expressão sintagmática parece combinada desde sempre, irrompendo com transparência e obviedade, de modo que simula ter sido construída antes. Estando o sentido em uma relação extra-enunciativa o sintagma como já-dito é atravessado por um discurso oblíquo que funciona ao estabelecer a conexão já em evidência no pré-construído. Compreendendo a transversalidade desenvolvida por Pêcheux como o que lineariza o interdiscurso no intradiscorso, pode-se estabelecer um contraste com a simulação de horizontalidade, pois diferentemente do pré-construído em que o interdiscurso é dissimulado (parece haver uma relação desigual entre constituição-formulação-circulação), no já-dito interessa muito a referência ao texto, a fim de que ocorra a linearização das partes.

Por extensão metonímica, *juízo final* pode significar, por exemplo, o gesto de um aluno ao entrar no site da universidade, a fim de verificar sua nota após exame²⁴. Mesmo que isso não implique estar o sujeito inscrito em uma formação discursiva religiosa, pode-se delimitar uma fronteira, uma região do interdiscurso, ao sintagma. Contudo, *juízo final* pode também circular de modo exaustivo – para o sujeito em questão – e irromper em sua formulação (no eixo horizontal/intradiscurso) como uma expressão exteriormente já pré-construída, significação que não necessitaria ser preenchida por um discurso-transverso. Dessa reflexão depreende-se que: 1. A discussão aqui proposta não se prende ao que atravessa o(s) sujeito(s) de modo particular, mas tem por interesse as formas nas quais o interdiscurso ou memória discursiva pode se apresentar; 2. As instâncias, pré –construído e já-dito, indicam que o interdiscurso pode figurar de maneira distinta, porém não correspondem a uma categorização estanque; ao contrário, há um movimento contínuo no processo discursivo que será explorado em discussões posteriores.

Ainda em relação ao funcionamento de expressões sintagmáticas na ordem do já-dito e de um (imaginário) texto como discurso transverso, podemos refletir que quando o interdiscurso se apresenta sob a forma já-dito - forma que está intimamente relacionada ao que Pêcheux considera como efeito de sustentação ou articulação – é trazida a filiação na qual a sintagmatização se dá. A locução adjetiva *de pandora* caracteriza *caixa* não somente por uma permissão linguística, mas porque funciona articulada em uma formação discursiva, em uma região do interdiscurso. O discurso-transverso, enquanto o texto que atravessa o sintagma, lineariza os sentidos gerando um fio de evidência como se fossem constituídos juntos, em uma relação metonímica: no discurso mitológico, *caixa* se filia a *Pandora* e *caixa de Pandora* se estende à tragédia ou à esperança em um imaginário de transparência, e não como um efeito de textos anteriores, de uma amarração em uma região específica.

Interessa-nos ainda pensar sobre o movimento da memória discursiva entre as instâncias do já-dito e do pré-construído. Analisamos o funcionamento de dois sintagmas enquanto pré-construído e de outros dois que consideramos funcionar como já-dito, principalmente na finalidade de investigar com profundidade características de cada ordem; porém, é necessário ampliar a discussão considerando a noção de processo ou funcionamento, ou seja, um (mas não qualquer) sintagma pode se significar em um imaginário de que não está preso a um recorte do interdiscurso, passando à ordem do pré-construído, ou outro pode se prender a um recorte de memória e se significar como já-dito. Assim, avançaremos nessa discussão no próximo capítulo em que os sintagmas, além de outros introduzidos, serão analisados. Antes, porém, por meio da

²⁴ Referência a uma situação observada em que um universitário afirmou: “Agora é o juízo final”.

introdução do trabalho, justificaremos a disposição atípica proposta e apresentaremos algumas informações importantes à continuidade da leitura.

SEGUNDA INTRODUÇÃO

*Crianças, bêbados, psicóticos e primitivos
renovam as linguagens. Reinventam as
maneiras de falar, pois criam fora dos livros.*

Manoel de Barros

A inventividade dos sujeitos provoca fuga: seja pela pouca idade que ainda não ritualizou o processo de criação, seja pela significação marginal que convoca a des-linearização. Criança, bêbado, psicótico, primitivo. Eles parecem autorizados à reinvenção; à multiplicidade de personagens que nega o limite imposto pelo fim de um livro; ao deslocamento que emerge o novo. Escapam ao que é postulado como o regular, mas se significam na e pela regularidade que lhes falta. E nessa significação, nesse imaginário do que é linguagem e a renovação dela, pôde Manoel de Barros costurar sentidos em um fio discursivo onde estereótipos do mesmo e deslizes do outro fluem em arte.

Não quis o poeta propor um pensar sobre o assujeitamento, tampouco queremos adentrar ao domínio literário. Buscamos somente a leveza que a seção permite, na tentativa de dar corpo a algumas questões importantes do trabalho. Para isso, por um empréstimo, deslizaremos os sujeitos de Barros, a fim de que sequenciem e organizem a reinvenção a qual nos dispomos.

Tanto a ausência do texto introdutório como a possibilidade de formulações híbridas, que transitam entre a poesia e a ciência, podem despertar estranheza. Porém, buscamos, tal como a **criança**, uma reinvenção da maneira de falar. Falamos das realizações do interdiscurso como efeito de pré-construído e já-dito, e analisamos expressões sintagmáticas que parecem funcionar em cada ordem. E falamos que a justificativa para a seleção de *castelo de areia*, *saia justa*, *caixa de Pandora* e *juízo final* resultou da circulação excessiva desses sintagmas na memória discursiva. No entanto, ocultamos (do texto e dos elementos pré-textuais) que as expressões sintagmáticas escolhidas, além de outras que ainda serão apresentadas, funcionam, também, em uma formação discursiva comum: a policial.

No início do trajeto de pesquisa, quando a inquietude acerca da rede sinonímica à qual se liga a noção de interdiscurso despertou uma proposta à ressignificação do já-dito, buscamos um lugar de observação do movimento do interdiscurso e dos efeitos de suas realizações, pré-construído ↔ já-dito. Após escuta e leitura de muitos gestos de interpretação, chegou-se à nomeação das operações policiais. Percebemos que seria um meio de acesso para observar o movimento da memória, uma vez que a escolha de um nome parece ter por premissa a circulação de uma formulação ligada a um efeito (imaginário) de transparência do sentido,

como se a nação brasileira, a mídia e a polícia compartilhassem da significação instaurada pelo gesto de nomeação. Com esse gesto, pensamos que uma nova autoria pode ser observada, além de estar o nome inscrito em uma outra regionalização e de que outros textos são organizados a partir dessa relação. Um título de filme, uma expressão popular, uma obra mitológica, ou até uma palavra como “prioridade” (que, como afirma jornais, foi uma operação que flagrou motoristas **bêbados** no DF), ao passar a nomear uma operação policial, funciona a produzir efeitos de sentidos amarrados àquela inscrição, como “ser a prisão de motoristas bêbados uma prioridade”.

Além disso, observamos, dentre as operações policiais, que muitas tinham por nome uma formulação de estrutura sintagmática, e, como o sintagma era também uma questão que despertava interesse, selecionamos sintagmas que passaram a funcionar como nome de uma operação policial. Desse modo, no próximo capítulo, analisaremos o processo de nomeação de uma operação, a fim de compreender o movimento – que pensamos ser ininterrupto - do interdiscurso sob os efeitos de pré-construído e de já-dito.

Agora, passemos à causa que suscitou a ocultação das informações citadas.

Como nenhum sentido escapa ao interdiscurso, a possibilidade de escrita desse trabalho é um gesto também inscrito nesse todo. No entanto, assim como os sentidos se movimentam e a memória é atualizada a cada inscrição de um sintagma, por exemplo, propusemos tomar o trabalho como uma (micro) materialização do que se dá no processo discursivo. Primeiramente os sintagmas são conhecidos isoladamente em uma circulação independente, depois, após a introdução deslocada, inscrevem-se em uma nova discursividade, movimento do qual o leitor também participa. Essa dinâmica é estendida aos elementos introdutórios (título, sumário, resumo...) a fim de não apresentarem a noção de nomeação.

Não “nomeamos os títulos pela noção de nomeação”. Longe de significar um enunciado **psicótico**, o propósito é válido. Ao ocultar o processo de nomeação e só apresentá-lo a partir de agora, novamente foi dado corpo a outra discussão preciosa: o efeito de sentido do nome é preceder a existência. Os sentidos parecem se organizar, e só existem, em torno de um nome que os singularize. Como não há evidência do sintagma como nome de uma operação, não poderíamos supor sua análise como tal, não imaginaríamos sua existência no texto.

Procuramos também uma regularidade na apresentação do pré-construído sempre anterior ao já-dito (pré construído \leftarrow \rightarrow já-dito) não porque exista uma linearidade do movimento, mas por este ser um efeito no qual os sentidos parecem amarrados a um outro como autor, e aquele indicar uma saturação. Poderíamos simular que o pretérito de um efeito de pré-construído é a condição de “ter sido” um já-dito. Partimos, assim, (a fim de realizar um gesto

metafórico, de transferência) sempre do pré-construído em direção ao já-dito, considerando que, em um imaginário, o **primitivo** seria a construção que circula sem dêitico. No já-dito, um Manoel de Barros ainda se desponta como quem organiza a dispersão; no pré-construído, uma organização circula como a única possibilidade, como se a ordem do discurso não permitisse justamente a fluidez da organização.

Contudo, no processo, a movimentação é contínua, permanente, e os efeitos de sentido não estão fixados, podendo haver deslocamento e polissemia; dessa maneira, a simulação somente busca metaforicamente materializar a discussão levantada.

Por fim, outro deslize proposto é a elaboração desta seção. Se entre as formações discursivas há porosidade, quisemos também materializar essa possibilidade de deslocamento no mesclar de ciência e literatura, e na transgressão à disposição canônica da introdução, que aqui antecede uma nova rede de significação - dos sintagmas e da tese.

Se no interdiscurso, em um efeito de evidência, Manoel de Barros pertence a um lugar poético, ressignificamos o pré-construído ao transitarmos pelos sujeitos do autor na construção deste texto introdutório, e instaurarmos uma outra rede de sentidos ao qual um trabalho científico pode se prender. No entanto, retornando ao postulado como o regular, passemos aos sintagmas como o nome de uma operação e a todas às discussões convocadas com essa nomeação. Lembrando que esta é uma das múltiplas possibilidades de se olhar para o *corpus* e há infinitos sentidos outros além deste trabalho, pois “criam fora dos livros”.

CAPÍTULO III ENTRE O PRÉ-CONSTRUÍDO E O JÁ-DITO

Recortamos, ao longo do primeiro capítulo, algumas combinações (sintagmáticas) que consideramos funcionar em um efeito de pré-construído, pois parecem irromper não filiadas a uma história de inscrições, circular sem uma autoria que remeta a uma região da memória discursiva e transitar de modo fluido entre muitas formações discursivas. Refletimos que a sintagmatização, enquanto efeito de pré-construído, indica um recorte do interdiscurso organizado em uma sintaxe que, por se inscrever repetidamente, parece lógica, estabilizada, do sujeito, indicando um funcionamento discursivo.

Além disso, tomamos outras expressões sintagmáticas como espaço de observação do efeito do já-dito, noção deslocada e ressignificada como uma realização específica do interdiscurso, quando um outro se desponha como autor, e importa a história de inscrições do sintagma, remetendo a uma região específica da memória discursiva. Com insistência, ao longo dos capítulos, defendemos que a possibilidade de se tomar um sintagma na ordem do pré-construído e outros na ordem do já-dito não provém somente de uma observação e análise do linguístico na qual as palavras se combinam, mas é também na leitura do discursivo (em relação com o linguístico) que se pode pensar em funcionamentos diferentes de formas idênticas.

Contudo, faz-se necessário ainda explorar o movimento que acreditamos ser contínuo de retorno entre pré-construído \longleftrightarrow já-dito, inquietação inicial que motivou a escolha dos sintagmas (*castelo de areia, saia justa, caixa de Pandora, júízo final*) além de outros que serão posteriormente apresentados, devido ao fato de todos nomearem operações policiais.

3.1 Um lugar de autoria

Nos trabalhos de Orlandi (2003, 2007, 2012), a noção de autoria é relacionada ao agrupamento - em unidade e com responsabilidade- de sentidos que já circulam no interdiscurso, o que supõe uma relação dinâmica entre sujeito e discurso: o sujeito se marca no discurso organizando sentidos dispersos, porém o discurso se inscreve no sujeito produzindo o apagamento do autor. Jogo que permite uma entrada à discussão aqui proposta, uma vez que no efeito do pré-construído tomamos um sintagma que, por circular com exaustão irrompe como se todos compartilhassem de um mesmo lugar, como se a organização dos sentidos (ocorrida pela/na função autor) fosse idêntica e dividida por todos os sujeitos. Enquanto no efeito de já-dito, o sintagma se filia a uma regionalização, a uma autoria de um ou mais sujeitos cujas marcas

da organização importam à significação. No entanto, escapa-se a uma distinção entre as duas realizações do interdiscurso se tomarmos, por exemplo, os sintagmas funcionando como nomes de operações policiais, pois parece produzir um efeito de unidade em que eles se deslocam da instância do pré-construído à do já-dito.

Em relação ao gesto de nomear, há também uma especificidade quando compreendido em terreno discursivo, já que não tomamos uma relação direta e transparente entre o nome e a coisa nomeada, mas esta é constituída em/por condições de produção, no interior de uma formação discursiva. Nomear é um gesto de autoria de sujeito(s) que organiza(m) sentidos na construção de uma identidade, e a identidade para Orlandi (2011) é resultante de processos de identificação. Embora a identificação não seja acessível ao sujeito nomeador, pois “apaga-se para o sujeito o fato de que as palavras não têm naturalmente um sentido, como se ele, escolhendo as palavras, escolhesse os sentidos” (ORLANDI, 1998, p. 60), parece haver um contrato linguístico e discursivo em que não somente o sujeito que nomeia, mas todos os demais compartilham a estrutura que nomeia e os sentidos inscritos na memória.

Deslocamos uma reflexão de Guimarães (2005) que, embora se faça no domínio da Semântica do Acontecimento e tenha por base uma discussão acerca da enunciação (não pretendida neste trabalho), corrobora a questão da relação entre nome e processos de identificação. O autor toma a construção e a reconstrução do nome como o que trabalha a identificação do sujeito que se nomeia; o nome estabelece, portanto, vínculo e regularidade com a memória de dizeres. Podemos estender essa regularidade, necessária à significação e à identificação, à noção de contrato exposta anteriormente: é importante a referência a outros sentidos e a partilha deles, para que se pense na identificação como processo. Nos dizeres de Orlandi (2007, p. 31), “há o primado do interdiscurso (a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e é daí que eles tiram sua identidade.”

O gesto de nomear, dessa maneira, não escapa ao interdiscurso. Um nome não só evoca sentidos já inscritos e significados, mas também inaugura uma história de significações a funcionar na memória discursiva e deslocar filiações. Não há transparência ou referência direta ao que é nomeado, porque a opacidade é estruturante. Para melhor situar essa questão, consideremos x o nome, e y, a coisa nomeada, independentemente de sua significação (pessoa, objeto, sentimento, operação policial...). Antes que x passasse a identificar y, sentidos já circulavam tanto sobre x - sendo um arranjo já possível na língua nos níveis fonético-fonológico, sintático, semântico... e já disponível no interdiscurso - como sobre y - estando amarrado a uma história de significações das outras “coisas” semelhantes já nomeadas. Há

múltiplas injunções sócio-históricas em toda ligação x-y, não só até o instaurar da nomeação, mas também ao longo de todas as inscrições²⁵ desse nome na memória discursiva.

Longe de adentrar às discussões relativas à existência de y em um referente ou ainda sobre suas condições de verdade, e sem o intuito de refletir exaustivamente sobre os processos de nomeação (que não representam o objetivo do trabalho), uma questão em peculiar interessa acerca do funcionamento de x. Há um lugar de autoria marcado na nomeação, o qual não corresponde muitas vezes a um ser empírico que realiza o gesto inaugural de formular um nome, mas à organização dos sentidos que singulariza e distingue a memória recortada na identificação. Logo, ao se pensar na noção de autoria na nomeação, não recorreremos a uma investigação etimológica que remonte quando x foi formulado e passou a identificar y, mas nos sentidos que estão inscritos nessa relação, os quais delimitam que x, ao circular, pode circunscrever y. O nome pode se relacionar ao que discorre Orlandi (2001) sobre estar a autoria ligada ao agrupamento do discurso, pois sentidos são incluídos e outros excluídos em um processo de nomeação.

Avançando em uma realização específica de x-y, um sintagma (constituído por substantivo como núcleo e adjetivo ou locução como modificador) pode indicar o nome de uma operação policial. Enquanto organização sintática, o sintagma indica uma composição de elementos hierarquizados que formam uma unidade na sentença; pode ser decomposto em unidades menores e é nomeado de acordo com a natureza de seu núcleo. Assim, em *castelo de areia*, por exemplo, tem-se um sintagma substantivo (núcleo: *castelo*), cujo modificador é um sintagma preposicionado (sintagma substantivo: *areia* precedido de preposição: *de*) que realiza a função de locução adjetiva a caracterizar o núcleo *castelo*. Ao explicitar a construção do sintagma, percebemos que a sintaxe autoriza a quebra, em unidades menores, de uma combinação que parece amarrada no discursivo. De certo modo, a sintagmatização se cristaliza como tal quando circula como bloco (não nos aprofundamos aqui na distinção entre já-dito e pré-construído, mas na amarração em que *castelo* parece sempre estar filiado a *de areia* em muitas inscrições). Embora pela estrutura sintática seja possível a fragmentação em unidades menores, além da junção de outro núcleo ao modificador, em muitas formulações *castelo* aparecem junto a *de areia* como sintagma, como bloco em circulação.

²⁵ Em artigo publicado na Revista Rua, Simões (2013) traz a possibilidade de saturação de nomes de cidades e as placas dispostas quase sempre na entrada como um processo de renomeação do espaço e dos sujeitos já significados e individuados. Considerar a saturação de um nome corrobora para entendermos a relação x-y como aberta e construída como processo. Ainda que y seja identificado por x e este circule como o que permite a identificação e identidade de Y, a referência se dá no simbólico, atravessada e mediada por historicidade, o que lhe torna opaca e não-linear.

Podemos identificar, então, dois momentos na constituição do sintagma como o nome de operações policiais: houve a combinação de termos em bloco, sua circulação fechada, imaginariamente sem possibilidade de deslocamento e, em um segundo momento, a escolha do sintagma para funcionar como nome, inscrição que ocorre no interior de uma formação discursiva específica.

Retomando Orlandi (2012b, p.9), quando afirma que “formular é dar corpo às palavras”, refletimos que a associação da expressão sintagmática – que circula em outras formações discursivas, ligada a outros sentidos - a uma operação policial, referenciando-o como um nome desta, acaba por oferecer um novo corpo ao sintagma. Esse gesto de autoria marca-se principalmente no agrupar da expressão (pois as palavras já estão amarradas como um bloco) aos sentidos circulantes na operação. Pode-se somar ainda a discussão de Pêcheux (1980,[2016]) em relação ao discurso jurídico ao qual é essencial que tudo seja nomeado, construindo um espaço sem resto, esquadrinhado, marcado; o que não é diferente às ações de órgãos em um Estado. Muitas são as operações e, na finalidade de identificá-las, são organizadas em torno de um nome, por um gesto de autoria.

É válido ressaltar novamente que não nos interessa tomar o sujeito que nomeia, mas o funcionamento de engendramento dos sentidos, a possibilidade de se agruparem ou não. Assim, como a nomeação ou o gesto de autoria se dá em um espaço particular, a formação discursiva policial, consideramos a polícia na posição de autor, função pela qual se projeta imaginariamente como origem do sentido, contudo sabemos que todo sujeito “toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso (a memória discursiva)” (ORLANDI, 2007, p.31).

Resta-nos, portanto, discorrer sobre o que permite que palavras sejam amarradas e fechadas em um bloco a circular em uma estrutura sintagmática; que sentidos sejam associados a sintagmas ou ainda que um autor possa nomear uma operação por um sintagma já circulante. Avançaremos na questão de pensar sobre o ideológico que tangenciamos ao longo das discussões anteriores e que perpassa, principalmente, as reflexões sobre o que está na ordem do já-dito e do pré-construído.

3.2 O ideológico fundante

Apresentamos, logo de início, o interdiscurso (ou memória discursiva) como uma das noções mais relevantes ao que propomos pensar, uma vez que a memória discursiva figura de

modo distinto na instância do pré-construído e na do já-dito. Para observar o funcionamento desses dois efeitos, tomamos sintagmas para análise, considerando que por serem atravessados por um imaginário de anterioridade, em uma ilusão de fechamento e saturação, poderiam indicar um efeito de pré-construído *castelo de areia* e *saia justa*; diferentemente de *caixa de Pandora* e *juízo final*, os quais se amarram ao discurso do outro, a uma história de inscrições, a uma região da memória discursiva, o que os leva à ordem do já-dito. Ignorando momentaneamente essa divisão, e tomando somente a amarração de sentidos disponíveis no interdiscurso em uma estrutura sintagmática, podemos pensar no recorte e fechamento do interdiscurso como uma questão ideológica²⁶, já que algo de fora permite/autoriza a amarração em uma formulação cujos termos passam a circular juntos, como unidade.

Dias (2015), adentrando na relação entre a Semântica do Acontecimento e a Sintaxe, faz uma reflexão preciosa que pode reiterar o que discutimos ser a amarração sintática o sintoma de uma combinação já ocorrida no discursivo; o autor reflete que as formações sintáticas sustentam materialmente a memória da língua, o que, em nossa discussão, pode estar relacionada às múltiplas possibilidades de se amarrar outras expressões modificadoras adjetivas ao núcleo *castelo*, por exemplo. Ele acrescenta ainda que não somente a memória da língua é sustentada na sintaxe, mas as formações sintáticas sustentam, ao mesmo tempo, a memória das significações de seus termos (as inscrições de *castelo*, de *de areia* e de *castelo de areia*, por exemplo), ou seja, das unidades que compõem as formações. Desse modo, deslizamos a discussão do autor, mesmo não ocorrendo em um domínio discursivo, à possibilidade de a combinação horizontal sintagmática de termos em torno de um núcleo (o substantivo) indicar não somente o que linguisticamente é possível, mas o que já está inscrito no discursivo.

Conforme já discutimos, há muitas possibilidades outras de combinações, mas uma memória de significações e inscrições de *saia + justa* parece amarrar as partes em unidade e bloquear a associação de *saia + apertada*, por exemplo. O sintagma, enquanto efeito de pré-construído, irrompe na formulação do sujeito, parecendo-lhe o disponível para significar uma situação constrangedora, como “estou em uma *saia justa*” e dificilmente “estou em uma *saia apertada*”. O mesmo ocorre na ordem do já-dito, em que o espaço de autoria (a mitologia, a religião...) sustenta e faz circular os sintagmas. No entanto, pensar que uma estrutura sintagmática evoca uma memória, um funcionamento do interdiscurso, não supõe que ele esteja

²⁶ Considera-se aqui a ideologia pensada na perspectiva discursiva, materialista, na qual não há ocultação de sentidos ou possibilidade de sujeito ou língua isento de um funcionamento ideológico. Não será explorada a noção de modo exaustivo e didático, mas refletiremos sobre algumas afirmações julgadas necessárias à investigação do funcionamento de um sintagma.

estabilizado. Ao contrário, a cada nova inscrição do sintagma, há uma atualização do interdiscurso. Ele é convocado para historicizar a expressão a cada nova inscrição, conforme discorrido em capítulos anteriores.

Aqui trazemos o ideológico à discussão: a memória sustentada, por exemplo no (e pelo) sintagma *saia justa*, faz com que pareça evidente e natural sua associação a situações de aperto, tal como *juízo final* pode representar a um universitário um momento pós exame. Contudo, só é possível à forma evocar uma memória de inscrições ou irromper em uma ilusão de fechamento (toma-se novamente a distinção proposta entre os dois efeitos), porque tem-se um funcionamento ideológico nessa amarração sintática. A combinação de termos em sintagmas e a inscrição e circulação desses termos combinados na sequência horizontal não é resultante de uma autorização linguística, mas de um processo discursivo, ideológico. “Como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário” (ORLANDI, 2012a, p.48). Não há nada no termo *castelo* que o faça circular frequentemente ligado à locução *de areia*, mas por uma prática ideológica, que funciona como elementar, de sujeitos irem à praia e construir castelos, as unidades passam a funcionar juntas como sintagma. Se a prática fosse a de construir *cavalos*, significaria como “natural” a formulação: meu casamento está ruim, parece um *cavalo de areia*. A sintagmatização que parece evidente, sem possibilidade de ser outra, é um efeito ideológico que apaga a historicidade na qual os termos se constituíram enquanto sintagma.

Orlandi (2007) ao trabalhar com a questão da interpretação, discute que todo sujeito se encontra na necessidade de interpretar, de dar sentido, estando condenado a (se) significar. Há uma construção imaginária de que quando o sujeito fala/formula atribui sentido às suas palavras, como se o sentido estivesse nelas. Distanciam-se das condições de produção e do modo como o exterior o constitui. Discussão que reitera que a ideologia não é ocultação de sentidos, mas apagamento do processo de constituição deles, além de possibilidade de contenção da deriva e de saturação de um efeito de sentido.

Tomando alguns outros sintagmas a serem analisados, *fogo de palha*, *telhado de vidro*, *campo fértil*, *Alegoria da Caverna*, *arca de Noé* e *Barba Negra*, atribuímos uma regularidade à sua construção (assim como os quatro primeiros) por possuírem um núcleo nominal caracterizado por um adjetivo ou locução. Os substantivos – fogo, telhado, campo, alegoria, arca e barba – podem se filiar a outros modificadores, em distintas formulações, em uma combinação horizontal autorizada pelo linguístico e legitimada no discursivo. Em práticas sócio-históricas ou em um imaginário destas, e em textos que organizam sentidos (e não

somente palavras) ou em um imaginário deles, constituem-se significações não somente pela junção dos termos, mas pelo processo discursivo do qual são parte. Embora pareça evidente a *arca* ser *de Noé* e o *fogo, de palha*, estamos diante de um processo de constituição de articulação de sentidos apagada por um funcionamento ideológico.

Essas expressões sintagmáticas, assim como as anteriores, nomeiam operações policiais. Por ora, compete-nos reconhecer trabalhos ideológicos que possibilitaram essa nomeação: 1. Termos/sentidos não são somente justapostos, mas passam a funcionar juntos; 2. Sintagma se inscreve repetidamente, seja irrompendo em uma ilusão de fechamento, como “do sujeito”, em uma dissimetria entre formulação, constituição e circulação, seja ligado a uma autoria, como o “do outro”, em uma formação discursiva ou regionalização; 3. Imaginário que “cola” o sintagma saturado à questão a ser resolvida pela instituição. Parece haver uma divisão também temporal a marcar o trabalho da ideologia, neste caso, já que a sintagmatização precede a seleção do bloco como nome. Assim, só se faz possível, por exemplo, uma operação policial, com a finalidade de desarticular uma organização criminosa que viola os direitos autorais pela internet, ser nomeada como *Barba Negra* porque sentidos anteriores atravessam a combinação *barba + negra* e fecham-na como sintagma. Por um discurso-transverso uma característica física do pirata é deslizada à expressão que o nomeia; a metonímia que se cristaliza é atualizada ao se estender ao que se conhece na modernidade como pirataria. Pensar na ideologia é, desse modo, compreender o que funciona antes, no interdiscurso, e que propicia tal relação; relação que deve ser interrogada.

Ao trabalhar a noção de texto, Orlandi (2012b, p.67) nos diz que ele “mostra como se organiza a discursividade”. Tomando a combinação de elementos em sintagma, podemos analisar uma discursividade também organizada em combinação e fechamento. Estando o sentido sempre “em relação a”, ou seja, aberto ao deslocamento, ao múltiplo, toda cristalização é construída, é ideológica, podendo ser a *barba* associada a outros termos e *negra*, a caracterização de outros substantivos. A sintagmatização direciona a interpretação e bloqueia outras possibilidades; não há, pois, correlação entre *Barba Ruiva* e o pirata inglês, mas poderia haver, se outros fossem os efeitos de sentido, ou ainda ele poderia ser nomeado por *Barba* ou por outro sintagma, estabelecendo uma outra relação metonímica.

Por conseguinte, o que mais se salienta à discussão é compreender o fechamento de um recorte do interdiscurso em sintagma ou qualquer outra organização – considerando que tudo está disponível a combinações ilimitadas – como uma questão ideológica. Discutiu-se anteriormente a possibilidade de o interdiscurso figurar de maneiras distintas enquanto pré-construído e já-dito. Este passa por uma ressignificação neste trabalho referindo-se a uma

realização da memória discursiva quando ligada a um espaço de autoria, a uma regionalização ou formação discursiva. Sendo assim, parece elementar tomar um sintagma da ordem do já-dito como um efeito ideológico, uma vez que entendemos estar ligado a uma história de inscrições que poderia ser outra, e que funciona como natural ao sentido e necessária a ele.

Contudo, acerca de os sintagmas considerados aqui como pertencentes à ordem do pré-construído, pode-se questionar se também estão sujeitos a um atravessamento ideológico assim como na instância do já-dito. Sendo um recorte do interdiscurso organizado em uma sintaxe que se inscreveu repetidamente e figura em um imaginário de estabilidade, anterioridade e fechamento, o sintagma como pré-construído parece ser compartilhado por todos com obviedade e transparência, circulando entre formações discursivas, sem uma regionalização na qual parece ter se constituído. A fluidez do bloco que irrompe na autoria do sujeito e o apagamento do eixo vertical (o da constituição / o da seleção) simula uma opacidade do interdiscurso, o que suporia, por exemplo, ser *castelo de areia* atravessado por uma naturalidade ou isenção ideológica, por indicar uma construção física e a matéria da qual é composta. Introduzimos uma discussão de Pêcheux que pode acrescentar a essa questão.

Em *Metáfora e Interdiscurso* (1984 [2011]), Pêcheux levanta algumas consequências de seu texto de 1975, *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, principalmente no que diz respeito às materialidades discursivas e à ideologia. O autor aproveita de exemplos citados durante o simpósio, no qual a discussão foi apresentada, para afirmar que não há uma estrutura sêmica de uma *estrada de ferro* ou de uma *toupeira* que seja inaugural e que, posteriormente, se aplique de modo distinto em situações variadas, mas a referência discursiva é sempre construída em formações discursivas. O interdiscurso não corresponde a um efeito integrador da discursividade, mas é seu princípio de funcionamento; passando de uma formação discursiva a outra, referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. Desse modo, Pêcheux nega a existência de uma naturalidade técnica de uma *estrada de ferro* ou zoológica de uma *toupeira*, que seria “em seguida”, “posteriormente”, depois” sujeita à metáfora ou deslize, mas a produção discursiva desses objetos circularia entre diferentes regiões discursivas, das quais nenhuma pode ser tomada como originária.

Do mesmo modo, os sintagmas que funcionam em um efeito de pré-construído, como *castelo de areia*, não fogem ao processo discursivo, como se significassem algo “natural” aplicado “posteriormente” a uma prática ideológica. Ao contrário: é porque é atravessado por um efeito ideológico que se simula como livre de uma história de significações e uma região específica; a simulação de horizontalidade evidencia o trabalho da ideologia. A maneira pela qual a areia do mar é lida e diferenciada, por exemplo, da areia utilizada em uma construção se

faz possível, pois desde-sempre foram significadas de um modo distinto. Pensar no funcionamento discursivo é desconsiderar um momento adâmico no qual os termos/sentidos estavam às margens das práticas ideológicas e depois foram submetidos ao interdiscurso. Os termos/sentidos de *castelo* e *de areia* – isoladamente e como sintagma - já se constituíram em uma discursividade, tal como a *toupeira* foi desde-sempre significada em uma prática ideológica.

Recuperando a reflexão de Pêcheux, como a memória discursiva é o princípio de funcionamento de todo o processo, não há sentido que escape ao interdiscurso, mas ao passar de uma formação discursiva a outra, referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. Os sintagmas escolhidos para análise podem se inscrever em muitas formações discursivas, como a policial, gesto que sugere um movimento polissêmico em que referências novas são construídas. Desse modo, consideramos que *caixa de Pandora*, por exemplo, ao nomear uma operação, além de inscrita em uma formação discursiva mitológica, é atravessada também pela policial. Novos textos são produzidos a partir dessa nomeação; textos outros circulam no imaginário, figuram no interdiscurso e o sintagma atravessa fronteiras entre formações antes não relacionadas. Passamos, então, à análise dos sintagmas, do funcionamento deles enquanto nomes de operações policiais e do movimento já-dito ↔ pré-construído.

3.3 Do pré-construído ao já-dito

A inquietação precípua deste trabalho, conforme já apresentamos, é a de investigar a realização do interdiscurso em dois efeitos, o de pré-construído e o de já-dito, e demonstrar que pode haver um movimento mútuo e contínuo entre as duas instâncias. O espaço escolhido para observar tais questões é o sintagma, uma vez que a ocorrência de uma sintagmatização aponta, para além de uma combinação sintática de termos, sentidos do interdiscurso que circulam juntos, em bloco, indicando que uma discursividade está a trabalhar nessa amarração. Há uma memória que fala no sintagma, e que permite um imaginário de que a coerência entre as partes e a saturação do bloco são máximas, o que interdita um possível deslocamento de um dos termos. Apagado o processo de constituição, o sintagma está disponível no interdiscurso como unidade.

Algumas dessas unidades funcionam, a partir do modo pelo qual são tomadas nesta análise, como pré-construído ou como já-dito, mas pensamos na possibilidade de deslocamento à outra ordem. Para observar esse movimento, selecionamos sintagmas cuja estrutura seja semelhante (núcleo nominal modificado por adjetivo ou locução) e que estejam inscritos em

uma discursividade outra, evocando sentidos outros. Assim, buscamos alguns que passaram a indicar nomes, em uma formação discursiva específica: a policial.

Foram recortados, para análise, dez sintagmas, dentre os quais pensamos que cinco indicam um efeito de pré-construído e a outra metade, o de já-dito. Já discutimos que, embora a estrutura seja semelhante, temos funcionamentos diferentes da memória discursiva. Com frequência em outros estudos, insiste-se estar o pré-construído circunscrito a estruturas sintáticas peculiares, contudo, aqui observamos o interdiscurso realizando-se de modos distintos em sintagmas de mesma natureza, corroborando o que temos salientado sobre algo de fora não somente autorizar a amarração, mas também trabalhar em seu fechamento.

Figura 7: Listas de sintagmas analisados

Sintagmas: pré-construído		Sintagmas: já-dito	
Núcleo	Modificador	Núcleo	Modificador
castelo	de areia	caixa	de Pandora
saia	justa	juízo	final
fogo	de palha	arca	de Noé
telhado	de vidro	Alegoria	da Caverna
campo	fértil	Barba	Negra

Fonte: da autora

Compreende-se, pois, que diante de uma mesma combinação, podemos observar um duplo funcionamento da memória discursiva, se realizando em efeitos diversos porque a forma é linguístico-histórica, e não somente termos sintaticamente dispostos. Pela historicidade que atravessa o sintagma, ocorre a atualização a cada nova inscrição, ainda que seus sentidos permaneçam atados em unidade. Antes de refletirmos sobre a história de significações inaugurada por cada sintagma ao passar a nome de operação policial e se inscrever na formação discursiva específica, vejamos os sentidos já circulantes no interdiscurso acerca de cada bloco.

3.3.1 Os sintagmas como pré-construído

Anteriormente, pensamos no funcionamento de *castelo de areia* e *saia justa* em um efeito de pré-construído no qual todos parecem partilhar de um mesmo lugar, partilhar um imaginário em relação à efemeridade e ao embaraço, respectivamente. Instauram-se como um já-sabido, sem autoria, mas de todos os autores, uma vez que pode irromper no intradiscurso,

simulando pertencer apenas ao eixo horizontal. Embora o deslize da construção feita à beira mar e da peça de vestuário feminino aponte a metáfora, o movimento polissêmico, há um apagamento da constituição no processo discursivo, o que atesta a ilusão de fechamento ao pré-construído.

Não é diferente o funcionamento de *fogo de palha*, de *telhado de vidro* e de *campo fértil*. Tal como *castelo de areia* e *saia justa*, os sintagmas, se explorados em um domínio não discursivo, podem se relacionar à noção de literalidade ou à dicotomia conotação e denotação. No entanto, conforme já discutido, e tal como reflete Orlandi (2012b), a divisão acerca do que é ou não literal é um efeito de discurso que sofre determinações dos modos de assujeitamento, não havendo um sentido único e prévio, mas aquele que é instituído historicamente na relação do sujeito com a língua, com o discurso, em condições de produção determinadas.

Desse modo, tomemos uma interpretação possível de *fogo de palha*: um montículo de vegetação seca em chama, em uma fogueira, ou uma empolgação que tem breve duração. Há uma ilusão do primeiro sentido como o real, o literal, contudo, o compreendemos, assim como diz Orlandi (2012b), como uma construção do processo discursivo, um efeito referencial, que parece representar a relação imanente entre palavra e coisa, e que faz o sujeito ter a impressão da transparência. Cabe retomar a reflexão de Pêcheux (1984 [2011]) de que nada escapa à discursividade, todas as significações – mesmo a de uma toupeira – ocorrem no todo que as comporta, na memória discursiva. Então, a naturalidade que parece alicerçar a denotação ou sentido literal assinala um efeito ideológico tal como os outros classificados como conotativos.

A condição do sentido é ser efeito, assim vale a discussão não sobre o que pode se constituir no referente ou não, mas sobre o que funciona, a fim de que um sentido passe a outro. Como “a condição da linguagem é a incompletude” (ORLANDI, 2012a, p.52), o processo de significação é aberto ao deslocamento, entre a tensão do mesmo parafrástico – a rapidez com que a palha sucumbe ao fogo – e o novo polissêmico – a rapidez com que uma motivação perece; algo que se inicia de modo grandioso, mas que tem curta durabilidade pode ser comparado ao *fogo de palha*, pois há uma discursividade a funcionar na qual o sintagma já está dado. E o contrário também é válido: entende-se uma fogueira de hastes secas como algo de pouca resistência porque o sintagma circula em um imaginário da empolgação que se esvai rapidamente.

Na base dessas constatações, fugindo a um atestado do que é o primeiro ou o literal, interessa-nos o movimento dos sentidos e a possibilidade de se movimentarem. O deslize suscita o outro, mas o deslocamento parece correr sob um fio, que evoca o mesmo; percurso não condicionado a uma direção. Assim, o sintagma *telhado de vidro* apresenta o material de

que é feita a cobertura de uma construção, podendo deslizar à fragilidade dessa composição e se estender às ações humanas; contrariamente, na compreensão da cobertura constituída por vidro é trazida a fragilidade a que se submete às ações. Em movimento similar, *campo fértil* sugere um terreno que possui alta capacidade produtiva, mas a fecundidade pode abranger outros predicativos como inventivo, criativo, desenvolvido; e por esses atributos chega-se à significação do espaço destinado à agricultura.

Retornando ao que pensamos sobre os sintagmas *castelo de areia*, *saia justa*, *fogo de palha*, *telhado de vidro* e *campo fértil* exemplificarem o efeito de pré-construído, observamos que talvez esse movimento de retorno dos sentidos, movimento bidirecional que parece simular uma transparência entre eles (em que, por exemplo, *saia justa* indica a roupa apertada e a situação de aperto, e por um sentido acessa-se o outro) e o imaginário de que um dos sentidos é o primeiro ou literal, que originou o conotativo ou figurado, corroborem a ilusão de fechamento do bloco. Apaga-se o interdiscurso no qual se deu essa relação, já que parece “ter sido sempre assim”, uma partilha de sentidos, como se pudesse sempre fluir por todos os sujeitos, em todas as formações discursivas com evidência.

A dissimetria entre formulação, constituição e circulação, em que o eixo da constituição parece importar menos do que a circulação que satura o sintagma, é nomeada aqui por simulação de horizontalidade. Como já dissemos, a expressão pré-construída irrompe no intradiscurso, sem dêitico, como opção disponível, instalando um imaginário de interpretação interdita. Nas formulações “Estudar oito horas por dia para o ENEM é *fogo de palha*” e “Correr todos os dias para emagrecer é *fogo de palha*”, inscritas em formações discursivas distintas, está contido um mesmo bloco que parece evidente e compartilhado. Considerando seu funcionamento, enquanto predicativo que se refere ao sujeito oracional, analisamos que os gestos de estudar e correr, de significação distintas, correspondem a um mesmo pré-construído que os identifica. Identificação que só é possível se pensada a discursividade na qual o sintagma se fechou como bloco. A essa interdição da interpretação ou bloqueio do sentido, cabe trazer duas reflexões.

Primeiramente, importa-nos uma reflexão de Orlandi (2004) que, ao pensar sobre a materialidade significativa da cidade e o que se repete nela, compreende as particularidades das noções (clichê, lugar comum, estereótipo ...) e as relaciona ao corpo da cidade. Há uma relação, pensa a autora, entre a quantidade, que é um traço estruturante e significativo no espaço da cidade, e a repetição, o clichê, o estereótipo... Estes, se tomados como espaço, são o lugar da convivência, do acordo, da opinião. Longe de serem considerados como traços de banalidade ou ausência de criatividade, Orlandi qualifica-os pela produtividade e capacidade de

construção, pois se aparecem em excesso, em quantidade, abrem-se, pois, à possibilidade de operar discursivamente de modo produtivo.

Em segundo lugar, apresentamos a noção de fórmula pensada em Análise de Discurso por Krieg-Planque (2010). A fórmula é uma passagem obrigatória dos discursos em um dado momento da história, o acesso de uma palavra ou expressão à condição de fórmula é parte integrante da história de usos dessa palavra, daí decorre não a tomar como uma questão linguística, mas discursiva, pois ela não existe sem os usos que a tornam fórmula. Ademais, a cristalização da sequência – que supõe concisão - é condição necessária para sua existência como fórmula; é a concisão que permite à fórmula circular e irromper em formulações, garantindo sua aceitabilidade e funcionando como o caminho disponível, e até imprescindível, para a realização do sentido.

Como vimos, aquilo que se repete e se cristaliza pode ser caracterizado e dividido de acordo com suas minúcias, recebendo distintas nomeações. Independentemente da categorização, parecem funcionar na ordem do pré-construído, o que pode adicionar às discussões aqui propostas, embora não se tenha por intento a classificação dos sintagmas em algumas das noções. Partindo do que aborda as autoras, podemos compreender a repetição dos blocos (sintagmas) e a imaginária interdição à interpretação como um caminho compartilhado, aceito, necessário, e produtivo, em que a concisão (substantivo + adjetivo que o delimita) possibilita sua história de usos, ou ainda que talvez as inscrições excessivas legitimaram sua concisão como sintagma, como pré-construído. Como “lugar de acordo”, parece irromper sem dêitico, sem amarração a uma região, já que pertence a todas e flui por elas.

Passaremos agora à exploração dos sintagmas recortados para observar o funcionamento do efeito de já-dito.

3.3.2 Os sintagmas como já-dito

Assim como *caixa de Pandora* e *juízo final*, *arca de Noé*, *Alegoria da Caverna* e *Barba Negra* foram selecionados como exemplos da realização da memória discursiva como já-dito. Analisamos o funcionamento das expressões no interdiscurso não ainda na nomeação das operações policiais, mas procurando perceber os sentidos que atravessam o sintagma e que talvez possibilitam sua relação como nome de uma intervenção da instituição.

Ao distinguir os efeitos de pré-construído e já-dito, insistimos na possibilidade de reconhecer um lugar de autoria (um outro como autor) e uma regionalização ou formação discursiva amarrada a uma história de inscrições do sintagma, quando considerado o já-dito.

Um sintagma não está fixo a uma região da memória discursiva, mas, de acordo com Pêcheux (1975, [2009]), recebe seu sentido da formação discursiva na qual é produzido, podendo mudar de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, ao atravessar a linha porosa que as regionaliza. Dessa maneira, “arca de Noé” parece ter sido significado em uma formação discursiva religiosa, assim como “Alegoria da Caverna” está amarrada à filosofia. Há (um imaginário de) texto(s) funcionando em uma região da memória discursiva, a sustentar os sintagmas enquanto já-dito que os levam a um lugar de autoria, texto(s) que são evocados, a fim de que haja significação.

O que ressignificamos, então, neste trabalho como efeito de já-dito corresponde a um funcionamento particular da noção de autoria quando um outro pode ser relacionado à organização dos sentidos em unidade, em sintagma. Seja o professor de história, seja um filme de ação, há um lugar da memória discursiva a legitimar o sintagma *Barba Negra*, a um outro a significá-lo como o pirata inglês que aterrorizava os mares. Diferentemente do funcionamento dos sintagmas analisados como pré-construído que, em uma simulação de horizontalidade, irrompem em um imaginário de anterioridade/exterioridade, como parte da autoria do sujeito, *Barba Negra* (tal como os demais recortados) parece filiado a uma história outra de inscrições.

Novamente, à questão da autoria no já-dito pode ser relacionada a discussão de Pêcheux (1975, [2009]) acerca da articulação (ou processo de sustentação) a qual constitui o sujeito em sua relação com o sentido; ou seja, ao fazer circular, por exemplo, o sintagma *arca de Noé* está o sujeito inscrito em uma formação discursiva religiosa, está “dito” por ela, independentemente se há um imaginário de concordância ou de refutação, assim como *Alegoria da Caverna* instaura uma referência dêitica ao domínio da filosofia, o que pode satisfazer a um imaginário de que o sujeito conhece/compreende que o sintagma corresponde a um pensamento específico de Platão. A articulação representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação, o assujeitamento; há uma evocação lateral em que o texto do filósofo ou uma versão dele funciona como suporte de pensamento da formulação. Retorno ao saber que indica a sustentação ou articulação do já-dito.

Esse processo ou efeito de sustentação (ou articulação) está em relação direta com o discurso transversal. O funcionamento de *caixa + de Pandora*, de *juízo + final*, de *arca + de Noé*, de *Alegoria + da Caverna* e de *Barba + Negra* como sintagmas, e a circulação deles ligada a outros sentidos, em outras formações discursivas, aponta que há algo a trabalhar nessa junção, a incidir como explicação e linearizar os sentidos como se estivessem em uma relação de extensão. É possível, por exemplo, associar a *Alegoria da Caverna* ao uso excessivo das redes sociais, como ocorre com frequência em textos verbais ou não verbais, porque um discurso

transverso filia a narrativa alegórica (a) à utilização inadequada da internet (b), linearizando essa relação *a-b* no intradiscurso como se a significação do mito se estendesse à de uma rede social em um fio de evidência. Parecem, então, ter sido construído juntos e não em um movimento metonímico do discurso-transverso que incide e produz correspondência.

Por essas noções – autoria, articulação, discurso-transverso – que se relacionam tão diretamente ao que ressignificamos por já-dito, insistimos na regionalização na qual a sintagmatização ocorreu e na história de inscrições do sintagma como determinantes a essa questão. Por estar em uma relação extra enunciativa, importam as condições de produção em sentido amplo, a historicidade na qual o sintagma está inscrito e não somente sua realização no aqui e no agora (condições de produção em sentido estrito). Assim, ao circular o sintagma *arca de Noé*, surge para se ler a narrativa bíblica do livro nomeado como Gênesis, em que um homem chamado Noé recebe instruções de Deus para construir uma barca, a fim de salvar sua família e os animais da Terra de um grande dilúvio. A narrativa se repete no Alcorão (com variações), além de haver muitos mitos de inundação em outras culturas, o que nos conduz a analisar novamente o funcionamento ideológico constitutivo a todo processo discursivo.

Primeiramente pensamos no efeito de particularidade em torno de um substantivo próprio. Em oposição ao que se conhece por comum, o nome grafado com inicial maiúscula indica um ser específico, único. A classificação das palavras, se tomada não somente como uma taxionomia linguística, mas em uma abordagem discursiva, possibilita-nos discorrer sobre a singularidade como um efeito ideológico de identificação daquilo que se significa de modo distinto e que importa ser significado como tal. Assim, interessa ao discurso religioso, em um imaginário de delimitação e identificação do que é importante, nomear o escolhido à aliança divina. Noé é significado pelo nome e o nome evoca o mito bíblico, assim como outros nomes evocam outros mitos em outras culturas e outras sociedades. Pelo funcionamento ideológico do nome próprio instaura-se a singularidade que importa ser significada, delimitação marcada no linguístico pela inicial maiúscula que o diferencia dos demais termos.

Discutimos anteriormente sobre a nomeação ser resultante de processos de identificação e indicar um gesto de autoria. Ao tomarmos, por exemplo, um nome próprio, como *Noé* ou *Pandora*, na composição de uma locução adjetiva que especifica um substantivo comum, percebemos, pelo funcionamento cristalizado dessa construção, que há uma noção de pertencimento (a *caixa* pertence à *Pandora* e a *arca*, a *Noé*) a atravessar o sintagma. Ainda que os nomes sejam desconhecidos, é possível perceber (quando escrito) que se trata de um substantivo próprio pela inicial maiúscula, podendo relacionar os objetos *caixa* e *arca* a *Pandora* e *Noé*, respectivamente. Desse modo, há um efeito de recorte que singulariza cada

um dos nomes como particular, especificando-os. No entanto, somente pela história de inscrições do nome em uma formação discursiva, pode-se relacionar *Pandora* a um discurso mitológico e *Noé*, ao religioso, e, uma vez amarrados a essa discursividade, os nomes já evocam os sentidos circulantes no sintagma, desfazendo o efeito imaginário de bloco. O nome próprio, sendo composto por um termo ou mais de um, como *Alegoria da Caverna*, sintagma que intitula o texto de Platão, parece trazer, colado à sua significação, a história que o singularizou, processo ideológico que produz o efeito de evidência do sentido.

Ainda em relação à ideologia, podemos refletir que os sintagmas analisados como pré-construído, enquanto expressões que circulam com insistência e irrompem sem autoria/de todos os autores, funcionam como expressão disponível, evidente. Esse imaginário de anterioridade, em que todos compartilham de um sentido que parece tender à paráfrase, é um efeito ideológico; evidência que também sustenta um sintagma na ordem do já-dito quando sujeitos estão inscritos em uma mesma formação discursiva. Pode-se, pois, considerar que se a rede de formulações na qual se amarra um sintagma figura com obviedade, de modo imaginariamente fechado, a expressão – ainda que marcada por um outro como autor – passa a figurar também em um imaginário de anterioridade.

Imaginemos que os escritos da filosofia platônica passem a circular insistentemente e sejam conhecidos por todos os sujeitos. É provável que, nesse quadro, o sintagma *Alegoria da Caverna* seja significado por todos, já que estão inscritos em uma formação discursiva filosófica, e passe a circular em uma ilusão de fechamento, em um imaginário de anterioridade. Além disso, a circulação exaustiva do sintagma pode tornar opaco o eixo da constituição o qual aponta uma região da memória discursiva. Diante dessa suposição do funcionamento de *Alegoria da Caverna* percebemos que, por um efeito ideológico de ser ou não “conhecido, natural, disponível”, um sintagma pode passar, por exemplo, de uma instância do já-dito ao pré-construído. Com base nesse movimento avançamos na discussão.

3.3.3 O processo de nomeação e o pré-construído

Diante do percurso de reflexão sobre sintagmas que acreditamos funcionar na ordem do pré-construído (*castelo de areia, saia justa, fogo de palha, telhado de vidro e campo fértil*) e nos que pensamos ilustrar o efeito de já-dito (*caixa de Pandora, júzo final, arca de Noé, Alegoria da Caverna e Barba Negra*), passamos agora a tomá-los em um processo de nomeação, já que cada um circula também relacionado a uma operação policial. Retomando o que foi percorrido sobre o gesto de nomear, consideramos que parece haver um contrato

linguístico e discursivo em que não somente o(s) sujeito(s) que nomeia(m), mas todos os demais compartilham a estrutura- nome e os efeitos de sentido inscritos nessa memória. Desse modo, no movimento polissêmico de deslocar um sintagma circulante ao termo de identificação de uma operação, a instituição Polícia, em sua função-autor, inaugura uma nova rede de significação, tanto em relação aos sentidos já amarrados à expressão sintagmática, quanto aos sentidos circulantes no interdiscurso acerca da natureza do crime em questão. Instaura-se também um contrato linguístico-discursivo em que os sujeitos parecem compartilhar um imaginário recortado da memória “colado” à estrutura-nome, o meio de identificação, e que, por esse meio, os sentidos são evocados e atualizados. Essa “partilha da memória” se dá pelo funcionamento da ideologia; neste caso, a instituição polícia, a partir de sua relação de poder com o Estado, regula a interpretação como única e hegemônica.

Para corroborar a discussão, tomaremos um exemplo distinto dos selecionados para análise, a fim de não coincidir com o que será posteriormente desenvolvido. Ao associar a expressão *lava a jato*, já amarrada ao sentido de um estabelecimento para lavar carros com equipamentos automáticos de alta pressão, a um conjunto de investigações que visa apurar um esquema de lavagem de dinheiro, a instituição Polícia coloca-se na posição de autoria ao praticar significações e dispor sentidos em uma imaginária unidade. Fugindo a qualquer análise pragmática incompatível ao domínio discursivo de onde falamos, o gesto de nomear é um efeito ideológico de se compreender como natural e necessária – talvez pelo crescente número de investigações no cenário nacional e para imprimir notoriedade às ações da corporação – a singularização de cada investigação.

Não discutiremos, no momento, quais ou quantos sujeitos ocupam o lugar de autoria e a (imaginária) causa da associação, mas pensando no que funciona antes, no interdiscurso, que possibilita tal relação, percebe-se o deslize de “lavar rápida e intensamente” para “dissimular a origem ilícita de bens”; processo metafórico sustentado no efeito de sentido, também já circulante, de “lavar dinheiro”: o dinheiro “sujo”, ilícito, parece “limpo”, lícito, devido à realização de práticas financeiras consideradas irregulares. Ademais, também já está cristalizada na memória discursiva a divisão dicotômica entre “sujo” e “limpo”, atravessada de obvedade e transparência, indicando um efeito ideológico em que um adjetivo funciona como o antônimo do outro.

Por esses e outros tantos sentidos disponíveis, é possível a realização intradiscursiva da formulação Operação Lava Jato, estrutura-nome que parece circular colada a uma rede de significações que se atualiza a cada fase executada pela instituição. Há, pois, um contrato linguístico (por exemplo na exclusão da preposição do sintagma adverbial) e discursivo (como

a propagação individual e coletiva da nova história de significações instaurada por estar a expressão em funcionamento como nome) em que aquele é sobreposto por este, e todos - instituições, mídias, brasileiros- passam a compartilhar do agrupamento de sentidos proposto pela Polícia em sua função-autor. Partilha que também ocorre, por exemplo, na identificação de “lavagem de carros com grande pressão” pela expressão “lava a jato” e que se faz presente em todo processo discursivo, já que é necessário e fundante à significação o imaginário de que os sentidos estejam presos às estruturas linguísticas que lhes correspondem. Dessa maneira, tomamos o processo de nomeação de uma operação policial como um gesto de interpretação no qual se considera possível um elo entre uma expressão ou termo já circulante no interdiscurso e o crime que caracteriza a ação.

Apropriando-nos das discussões levantadas até agora, sugerimos um deslocamento no que temos proposto em relação às duas realizações do interdiscurso. Após compreender e distinguir o pré-construído e o já-dito no funcionamento de uma estrutura idêntica, a sintagmática, examinamos a possibilidade de as expressões que passam a nomear as operações policiais (assim como todos os demais termos e expressões não contemplados) figurarem em um imaginário de anterioridade, que autoriza sua ressignificação como nome e a partilha dos sentidos amarrados a ela. Isso supõe que, embora alguns sintagmas estejam filiados a uma região do interdiscurso e a uma história de inscrições, para serem escolhidos como identidade a singularizar uma investigação de um órgão nacional, parecem circular – no que precede a escolha - como pré-construído.

Pêcheux (1983, [2012]), ao trabalhar com o movimento discursivo entre estrutura e acontecimento, insiste na necessidade que os sujeitos têm de homogeneidade lógica, marcada nos múltiplos sistemas que parecem imaginariamente regular e estabilizar as relações, o espaço, o tempo... e condicionam o logicamente representável a uma aparente divisão entre o verdadeiro e o falso. Não diferente é o processo de nomeação das operações em que até a inventividade da Polícia pode ser pensada como um modo sistemático de apresentar e regular as ações em um imaginário de logicidade. Legitimada pela instituição que ocupa a posição de autoria, a correlação entre sintagma e operação é significada como verdadeira e o nome acaba por organizar e reunir os sentidos da ação, identificando-os em um efeito de precisão e singularidade. Assim, quando um sujeito, ao dialogar com um amigo, diz: “Prenderam mais três na *Lava Jato*”, estamos diante de um gesto de interpretação já regulado em um fio de significações anteriores e posteriores instauradas antes mesmo dos efeitos de sentido projetados na nomeação. Pensamos que “lava a jato” estava a funcionar como pré-construído, a fim de que pudesse indicar uma possibilidade de se associar a outros sentidos, a um efeito de recorte da

memória discursiva, e constituir uma organização em unidade. No entanto, apesar de regulada a interpretação em um efeito de completude e transparência, a opacidade do sentido – como fundante - não se desfaz no gesto de nomeação.

Em reportagem à Revista Língua Portuguesa, em 2006, delegados responsáveis por núcleos da Polícia Federal de São Paulo fazem afirmações sobre o que pensam para formular um nome, as quais podemos relacionar à suposição de os termos escolhidos para nomeação circularem em um efeito de pré-construído. Até 2003, não era comum a nomeação das ações policiais e nem a divulgação delas, depois, porém, pelo aumento efetivo do número de policiais e das operações, acreditou-se que o gesto de nomear uma operação facilitaria o trabalho da justiça, na opinião dos delegados. O nome veio, então, como um auxílio na eficiência da investigação por sintetizar o essencial da ocorrência, tornando mais difícil o extravio de ofícios e referenciando de maneira ágil o debate de procuradores, juízes e imprensa. Na reportagem, ainda se afirma que o nome é dado por uma questão de organização, observando a característica do alvo, o estado físico ou moral do crime, não havendo um critério definido, mas uma recorrência temática entre os delegados, como religiosidade, mitologia, literatura, televisão... Ele serve como um código, geralmente segue uma lógica alusiva, contudo, de acordo com a natureza da operação, podendo não garantir de imediato uma associação com a investigação, a fim de que seja mantido um maior sigilo. Podemos pensar que, pelo sigilo da operação, o referente associado ao significante escolhido (o sintagma tomado como pré-construído) pode indicar uma pista falsa, e o nome, representar um codinome; porém, isso não será considerado, já que o que importa à discussão é o movimento entre os efeitos (pré-construído ↔ já-dito) e, para isso, tomaremos a relação sintagma – nome como uma associação possivelmente explicada no referente.

Relacionando as reflexões de Pêcheux sobre estar o sujeito na busca pelo homogêneo e regular às afirmações sobre o gesto de nomear uma operação policial, é válido pensar que o sujeito-delegado, sendo atravessado por sentidos já circulantes no interdiscurso e estando na posição de autoria, precisa – por uma prática condicionada como verdadeira e regular – atribuir um nome à operação sob sua tutela. Ele se ancora nos sentidos que lhe são possíveis, ou seja, para que possa funcionar como propício a nomear a ação, deve, em um imaginário, produzir uma significação. Desse modo, por um processo ideológico, muitas operações nos anos próximos a 2003 foram intituladas por nomes bíblicos, por terem como autor, de acordo com a revista, um delegado evangélico. Um sujeito-delegado, pode, por exemplo, nomear uma operação como *Praga do Egito* (expressão escolhida por Zulmar Pimentel, segundo a reportagem) talvez por conhecer os sentidos circulantes no sintagma, o que não supõe discutir

sobre concordância ou discordância, mas sim sobre o efeito ideológico de ter por evidente a relação entre uma narrativa de calamidade em que gafanhotos atacam plantações e uma vingança divina, e, por possível, a associação desses sentidos à máfia que desviava recursos públicos federais e estaduais utilizando servidores fantasma (intitulados pela polícia como gafanhotos).

A noção de pré-construído suporta pensar no logicamente estável, citado por Pêcheux. Todos parecem compartilhar de um mesmo lugar e as palavras parecem se significar com regularidade. Ele “assinala um assujeitamento ideológico”, como cita Paveau (2013, p.71), ao refletir sobre a noção; assujeitamento que tomamos como fundante do movimento dos sentidos dos sintagmas ao se nomear, a partir dos sintagmas, uma operação policial, conforme representado abaixo:

Figura 8: Movimento dos sentidos na nomeação das operações policiais



Fonte: da autora

Compreendemos que uma mesma estrutura (sintagma de núcleo nominal somado a modificador composto por adjetivo ou locução) pode indicar o funcionamento de realizações distintas da memória discursiva. Diferenciamos, inicialmente, expressões sintagmáticas que pensamos funcionar em cada uma das duas formas (pré-construído e já-dito) e observamos que cada uma representa um efeito diferente do interdiscurso. Contudo, ao considerar um gesto específico, o de nomear a partir do que já circula em bloco como sintagma, identificamos uma regularidade a produzir um outro efeito: o de todos os sintagmas funcionarem na instância do pré-construído.

Paveau (2013), ao delimitar a noção de pré-construído, assinala a manifestação de sua existência em estruturas sintáticas particulares. Como discorremos anteriormente, a estrutura selecionada para análise não constata uma singularidade do pré-construído; no entanto, se tomarmos o fechamento de *caixa de Pandora*, *juízo final*, *Alegoria da Caverna* e *Barba Negra* em que termos amarram-se em bloco (semelhante ao que se dá nos outros sintagmas), identificamos a possibilidade de também funcionarem em um efeito de pré-construído, caso,

por exemplo, a história de inscrições amarrada ao bloco circulasse insistentemente, tendendo à saturação; o que suporia o assujeitamento ideológico de que fala Paveau.

Embora já examinada no primeiro capítulo a natureza de efeito, vale apresentar uma síntese de Paveau (2013)²⁷ ao alertar para o esquecimento dessa questão, em muitos trabalhos da Análise de Discurso, por reduzirem o pré-construído a manifestações linguísticas (estruturais) ou a um discurso anterior. Para a autora (2013, p. 75), a natureza de efeito “implica uma imaterialidade do fenômeno, o que quer dizer que o pré-construído, que se manifesta sintaticamente, não pode, no entanto, receber ‘tradução’ sob a forma de proposições, por exemplo.” O que se evoca pelo/no sintagma *saia justa* é uma significação distinta de *aperto* ou *embarço*, e, embora seja possível uma relação sinonímica entre elas, não pode ser identificada por estas formas, pois, como pré-construído, a expressão sintagmática “tem uma referência extralinguística” (FRADIN; MARANDIN, 1970 in PAVEAU, 2013, p.73), que parece compartilhada por todos, o que simula o imaginário de anterioridade/exterioridade, ou seja, o efeito de que a autora fala.

A referência extralinguística, compreendida como característica do pré-construído, só se mantém “enquanto sua natureza de elemento discursivo está oculta, esquecida em uma formação discursiva” (FRADIN; MARANDIN, 1970 in PAVEAU, 2013, p.73). De fato, tomamos essa consideração de Fradin; Marandin como alicerce ao movimento que propusemos anteriormente (fases 1 e 2). Um sintagma inscrito em uma formação discursiva ou regionalizado em um recorte imaginário do interdiscurso, ou seja, amarrado a uma história de inscrições, funciona em um efeito de já-dito, quando um outro como autor pode ser identificado. Contudo, esse sintagma, quando circula sem dêitico, irrompendo em uma ilusão de fechamento, em que não importa sua história de inscrições e a formação discursiva onde foi constituído parece esquecida, pode funcionar em um efeito de pré-construído.

Dessa maneira, estando o sujeito-delegado na posição de autoria e buscando um nome a identificar a operação policial, ponderamos que o sintagma – para que seja o escolhido – funcione como pré-construído, como o já-sabido, como o evidente. Há um assujeitamento ideológico que atravessa e sustenta a ligação do bloco (significado em um imaginário de fechamento) à operação (regionalização a que o sintagma se filia), organização da unidade que marca a função-autor. O sintagma, como pré-construído, é inscrito na formação discursiva

²⁷ Em sua teorização sobre os Pré-Discursos, Paveau (2013) dedica parte do segundo capítulo a apresentação do que se considera como pré-construído em obras e autores distintos, os quais constroem uma abordagem relacionada ao efeito, como Cahraudeau e Maingueneau, ainda que não se utilizem da noção conforme tratada por Michel Pêcheux e Paul Henry.

policial e passa a funcionar como já-dito, amarrado a uma rede de significações, em que um outro (Polícia Federal) pode ser identificado (fase 1). Contudo, se os sintagmas (por um processo ideológico) circularem com exaustão e a dependência de conteúdo ou dêitico for apagada, eles não mais funcionarão em um efeito de já-dito, mas de pré-construído (fase 2). O quadro aponta, portanto, o movimento ininterrupto entre pré-construído ↔ já-dito, que foi representado de forma linear e em etapas, apenas para fins analíticos; no entanto, estamos analisando uma relação porosa (representada pelo pontilhado) em que o deslocamento de sentidos é contínuo e não há como prever um desenvolvimento unidirecional.

Interessa-nos, ao observar o quadro de um possível movimento, refletir que a fim de que se possa nomear uma operação policial é necessário que os sintagmas representem ao sujeito-autor um pré-construído, uma expressão que corresponda ao imaginário que se tem sobre um nome: um código a sintetizar a operação (nos dizeres dos delegados entrevistados). A expressão-código, parece, ao sujeito-autor, compartilhada com obviedade e transparência pelos demais, e esvaziada de dêitico, passível a ser preenchida pela significação da investigação iniciada. Isso não assinala que o sintagma deixa de ser significado como já-dito, inscrito em um discurso religioso ou filosófico, por exemplo, mas que funciona em um efeito de obviedade, o que simula que os sentidos da religião ou da filosofia sejam dados como lógicos a todos os sujeitos.

Passaremos, agora, a uma análise de cada uma das nomeações selecionadas, a fim de compreender, principalmente, o que funciona no interdiscurso para que se tome como possível a amarração de termos que já circulam como bloco (em uma sequência sintagmática) a uma historicidade a ser construída em torno de um sentido-base de uma investigação policial.

3.4 Do já-dito ao pré-construído

Todo o percurso teórico de Michel Pêcheux para a constituição da noção de interdiscurso, desde a criticidade com que realizava, por exemplo, a leitura da linguística saussuriana e da lógica de Frege, concorreu para a tessitura de uma das maiores contribuições ao domínio discursivo. Pensar a linguagem não somente relacionada à sua exterioridade, mas determinada por ela, é compreender que é no interdiscurso que se dá a possibilidade de um sentido e o efeito (ideológico) de evidência dele. O sentido sempre pode ter uma direção porque esta “se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição” (ORLANDI, 2007, p.22). Entre o objeto (coisa) e a língua (palavra que a representa) está a ideologia, e o

modo pelo qual se representa algo é parte do funcionamento ideológico a produzir efeitos de sentido.

Em outras palavras, a proposta de se tomar o efeito como nodal faz melhor compreender a provisoriedade do sentido. Já discutimos que não há sentido fixado a uma palavra, mas a significação é dada pela (e na) formação discursiva dominante em que a palavra está inscrita, onde se determina o que pode e deve ser dito, havendo a possibilidade de passar a outro sentido quando significada em outras formações discursivas e podendo estar inscrita em mais de uma, já que não são estanques, mas constituídas em uma relação de porosidade em que uma está interligada a outra. O interdiscurso ou memória discursiva é o todo das formações discursivas; não há sentido que escape a ele, pois toda significação já é um efeito na memória, “para que nossas palavras tenham (um) sentido é preciso que já tenham sentido” (ORLANDI, 1998, p.60).

Recortar sintagmas para análise é compreender que muitos podem ser ou são os sentidos associados e que algo – do interdiscurso – está a autorizar a hierarquização e circulação em bloco; bloco que funciona como tal por um processo ideológico, em que há um apagamento de sua constituição e um imaginário de que os sentidos estão fixados. Além de observar o funcionamento de sentidos em uma estrutura sintagmática, percebemos que esse bloco, por um gesto de nomeação, passa a se inscrever em uma formação discursiva na qual não circulava, inaugurando significações outras.

Dessa maneira, tomamos para análise cada sintagma selecionado e a operação que lhe é correspondente, buscando o que a relação *nome – operação* está a organizar em sua discursividade, e quais efeitos de sentido já circulam no interdiscurso que permitem que essa relação seja possível. Para isso, em um primeiro momento, dispomos de modo sintético a expressão sintagmática e a natureza de cada investigação, a fim de que possamos referi-las precisamente, e assim passar a uma breve exposição sobre cada relação.

Figura 9: Quadro resumitivo da natureza de cada operação

Operação	Natureza do crime
Castelo de Areia	Superfaturamento e lavagem de dinheiro
Saia Justa	Violência doméstica e familiar
Fogo de Palha	Uso de documentos falsos para aquisição de arma de fogo
Telhado de Vidro	Contratos irregulares de funcionários terceirizados em prefeitura
Campo Fértil	Fraude de benefícios do INSS com participação de servidores
Caixa de Pandora	Distribuição de recursos ilegais à base aliada do Governo
Juízo Final	Formação de cartel e desvios de recursos para corrupção

Arca de Noé	Crime organizado e lavagem de dinheiro
Alegoria da Caverna	Formação de milícia
Barba Negra	Crime contra os direitos autorais pela internet

Fonte: da autora

Baldini (2009, p.19), ao refletir sobre a proposta de Pêcheux de ressignificar a dicotomia linguística introduzindo a divisão língua/discurso, afirma que “um discurso não pode ser analisado como um texto fechado, pois o funcionamento de um discurso não é integralmente linguístico”. Há uma infinidade de textos, de possibilidade de textos e de imaginário de textos a integrar um discurso; discurso que se realiza na (e pela) língua, mas não somente nela. É possível subordinar *de terra* ao núcleo *castelo*, mas o sintagma circulante em um texto cuja narrativa remete às férias na praia dificilmente será este. Há um regimento dos sentidos, que histórica e ideologicamente determinados se estabilizam, e que, por um movimento parafrástico que tende ao possível e interpretável, permanecem. No entanto, a relação do sujeito e do sentido é instável; por um movimento polissêmico que tende à ruptura, há deslocamentos, fugas, provisoriedade.

Distante de uma caracterização hermética, mas buscando investigar o funcionamento do interdiscurso, cabe compreender os sintagmas como o já conhecido, e o gesto de nomeação das operações, como a possibilidade de deslocamento. Pelo discurso em processo, em que o mesmo pode se deslocar ao possível e o possível pode se repetir no mesmo, sintagmas que já produzem efeitos na memória discursiva inauguram uma rede de significações nova, regulada em um controle de interpretação. Orlandi (2012a, p.10), ao refletir sobre esse controle, afirma que “não é todo mundo que pode interpretar de acordo com sua vontade, há especialistas, há um corpo social a quem se delega poderes de interpretar (logo, de ‘atribuir’ sentidos), tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre, etc.” Incluímos à sequência o sujeito-delegado ou a Polícia que, ao realizar um gesto de interpretação e associar o sintagma à investigação, atribui sentidos aos quais os sujeitos se prendem. Outro ponto a ser levantado é que o sujeito-delegado (ou a Polícia), na condição de quem tem o “poder de interpretar” não pode atribuir “qualquer sentido” como nome de uma operação. Havendo uma regularidade ao corpo social, uma investigação criminal não pode ser nomeada por um termo cristalizado como “obsceno”, por exemplo.

Uma vez compreendida que há na relação *nome-operação* uma administração e controle de sentidos, avançamos para pensar quais sentidos essa relação instaura e quais são convocados nessa combinação. Conforme já disposto, não se faz por propósito discorrer sobre possíveis causas da nomeação (o que indicaria uma contrariedade à noção de sujeito, já que este dispõe

apenas de um imaginário domínio sobre o que formula), e nem esmiuçar as operações policiais (o que suporia uma fuga aos objetivos do trabalho). Motivaremos as discussões anteriores acerca do movimento ininterrupto entre pré-construído e já-dito, evidenciando a porosidade entre os dois efeitos.

3.4.1 Os sintagmas em movimento

Operação Castelo de Areia

Considerando o que já refletimos sobre o sintagma *castelo de areia* circular com frequência associado a uma prática de entretenimento em regiões litorâneas e a situações de efemeridade e instabilidade, poderíamos supor ser esses, efeitos de sentido possíveis a uma escolha, por se apresentarem como disponíveis, como pré-construído da estrutura em questão. Como o objetivo da Operação Castelo de Areia, de 2009, era o de apurar suspeitas de crimes de superfaturamento em obras públicas e lavagem de dinheiro executados por grandes empreiteiras, conduzimos a análise a duas possibilidades.

Primeiramente, em um movimento parafrástico a matéria *areia* pode ser associada ao sentido de *construtora*, estendendo o elemento à empresa que o utiliza. Associação que organiza em sua discursividade a inscrição na natureza do crime investigado. Em segundo lugar, consideramos que sentidos acerca do desmoronamento de algo notório (como um castelo) podem ser convocados, a fim de que por um processo metafórico de transferência seja significada a grandiosidade das empresas em questão.

Diante das suposições sobre o que permite tal relação, é válido lembrar que *castelo de areia* está em um efeito de pré-construído, porém, ao nomear a operação e se inscrever em uma formação discursiva específica (a policial), insere-se na ordem do já-dito (no qual o discurso do outro se desponta)²⁸. Contudo, para que seja compreendido e ligado ao superfaturamento de obras públicas, recorre-se à obviedade já instaurada, ao que é construído em outro lugar e anterior ao que se formula no intradiscorso. Esse movimento de contínuo retorno entre pré-construído ↔ já-dito, que pode ser descrito em todos os sintagmas analisados, é constitutivo

²⁸ Este movimento (pré-construído > já-dito) pode ser tomado como o primeiro de todos os sintagmas no processo de nomeação de uma operação policial, e será identificado nas demais análises. Para que seja escolhido um sintagma como o nome da operação, acredita-se que ele circule em um efeito de pré-construído e, passando a uma formação discursiva, amarra-se a uma rede de significações, a uma autoria outra, o que nos leva a pensar em uma relação com o já-dito.

do processo discursivo por estarem também as “formações discursivas em contínuo movimento” (ORLANDI, 2014, p.13).

Sendo o interdiscurso irrepresentável, apenas para construção de uma hipótese dispomos de uma representação imagética: em um espaço-todo, conjunto de todos os efeitos de sentido, há “sítios de significância”, “pontos de atracagem” (ORLANDI, 2014, p.13) não fechados e estáveis, mas regionalizações em que alguns efeitos de sentidos incidem com certa regularidade. Desse modo, não há significação que escape ao interdiscurso ou que não esteja inscrita em uma formação discursiva. E não há uma formação discursiva delimitada por uma fronteira, mas “em cada gesto de significação (de interpretação) elas se estabelecem e determinam as relações de sentidos, mesmo que momentaneamente” (ORLANDI, 2014, p.13). Com isso, chega-se à ideia proposta acerca do movimento pré-construído ↔ já-dito, que pode ser percebido no funcionamento desta análise e de todas as próximas. O deslocamento entre as duas realizações da memória discursiva – o pré-construído e o já-dito – é contínuo, já que o sentido pode simular uma relação de opacidade com a formação discursiva na qual se inscreve e parecer não se inscrever em nenhuma, mas pode despontar amarrado a uma história de inscrições, na incidência de um efeito que parece regular.

Passamos, assim, aos próximos sintagmas, considerando o que foi mobilizado aqui para as demais análises.

Operação Saia Justa

Parece haver um efeito de sentido em relação a serem o vestuário, o vocabulário, o gesto e demais elementos, que se associam ao comportamento, motivos que desencadeiam gestos de violência contra a mulher. Há textos (ou um imaginário deles) que legitimam, por exemplo, a *saia justa* como a causa do abuso, e, que podem ser tomados como pré-construído, tal como a representação da mulher pela peça de roupa, possibilitando a ligação do sintagma à natureza da operação. Por outro lado, sendo o movimento de sentidos contínuo, a relação entre *saia justa* e o combate à violência doméstica e familiar pode produzir efeito de sentido diferente, no qual o pré-construído seria deslocado, havendo uma negação da obviedade entre o vestuário e a criminalidade. Em muitos outros textos circula esta desconstrução, que também pode ser tomada como pré-construído à organização do gesto de nomeação²⁹. O que se sabe é que a

²⁹ Optamos por não introduzir uma tipologia discursiva que explicitasse uma disputa de sentidos, o que comumente é representada pela oposição entre machismo X feminismo, mas nos apoiamos na noção de texto, pois, conforme refletimos anteriormente, as formações discursivas não são estanques e os sentidos não se fixam à forma que os representa. Assim, falar em formação discursiva feminista, por exemplo, implica pensar que a formação discursiva machista também é significada por ela/nela, ao se evocarem mutuamente e se diferenciarem, não havendo uma

relação nome-operação é atravessada por um discurso-transverso, que, ao incidir, representa a mulher pela peça de roupa, o que aponta para um posicionamento ideológico sobre a mulher. O processo metonímico acaba por marcar a articulação e uma relação que figura como pré-construído passa à ordem do já-dito amarrando-se a uma história de inscrições, nas quais um outro se desponta, e significações podem circular no interdiscurso, como a de validar/questionar a culpabilidade da vítima no crime.

Ao observar a articulação ou processo de sustentação, nesta análise, na anterior e nas próximas (fogo de palha, telhado de vidro e campo fértil), identificamos um funcionamento que vai de encontro ao que seria esperado, uma vez que investigamos sintagmas que funcionam na instância do pré-construído. Circulando como bloco, em um imaginário de anterioridade, de modo conciso, como “lugar de acordo”, os sintagmas estão “disponíveis” para serem “escolhidos” a nomear a operação. Em outros domínios, seriam eles associados aos clichês ou à conotação, classificação na qual não nos apoiamos, mas citamos, a fim de evidenciar a circularidade que marca a história de usos desses sintagmas enquanto pré-construído. Embora funcione como nome, a relação estabelecida parece ser entre um termo componente do bloco (areia, saia, fogo, telhado, fértil) e a natureza da operação, e não entre o que comumente circula sobre o sintagma. Isso confirma o que discutimos anteriormente sobre a ocorrência de uma atualização da memória, a cada inscrição de uma mesma estrutura. *Saia justa* circula insistentemente a produzir efeitos de sentido sobre estar em uma relação de aperto, de dificuldade, o que poderia representar a iminência de ser indiciado/preso por um crime. No entanto, sendo um crime de violência doméstica e familiar, talvez a motivação para a escolha do nome seja a relação saia – mulher; relação que, por um efeito ideológico, também se significa como evidente, lógica, construída pré, mas que atualiza a memória discursiva tanto ao fugir ao que seria esperado (a ligação aos sentidos do bloco) quanto por organizar em sua discursividade uma relação com o vestuário e, possivelmente, com a proximidade da ameaça.

Operação Fogo de Palha

Assim como na nomeação Operação Saia Justa, a relação nome-operação em que o sintagma *fogo de palha* passa a identificar a investigação de uma quadrilha suspeita em facilitar a aquisição de arma de fogo (por meio de uso de documentação falsa como comprovantes de

dicotomia entre os efeitos de sentido, mas uma relatividade / uma relação de diferença que é constitutiva do sentido em que uma se dá pela outra, em que um significante é o que o outro não é. Isso pode ser remetido ao que Saussure afirma ao dizer que na língua tudo é relativo e diferencial, “tudo se dá em relação a”. Desse modo, quando observamos estar a nomeação ligada a efeitos que parecem contrários não analisamos que estão inscritos em formações discursivas distintas, já que podem circular em uma mesma região.

endereço e declarações de residências) é atravessada por um discurso-transverso. Os termos fogo + de palha já circulam como bloco, em um efeito de pré-construído, e o bloco é convocado a nomear uma operação, movimento que o dispõe à instância do já-dito, amarrando-se a uma rede de significações. Cabe ressaltar que nessas duas últimas nomeações policiais ocorre um processo metonímico sobressalente “a parte pelo todo”, isto é: a saia é tomada para se referir a mulher e o fogo, para a arma de fogo. Dessa maneira, a adjetivação “justa” e “de palha” parece totalmente aleatória, alegórica e dispensável. Essa linearização *nome-operação* ou a articulação dos sentidos de *fogo – arma* provém da incidência do discurso-transverso no eixo do intradiscurso, dispondo em uma relação metonímica o que antes circulava com independência. Embora a expressão passe a indicar o nome, o sentido de um termo parece sobreposto ao do sintagma, já que no fio de discurso talvez não importe a significação da locução adjetiva, mas o efeito do sentido de *fogo*, termo que funciona como o caracterizador do instrumento em outro sintagma (*arma + de fogo*).

Por outro lado, já discutimos que por uma construção do processo discursivo há um sentido circulante sobre ser *fogo de palha* uma empolgação que tem breve duração. Esse pré-construído pode produzir efeitos de sentido em um gesto de interpretação inscrito em uma formação discursiva policial, mas que não corresponde a uma delimitação da natureza da operação. O site de notícias G1 (2017), por exemplo, afirma que “o nome da operação tem relação com a expressão popular que indica algo intenso, mas que acaba logo, como o esquema criminoso elaborado pelo despachante que logo foi descoberto pela Polícia Federal”. Percebemos que a formulação do site poderia ser a descrição de qualquer outra ação que fosse descoberta brevemente pela instituição, efeito de significação produzido pelo gesto de interpretação na tentativa de “explicar” os motivos de a polícia nomear a operação como *fogo de palha*. Longe de discutir as justificativas, o que observamos é o movimento do interdiscurso: sintagma - pré-construído - associado à significação de uma operação - também em um efeito de pré-construído - instaura uma rede nova de significações - efeito de já-dito - rede que se desloca em outros dizeres, autorizando novas organizações em textos, como a possibilidade de inscrição em uma formação discursiva jornalística, em outra região da memória discursiva, de outra autoria, produzindo outros efeitos na instância do já-dito.

Operação Telhado de Vidro

Tomar o interdiscurso simultaneamente como o substrato e a composição de uma formulação organizada por um sujeito, conforme já refletido, é compreender que nenhum efeito ou movimento de sentido escapa a esse todo-complexo. O discurso policial, institucional, atravessa e compõe o que a mídia organiza sobre uma operação; é, desse modo, o substrato da unidade organizada em outra função-autor. E esse texto (ou o imaginário dele) passa a circular no interdiscurso, também em um efeito de já-dito, podendo figurar como a base a outros movimentos de sentido.

O desenvolvimento que acabamos de perfazer pode ser explicitado na nomeação da Operação Telhado de Vidro, identificação possível porque os sentidos já circulam em bloco e estão amarrados a efeitos que (em um imaginário) importam à relação instaurada. Ao associar o sintagma - composto pelos sentidos individuais de *telhado* (cobertura) + *de vidro* (material de composição), e também pelo sentido do bloco, que é estendido à fragilidade de ações humanas – à operação - investigação sobre uma quadrilha que agia em contratações irregulares de funcionários terceirizados para trabalhar em uma prefeitura, o bloco passa a um efeito de já-dito por se amarrar a um sítio de significância, o policial. No entanto, ainda como já-dito, o sintagma pode se deslocar a outros sítios, como o jornalístico; por exemplo, na tentativa de compreender o nome da operação, um jornal afirma ser uma “alusão a uma das empresas envolvidas no caso” (Jornal Extra), pela propriedade do produto comercializado. Considerando que, como afirma Orlandi (2012, p.26), “quando se interpreta, já está preso a um sentido”, o gesto de nomear é possível pela amarração ao sentido já circulante sobre *telhado*, sobre *vidro* ou sobre *telhado de vidro*, assim como o gesto do jornal ao significar o nome indica uma amarração ao sentido, pré-construído, sobre ser telhas o produto comercializado pela empresa envolvida no caso. Se ignorada a relação metonímica em que *telhado* se estende ao *suspeito investigado*, o que corresponde a não se prender ao sentido da natureza da operação, mas somente ao que parece o pré-construído, o evidente sobre operações policiais, podemos significar a investigação como *telhado de vidro* por ser uma fraude passível a ser descoberta, quebrada, interrompida.

Operação Campo Fértil

É curioso perceber que não somente o sintagma *telhado de vidro*, mas também *castelo de areia*, *saia justa* e *fogo de palha* podem ser associados a efeitos de sentido produzidos por uma operação policial, se desprezada a natureza da investigação. Parece um efeito de pré-

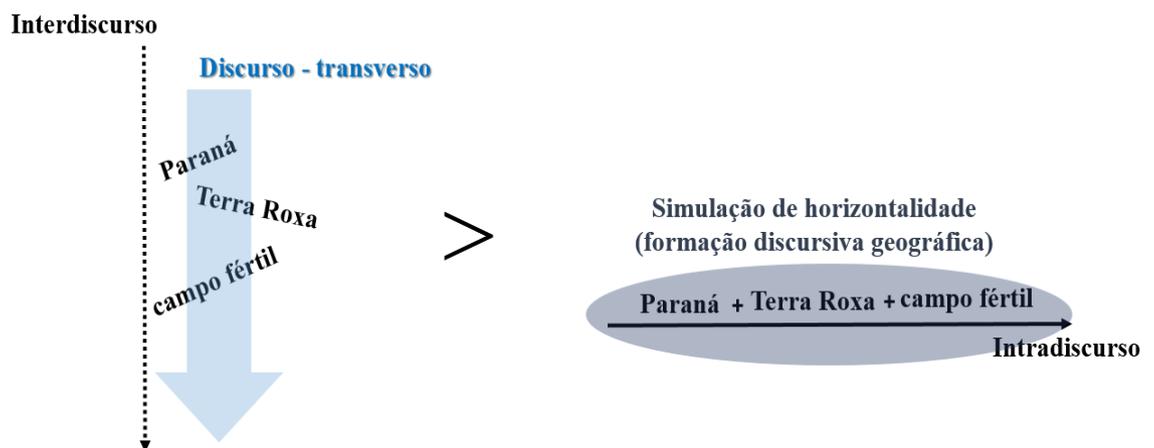
construído pensar em uma situação de crime ligada à fragilidade, à possibilidade de desmoroamento, ao embaraço e aperto, e a algo que se esvai com rapidez, efeitos de sentido produzidos pelos usos dos sintagmas em questão. Talvez pela opacidade que atravessa e sustenta a relação da expressão sintagmática com a formação discursiva em que se inscreve; pela “ambiguidade” na qual simula fluir por todas, mas existir apenas no eixo da formulação; pelo imaginário de negatividade comum aos sintagmas (não se deseja estar em uma *saia justa* ou que algo acabe como *fogo de palha*); e pela criminalidade; tomamos como possível qualquer desses blocos serem os escolhidos a nomear uma operação policial, mesmo quando não delimitada a relação específica com o crime a ser investigado.

Diferentemente, o sintagma *campo fértil* parece produzir um efeito de sentido positivo, ao terreno cultivado, à área usada para agricultura que produz efetivamente; pré-construído que o significa de maneira diferente das expressões anteriores, as quais, por um efeito ideológico, são representadas como negativas devido à significação negativa de suas qualificações – de areia, - justa, - de palha e – de vidro. À vista de uma *saia larga* ou de um *fogo de lenha*, temos outros efeitos de sentido a serem produzidos, como o conforto e a durabilidade, respectivamente, que podem ser comparados à fertilidade do campo. O sintagma em questão nomeia uma operação que investigou fraudes de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) cometidas por um grupo em que havia a participação dos servidores da própria instituição. Tomando os sentidos disponíveis no interdiscurso para que a relação nome-operação seja possível, somos conduzidos às análises: 1. A fertilidade é estendida à participação de servidores do Instituto, relação que pode ser compreendida pela incidência de um discurso-transverso a articular o pré-construído sobre o que se produz em um campo a um deslize metafórico de ser o INSS um espaço propício para as fraudes pelo envolvimento de funcionários que têm acesso aos dados necessários para as fraudes; 2. Como os delegados afirmaram ser a alusão um gesto de interpretação comum na escolha de um nome para a operação, o sintagma *campo fértil* pode indicar um movimento alusivo à região paranaense onde o esquema era aplicado em muitas cidades, no qual há incidência de latossolo roxo, tipo de solo avermelhado extremamente fértil. Esses são exemplos de sentidos socialmente compartilhados que poderiam autorizar o surgimento de um fio discursivo a amarrar, em um efeito de já-dito, sentidos antes dispersos como pré-construído. Por um funcionamento ideológico, instaura-se como evidente, em uma formação discursiva política, por exemplo, a existência de fraudes em instituições públicas com participação de servidores. Do mesmo modo, em uma formação discursiva geográfica, parece lógica a caracterização da terra roxa como de alta capacidade produtiva. Isso

retoma o que frequentemente afirmamos nessa perspectiva discursiva acerca do movimento ininterrupto do sentido, que sempre se constitui e circula entre o mesmo e o diferente.

Agora podemos avançar, acrescentando uma preciosa afirmação de Pêcheux (1975, [2009]) sobre o discurso-transverso por em conexão elementos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, o qual fornece a matéria-prima, o substrato, na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita, o que atesta ser o intradiscurso um efeito do interdiscurso sobre si mesmo. Relacionando o que o autor apresenta às discussões anteriormente construídas, afirmamos que o que é linearizado em um fio discursivo pelo discurso-transverso no eixo horizontal, por exemplo *Paraná – terra roxa – campo fértil*, já circula no eixo vertical ou da constituição, ainda que este pareça apagado, no que chamamos de simulação de horizontalidade.

Figura 10: Atravessamento do discurso-transverso



Fonte: da autora

Operação Caixa de Pandora

Somado a isso, ratificamos a resignificação proposta de um funcionamento de sintagmas, inicialmente significados como já-dito, também como pré-construído, quando selecionados para circularem como o nome de uma operação policial. Um delegado, em sua função-autor ou ainda na de que tem a autoridade para instaurar uma interpretação (como já discutido), está constituído como “sujeito-falante” e inscrito em uma formação discursiva que o assujeita, a policial. Assim, em um efeito de recorte, seleciona sentidos do interdiscurso, disponíveis como pré-construído, a linearizar em uma sequência intradiscursiva: nome –

operação. No entanto, esse efeito de recorte tem a dizer sobre inscrições a outros sítios de significância, como a uma rede de sentidos acerca da religião ou da filosofia.

A Operação Caixa de Pandora, talvez uma das mais conhecidas em toda história brasileira, investigou um esquema de corrupção envolvendo vários setores do governo do Distrito Federal. Muitos foram os gestos de interpretação e os textos organizados a partir desse episódio, principalmente pelo fato de haver muitos registros (gravações, filmagens...) acerca da distribuição de recursos ilegais à base aliada, feitos por Durval Barbosa, ex-secretário de Relações Institucionais do governo de José Roberto Arruda, que denunciou o esquema de corrupção. Observamos aqui, e nas análises posteriores, um funcionamento distinto dos sintagmas que parecem circular desde-sempre em um efeito de pré-construído. Ainda que a relação entre *caixa de Pandora* e o crime de corrupção seja entre nome-operação, como nos anteriores, os sintagmas – para que funcionem como pré-construído disponível ao sujeito que nomeia – não deixam de trazer o sítio de significância ao qual se amarram, mas este também deve se significar como evidente.

Aqui o atravessamento por um discurso-transverso, que consideramos estar relacionado de modo direto ao que ressignificamos como efeito de já-dito, também pode ser compreendido. Nas análises anteriores, de sintagmas circulantes em um efeito de pré-construído, um termo constituinte do sintagma parece se estender à natureza da operação, talvez por efeitos de sentido que os liguem a uma mesma rede de significação (fogo > arma, areia > empreiteira, entre outros). Diferentemente, em *caixa de Pandora* não há termo que deslize ou se estenda aos sentidos circulantes à natureza da operação que nomeia, mas a relação parece ser sustentada em um imaginário que talvez supõe uma ligação entre as mazelas advindas com a abertura da caixa e a dimensão dos problemas presenciados no DF, ou entre a vingança de Zeus e a denúncia do ex-secretário. Seja qual for o imaginário, o que nos interessa é refletir sobre a possibilidade de um texto – considerando o mito uma organização de sentidos em uma aparente unidade–significar-se como pré-construído. Não se questiona a multiplicidade das narrativas, mas pensamos no efeito de sentido em que uma versão é legitimada como verdadeira e convocada a partir da circulação do sintagma. Para que se estabeleça a relação nome-operação, temos de considerar o assujeitamento do autor que nomeia que, inscrito na formação discursiva mitológica, toma como pré-construído não só o sintagma em questão, mas a versão do mito que lhe está disponível. Ao produzir novos efeitos de sentido com a inscrição do sintagma a uma nova rede de significações, a um já-dito da polícia federal, o mito é também atualizado, passando a circular nessa formação discursiva, inaugurando uma outra versão de *Caixa de Pandora*.

Operação Juízo Final

Como vimos, uma organização de sentidos em um imaginário de unidade que funciona como (ou a produzir um efeito de) texto pode também ser tomada como pré-construído, simulando ser óbvio e anterior. Essa opacidade pode indicar um assujeitamento estreito com a formação discursiva para a qual os efeitos de sentido do texto apontam. De modo nenhum indicamos estar o assujeitamento disposto à quantificação, podendo delimitar o seu máximo ou mínimo, mas somente o caracterizamos, a fim de salientar o processo ideológico que marca tal relação. Talvez *caixa de Pandora* desponte como expressão possível a nomear uma operação porque o mito (considerando aqui as múltiplas versões) apareça em excesso, em quantidade, em uma história de usos significativa, abrindo-se, pois, à possibilidade de operar discursivamente de modo produtivo, conforme já refletimos com Orlandi. Figurando como disponível, os sentidos em texto parecem fluir com obviedade e transparência, efeito do processo ideológico que dissimula a formação discursiva em que os sentidos são regionalizados e, em um efeito de pré-construído, podem se amarrar, então, a outras redes de significação.

A opacidade da formação discursiva no efeito de pré-construído é uma fresta para se pensar no funcionamento ideológico, o qual autoriza ou não a cristalização de efeitos de sentido. Em *juízo final*, por exemplo, não há um substantivo próprio que aponte um nome significado em uma relação extra enunciativa tal como *Pandora*, o que poderia indicar – pelo modo como caracterizamos as duas realizações do interdiscurso – um efeito de pré-construído. No entanto, conforme já discorremos, o sintagma *juízo + final* corresponde a uma formulação em um sítio de significância específico, o religioso; produzindo efeitos de sentido de um último julgamento no qual os pecados seriam pagos ou as recompensas recebidas. A este sentido foi associada a sétima fase³⁰ da Operação Lava Jato, etapa considerada de grande importância por executar a prisão de renomados empreiteiros do cenário nacional. Textos bíblicos amarram os sentidos dispostos em sintagma, porém, em muitos momentos, parecem apagados, como a um aluno a caracterizar sua situação universitária. A esse apagamento ou opacidade trazemos a questão ideológica: talvez pelo funcionamento parafrástico do discurso religioso e pelas condições sócio-históricas de sua constituição na sociedade brasileira, estejam seus textos circulando com exaustão, em uma história de usos significativa, em uma rede de significação na qual muitos sujeitos se inscrevem, passando a ser ditos por ela, mesmo que a opacidade seja fundante.

³⁰ A operação foi intitulada inicialmente como Lava Jato, porém, com a ampliação das investigações, foi atribuído um nome a cada fase do processo.

Quanto maior é a circulação, maior é opacidade, e maior a possibilidade de um efeito de pré-construído. Parecem “óbvias” a nomeação de uma etapa de grande relevância da maior operação contra a corrupção já realizada, e a combinação pecados-prisão. Porém, a dissimulação da autoria pode ser tomada como um efeito do assujeitamento a um discurso religioso, uma passagem da discursividade religiosa para a jurídica; além disso, a circularidade em excesso conduz a outro efeito: o apagamento de que *juízo* está articulado a *final* em uma construção determinada por narrativas que os significam, respectivamente, como *juízo* e *derradeiro*; construção que não exclui os demais sentidos aos quais os termos podem se deslocar, tampouco os ordena para que funcionem sempre juntos.

Operação Arca de Noé

Anteriormente, na tentativa de compreender a noção de formação discursiva, relacionamos a ela a propriedade de que “alguns efeitos de sentido incidem com regularidade”. Podemos pensar que em uma formação discursiva religiosa parece comum a associação de *transgressão* a *pecado*, tal como, em uma formação discursiva policial, é a de *transgressão* e *crime*. Portanto, talvez seja irrealizável, no eixo do intradiscorso, um sujeito-delegado, ao instaurar uma operação, formular, em um documento oficial, que “o empresário é investigado por um pecado cometido”. O interdiscorso, substrato para a realização horizontal, não legitima a articulação desses sentidos nas condições de produção citadas, mas em um contexto imediato, no qual um pastor tenta descobrir algo sobre a vida de um integrante da igreja, a formulação é reconhecida. A repetição de efeitos de sentido em uma regionalização da memória discursiva produz um pré-construído correspondente àquela formação discursiva e estruturas – vocábulos, sintagmas, textos – parecem saturadas, funcionando com obviedade, porque a ideologia está a trabalhar a regularidade. Os sintagmas *juízo final* e *arca de Noé*, por exemplo, indicam um pré-construído de um sítio de significância religioso, circulando em um imaginário de transparência, dissimulando a região da memória discursiva na qual se constituiu, como se uma *arca* só pode pertencer a *Noé*, ou como se ao nome *Noé* já estejam ligados todos os efeitos de sentidos incidentes na formação discursiva.

Indo mais além, pensamos em uma operação policial que apurou um esquema de desvio de dinheiro na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, na qual estava envolvido, entre outros, o ex-bicheiro João Arcanjo Ribeiro. Tomando na instância do pré-construído a sintagmatização de *arca de Noé*, assim como *jogo do bicho*, e a significação religiosa do vocábulo *arcanjo*,

parece ser também evidente o processo de associação nome-operação ou *arca de Noé – bicho/arcanjo*. Há um deslizamento do termo *bicho* que passa da representação de uma aposta ilegal ao ser salvo do dilúvio. Movimento polissêmico possível pelo atravessamento oblíquo do discurso que lineariza os sentidos já circulantes como pré-construído, articulando-os em uma rede de significação, em uma discursividade outra. A incidência do discurso-transverso não só instaura um processo metonímico, mas também devolve o dêitico aos sentidos articulados: a relação *arca – Noé*, que parecia circular com obviedade, fluindo como significação compartilhada por todos, para ser ligada ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, precisa convocar uma narrativa em que sentidos estão agrupados por um imaginário de unidade, em uma região da memória discursiva. Ou seja, embora um sintagma constituído em um discurso religioso, por um processo ideológico, esteja sob um efeito de pré-construído (o que se marca na escolha como possibilidade à nomeação), há um movimento de retorno ao já-dito quando outras possibilidades de textualização, como a de associar religião e jogo do bicho, se mostram como realizáveis.

Operação Alegoria da Caverna

Toda ligação nome-operação amarra sentidos que já circulam juntos como sintagma (em um efeito de recorte do interdiscurso), a uma discursividade em construção, (instaurando novos efeitos de sentido), tanto porque desloca a expressão que passa a circular em outros textos, como porque, quando nomeada, a investigação ainda está em uma fase inicial. A formação discursiva identificada neste trabalho como a policial é onde ocorre esse movimento de sentidos, onde uma autoria outra se desponta no gesto de nomear e organizar sentidos em um imaginário de unidade a ser lida. Contudo, os sintagmas inicialmente circulantes na instância do já-dito, que estão amarrados a sua história de inscrições, parecem funcionar em dois sítios de significância, e, conseqüentemente, há duas autorias que podem ser observadas nesse funcionamento: uma autoria primeira que corresponde ao lugar/texto gerador do efeito de unidade ao sintagma, e a segunda que realiza a articulação do sintagma à operação, por meio do gesto de nomeação.

Desse modo, ao tomarmos o sintagma *Alegoria da Caverna*, que remete a uma obra de Platão, como nome de uma operação policial, analisamos que o bloco provém de uma formação discursiva filosófica, a primeira em que os sentidos passaram a funcionar em unidade sintagmática, e inscreve-se em uma formação discursiva policial, que instaura uma outra

discursividade, na qual a narrativa grega é articulada à fraude de uma empresa formar uma milícia e utilizar fardamento e carteiras de identificação da Polícia Ferroviária Federal, órgão previsto na Constituição, mas que ainda não foi criado. Para que seja escolhida como expressão possível e disponível à nomeação, *Alegoria da Caverna* indica um pré-construído, por exemplo, ao sujeito-delegado que em sua função-autor precisa dar nome à investigação; contudo, estar sob este efeito não a esvazia da dependência de conteúdo que, conforme já discorremos, é uma característica distintiva do sintagma enquanto já-dito. Há um dêitico que sinaliza a significação de *alegoria* e de *caverna* como dependentes de um (imaginário de linearidade e progressão de um) texto no qual se explica e articula os sentidos como o nome (indicados pela grafia maiúscula) de uma representação específica. Não se trata de qualquer mito ou de uma cavidade indeterminada, mas de sentidos articulados pelo autor Platão, em uma perspectiva filosófica. Apesar de a sintagmatização corresponder a uma obra identificada no interdiscurso, consideramos a possibilidade de serem múltiplas as versões e até mesmo a autoria acerca do mito, como pode ocorrer em condições de produção determinadas em que se significa para o aluno como “a história que o professor contou sobre homens acorrentados em uma caverna”. Diante desse deslocamento exemplificado, admitimos ainda a correlação entre já-dito e autoria, uma vez que a compreensão do sintagma está sujeita a uma regionalização e a um outro como autor. Assim, no processo de nomeação, em que o discurso-transverso incide a linearizar os sentidos que já circulam na expressão aos da operação, a expressão sintagmática articulada em um efeito de já-dito encontra-se como pré-construído em que, talvez, por extensão os escravos que creem na realidade de sombras projetadas sejam deslocados aos cidadãos do Ceará que acreditavam que os homens fardados e armados fossem agentes do Estado no exercício de seu poder na (inexistente) Polícia Ferroviária. As duas autorias – a que combina os sentidos de *alegoria* a *caverna*, em uma narrativa amarrada ao sintagma, e a que instaura novas formulações com o movimento do sintagma a outra formação discursiva – indicam um funcionamento da memória discursiva como já-dito. E, por um processo ideológico em que a circulação exaustiva parece simular o apagamento do eixo vertical, o já-dito pode vir a se significar como pré-construído, porém nem mesmo sob este efeito é esvaziado de sua autoria, de um lugar onde os sentidos articularam –se em bloco sintagmático, seja na obra filosófica de Platão, seja na fala do professor.

Operação Barba Negra

Diante, pois, do que levantamos acerca do movimento dos sentidos no processo de nomeação (já sintetizado na figura 7) a escolha do sintagma, por um sujeito na posição de autoria, supõe a significação em um bloco-de-sentido, em uma ilusão de fechamento, daí decorre considerarmos todas as possíveis expressões a serem escolhidas em um efeito de pré-construído. Entretanto, o conhecimento de um sentido está intimamente atrelado à sua circulação. A construção de uma expressão sintagmática ocorre em um ponto de atravessamento da memória que se faz matéria da atualidade (a constituição irrompendo e corporificando a formulação), mas ela só reconhece como tal, ao circular – no interdiscurso – como sintagma, o que indica o efeito de recorte e amarração da memória em bloco. Aqui trazemos a questão ideológica como motor à circularidade de uma formulação. Para isso, inserimos o último sintagma a ser analisado: *Barba Negra*.

O nome do inglês Edward Teach aparece frequentemente ligado ao efeito de sentido de pirataria e muitas são as histórias formuladas a partir dessa filiação. Acredita-se que *Barba Negra* – sintagma que por deslize nomeia o sujeito – tenha sido um dos maiores saqueadores e assassinos do mar. Há diversas textualizações (contos, filmes, documentários...) em que esses sentidos são discursivizados, e cada um constitui um imaginário de unidade sobre o que se sabe acerca do pirata. No entanto, se pudéssemos mensurar o quanto *Barba Negra* está em circulação, estabelecendo um confronto entre ele e, por exemplo, *arca de Noé*, talvez pareça que este se sobrepõe àquele. Esse efeito de sentido, sobre estar um sintagma formulado em uma formação discursiva religiosa em maior circularidade, pode ser tomado como um funcionamento ideológico de que, conforme já sustentado, condições sócio-históricas legitimam a importância do discurso religioso. Assim, se o texto ficcional circular insistentemente tal como o bíblico, a circulação do sintagma *Barba Negra* também será distintiva. Para o sujeito, na posição de nomeador de uma operação, o sintagma aponta como o disponível a identificar não somente a investigação, mas também a representar o que se sabe por pirataria, visto que o objetivo da ação é desarticular uma organização que atua na internet violando direitos autorais, e, por um movimento polissêmico, o gesto de piratear se estende aos sentidos de fraude, plágio, infração realizados também em espaço virtual. Assim, *Barba Negra* significa o pirata inglês e a operação contra a pirataria, mas essa relação nome-operação é autorizada pela polissemia já em funcionamento no interdiscurso na qual a prática criminosa do mar é deslizada às ocorridas na internet, e a qual irrompe em um efeito de evidência, como

pré-construído circulante na historicidade atual, já que todos os sujeitos parecem compartilhar dos sentidos relacionados à informática.

Desse modo, percebemos que os sentidos se movimentam ininterruptamente, movimento que produz efeitos no interdiscurso. Alguns sentidos podem passar a funcionar juntos, articulados, e circular em um imaginário de fechamento. Estando um bloco-de-sentidos amarrado a um outro como autor ou irrompendo em um imaginário de anterioridade, mostra-se em um efeito de pré-construído, como conhecimento compartilhado, ao passar a nome de uma operação policial. O gesto de nomear inscreve o sintagma à formação discursiva policial e inaugura novos dizeres: efeito de já-dito em que um outro – autor ou região – parece amarrado ao bloco-de-sentido. No entanto, se o sintagma, amarrado à nova discursividade, circular exaustivamente pode estar sob um efeito de pré-construído. O processo não é tomado em um movimento unidirecional, e o sintagma não sai de uma instância quando funciona em uma outra discursividade, mas buscamos – com essas análises e discussões - pensar em efeitos de sentido, a fim de exemplificar que nada escapa à memória discursiva e que esta, tal como o discurso, não se fecha; ao contrário, se move e se reorganiza continuamente, por exemplo, a cada gesto de fraude, de violência doméstica, de lavagem de dinheiro... a cada prática discursiva que instaura novos efeitos no todo que (n)os comporta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrar uma discussão que tem por base a noção de interdiscurso não supõe limitar a possibilidade de avançar em outras reflexões ou até mesmo de desconstruí-la, a fim de que se considere outros caminhos. Por abarcar todos os (efeitos de) sentidos realizados ou possíveis, talvez seja o interdiscurso uma das noções mais complexas da perspectiva discursiva, e, ao longo desse trabalho, exploramos duas de suas realizações. Delimitamos o pré-construído e o já-dito como efeitos diferentes da memória discursiva e, apesar de considerarmos a fragilidade que parece existir entre os limites teóricos e que acaba por dificultar a distinção das duas noções e a relação de cada uma com o interdiscurso, levantamos particularidades que corroboram as especificidades conceituais propostas.

Na relação entre o interdiscurso e o pré-construído, propusemos que este é uma realização daquele, atravessada por um imaginário de anterioridade – em que parece haver um apagamento das inscrições, da constituição da formulação, do eixo vertical no qual os sentidos circulam – e por uma ilusão de fechamento – em que os sentidos parecem amarrados e sempre disponíveis em uma simulação de horizontalidade. Diferentemente, é na relação do já-dito com o interdiscurso, que pode ser identificado um outro como autor, uma região (ou formação discursiva) parece “conter” o sentido ou inseri-lo a formações discursivas específicas. No entanto, não tomamos os efeitos como realizações estanques, mas compreendemos haver um movimento contínuo entre elas (pré-construído ↔ já-dito).

Para investigar os efeitos e o movimento que existe entre essas noções e suas especificidades, escolhemos alguns sintagmas nominais que circulam com frequência no interdiscurso, e que passaram a nomear operações policiais brasileiras. No entanto, esta escolha só foi revelada no último capítulo, a fim de que a fluidez da tese exemplificasse o movimento apresentado por ela. Inicialmente, algumas expressões foram apresentadas como realizações do interdiscurso como pré-construído e outras, como já-dito. Depois, ao tomá-las em uma formação discursiva específica, a policial, consideramos que todos os sintagmas parecem circular como pré-construído para que se tornem o sintagma “disponível” à escolha de um sujeito-delegado. Desse modo, estariam todos eles significados em um imaginário de anterioridade, esvaziados de autoria, mas, ao serem escolhidos como o nome (ou codinome) que se liga a um referente de uma transgressão (crime, delito), passam a convocar outros sentidos a partir dessa nomeação e a circular ligados a uma autoria, ou seja, indicam um efeito de já-dito. Esse movimento pode ser tomado como ininterrupto, se pensarmos que a autoria pode novamente se tornar opaca, tal como a constituição da relação sintagma – nome pode

parecer apagada, se o nome da operação circular com exaustão, de modo que não pareça mais “contido” em uma formação discursiva particular, o que levaria, novamente, o sintagma a um efeito de pré-construído.

É essencial destacar, ao fechar essa discussão, que não há linearidade ou temporalidade a ser seguida no movimento conceitual e nos modos como se materializam na/pela língua. Elegemos uma organização textual, a fim de refletir sobre a possibilidade de um sintagma como efeito de pré-construído se significar como já-dito e vice-versa. No entanto, o movimento é ininterrupto, visto que os sentidos se deslocam continuamente no interdiscurso e não se deve buscar a anterioridade ou posteridade da realização de cada efeito. Ao contrário, devemos tomar os blocos-de-sentido como significados no “entre”, “em relação a”, já que, embora indiquem uma ligação de palavras no eixo horizontal, os sintagmas ora transitam entre formações discursivas simulando não pertencerem a nenhuma, ora se inscrevem em uma região e se marcam em uma autoria. Os sentidos circulam unidos como bloco, porém o bloco não está “amarrado” a uma realização do interdiscurso.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, A. S. **Operação Batismo do Crime**. Revista Língua Portuguesa, n 12, out/2006. p. 24-29.

BALDINI, L.J.S. **Nomenclatura Gramatical Brasileira: Análise discursiva do controle da língua**. Campinas: Editora RG, 2009.

COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. **A língua francesa: pré-construído e acontecimento linguístico**. In: ORLANDI, E. P. (org.) [et al.]; tradução: Bethania S.C. Mariani [et al.] *Gestos de Leitura: da História no Discurso*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

COURTINE, J.; J. **Analyse du discours politique**. Le discours communiste adresse aux chrétiens. In.: Langages, 62,1981

COURTINE, J.; MARANDIN, J. **Que objeto para a Análise de Discurso?** Tradução de Maria Onice Payer. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel. (orgs.) *Materialidades Discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, p. 33-54. Tradução original de 1980.

DIAS, L. F. **Acontecimento Enunciativo e Formação Sintática**. Línguas e Instrumentos Linguísticos, n. 35. jan-jun, 2015. p. 99-138.

FUCHS, C. ; PÊCHEUX, M. **A propósito da análise automática do discurso**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4 ed. Campinas: Unicamp, 2014. Tradução do original de 1969.

GADET F.; LEON, J.; PÊCHEUX, M. **Observações sobre a estabilidade de uma construção linguística – A completiva**. In: ORLANDI, E. P. (org.) [et al.]; tradução: Bethania S.C. Mariani [et al.] *Gestos de Leitura: da História no Discurso*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

GADET F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Análise de Discurso – Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes, 2 ed. 2005.

HAROCHE, C.; HENRY, P. ; PÊCHEUX, M. **La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours.** In.: *Langages*, 24, 1971. p. 93-106.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso.** Tradução de Maria Fausta Pereira de Castro. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

HENRY, P. **Constructions relatives et articulations discursives.** In.: *Langages*, 37, 1975. p. 81-98

HENRY, P. **Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux.** Tradução de Bethania Mariani. In: GADET, Françoise; HAK, Tony.(orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* 4 ed. Campinas: Unicamp, 2010, p. 11-38. Tradução do original de 1969.

KRIEG-PLANQUE, A. **A noção de fórmula em Análise de Discurso: quadro teórico e metodológico.** Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje.** Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARANDIN, J.-M. **Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso.** In: ORLANDI, E. P. (org.) [et al.]; tradução: Bethania S.C. Mariani [et al.] *Gestos de Leitura: da História no Discurso..* 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade.** RUA [online]. 2010, no. 16. Volume 2 - ISSN 1413-2109/e-ISSN 2179-9911

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** 5 ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso.** In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. *Discurso e textualidade.* 3. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2015. P. 13-35.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 10 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012a.

ORLANDI, E. P. **Cidade dos Sentidos.** Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 6 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5^a ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, E. P. Nota introdutória à tradução brasileira. In: AUROUX, S. Et al. *Gestos de Leitura: da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

ORLANDI, E. P. Nota introdutória à tradução brasileira. In: CONEIN, B. (org) et al. *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

ORLANDI, E. P. **Silêncios e luzes: sobre a experiência vazia do psíquico e da forma**. JUNQUEIRA, L.C. (org) São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1998.

PAVEAU, M. **Os pré-discursos: sentido, memória, cognição**. Tradução de Greciely Costa e Débora Massmann. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2011 [1984].

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi In: GADET, Françoise; HAK, Tony.(orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4 ed. Campinas: Unicamp, 2014. Tradução do original de 1969.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi. 6 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012 [1983].

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.] 4^a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

PÊCHEUX, M. **Delimitações inversões, deslocamentos**. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19, 7-24. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. **Materialidades Discursivas**. In: CONEIN, B. (org) et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

PF INVESTIGA USO DE DOCUMENTOS FALSOS PARA OBTER ARMAS DE FOGO. Disponível em <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2017/03/pf-investiga-uso-de-documentos-falsos-para-obter-armas-de-fogo.html>>. Acesso de 11 out. 2018.

QUATORZE PRESOS EM OPERAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL EM CAMPOS Disponível em <<https://extra.globo.com/noticias/rio/quatorze-presos-em-operacao-da-policia-federal-em-campos-no-rio-476710.html>> Acesso de 17 set. 2018.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. In: BALLY, C. (org.) [et al.]; tradução: Antônio Chelini [et. al.] 3. ed. São Paulo, SP: Editora Cultrix, 2006. [1916]

TFOUNI, L. V. **Letramento e contenção da deriva**. In: TFOUNI, Leda Verdiani (Org.). *Múltiplas faces da autoria: análise do discurso, psicanálise, literatura. Modernidade e enunciação*. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 2009.

TFOUNI, L. V. **Autoria: um lugar à espera?** In: *Estudos Linguísticos*, 37, 71-77, São Paulo, SP, 2008.